

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**FORMAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA COMO
CONSEQÜÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO
DESREGULAMENTADO – 1969-1982**

PAULO MÜLLER LOPES

ORIENTADOR: PROF. DR. GENTIL CORAZZA

*Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Economia da UFRGS
como requisito parcial para a obtenção do
grau de mestre em Economia*

PORTO ALEGRE, 1998

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao Professor Gentil Corazza por sua orientação, franca, segura, estimulante e respeitosa à minha visão teórica neste trabalho.

Ao amigo Sócrates, colega de turma, cuja ajuda solidária foi fundamental na execução do projeto e, também, pela *força* no longo período de elaboração desta dissertação.

Agradeço, também, ao professor Paulo Sérgio Santos dos Santos que, desde o início, prontificou-se a fazer a revisão de português e inglês.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL PARA O SISTEMA FINANCEIRO DESREGULAMENTADO.....	17
1.1 Introdução.....	17
1.2 Passagem do Capitalismo à Fase Imperialista.....	18
1.3 A Criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD).....	23
1.4 A Evolução do Euromercado no pós- II Guerra Mundial até sua Revelação Pública no Final dos Anos 50.....	28
1.5 Anos 60: Fase de Acumulação do Euromercado.....	33
CAPÍTULO 2 O SISTEMA FINANCEIRO DESREGULAMENTADO EM OPERAÇÃO.....	48
2.1 Introdução.....	48
2.2 O Colapso do Sistema Monetário de Bretton Woods..	49
2.3 Os Eurobancos.....	52
2.4 Os Paraísos Fiscais.....	55
2.5 Fugas e Evasões de Capital e Transferências Líquidas de Recursos Líquidos para o Exterior: 1970-82.....	64

CAPÍTULO 3 FORMAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA COMO CONSEQÜÊNCIA DOS SISTEMA FINANCEIRO DESREGULAMENTADO – 1969-82.....	79
3.1 Introdução.....	79
3.2 Formação Especulativa da Dívida Externa Brasileira: 1969-73.....	81
3.3 Etapa Transitória: Custos Financeiros Crescentes da Dívida Determinam Seu Crescimento – 1974-78...	95
3.4 Etapa Puramente Fianceira: Formação de Dívida só Para Pagar Custos Financeiros da Dívida.....	109
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 América Latina e países selecionados: fugas de capital – vários períodos.....	66
Tabela 2 América Latina e países selecionados: fugas de capital (médias anuais) – 1976-82.....	67
Tabela 3 Várias regiões: evasão de capitais.....	70
Tabela 4 América Latina e Caribe: índice da relação de preços de intercâmbio de bens fob/cif.....	72
Tabela 5 América Latina e Caribe: efeito das relações de preços do intercâmbio.....	73
Tabela 6 América Latina e países selecionados: serviços da dívida externa – 1960, 1966, 1970, 1972-82.....	74
Tabela 7 América Latina e Caribe: percentual dos serviços da dívida externa por período – 1960-70, 1970-79, 1980-82.....	74
Tabela 8 Brasil: evolução da dívida externa bruta, das reservas internacionais, da dívida externa líquida e da dívida interna federal – 1961-83.....	82
Tabela 9 Brasil: contas selecionadas – saldos líquidos no período – 1969-82.....	88

Tabela 10 América Latina e Caribe: crescimento do consumo privado per capita – 1960-82.....	93
Tabela 11 América Latina e Caribe: crescimento da produção de alimentos – 1952-94.....	94
Tabela 12 Brasil: Dívida externa bruta total, juros líquidos, amortizações, serviços e algumas relações da dívida externa – 1969-82...	103
Tabela 13 Brasil: relações de intercâmbio comercial e seus efeitos – 1969-82.....	103
Tabela 14 Brasil: taxas de juros internacionais nominais e reais e preços do petróleo – 1970-82.....	103

RESUMO

Esta dissertação trata da formação da dívida externa brasileira, no período 1969-82, como consequência do sistema financeiro desregulamentado (euromercado) em operação. Este sistema formou-se e estruturou-se no pós II Guerra Mundial. Até o final da década de 1960, o euromercado acumulou grande quantidade de dólares fora dos Estados Unidos (eurodólares) e criou instrumentos e estruturas para a captação de dinheiro expatriado. A partir de 1970, atuou ativamente oferecendo empréstimos, sem condicionalidades, mas com taxas de juros flutuantes, que deram origem à dívida externa internacional e, especialmente, à brasileira. Esta formou-se, no período estudado, em três etapas: a primeira, 1969-73, foi predominantemente para acumular reservas internacionais, sendo, por isso, especulativa; a segunda, 1974-78, consumiu-se em custos crescentes da dívida, principalmente custos financeiros crescentes, e acumulou-se parcialmente em reservas internacionais, constituindo-se, assim, numa etapa transitória para o endividamento só para cobrir custos financeiros da dívida; na última etapa, 1979-82, formou-se dívida só para pagar juros da dívida e, por isso, foi puramente financeira. A *dívida externa brasileira* formou-se, assim, predominantemente em função dos interesses do *sistema financeiro desregulamentado*, sendo, portanto, uma consequência da ação do mesmo.

ABSTRACT

This dissertation deals with the Brazilian external debt from 1969-1982, as a consequence of the non-regulated financial system (euromarket) under operation. This system stood and was organized right after the World War II. By the end of the 1960s the euromarket accumulated a large amount of dollars out of the United States (eurodollars), and created means and structures for the borrowing of deposited money. From 1970 on, it actively acted offering loans without conditionalities but with floating interest rates thus giving origin to the external international debt, and to the Brazilian debt mainly. The Brazilian debt has taken shape, within the studied period, into three stages: the first one (1969-1973) was directed to accumulate international reserves, thus being predominantly speculative; the second stage (1974-1978) was consumed by increasing costs of the debt, specially increasing financial costs, and was partially stocked with international reserves, thus becoming a transitory stage for more indebtedness just to pay financial costs of the debt; in the last stage (1979-1982) debt was made only to pay interests of the debt and, because of that, was purely financial. The *Brazilian external debt* was thus predominantly formed under the interests of the *non-regulated financial system* and is therefore a consequence of its action.

INTRODUÇÃO

Em 1982 eclodiu a crise da dívida externa internacional. A partir de então, os países devedores passaram a ser virtualmente governados pela dívida. As transferências reais de recursos via serviços da dívida da América Latina, por exemplo, já haviam ultrapassado 30 bilhões de dólares anuais e não baixaram mais, inviabilizando quaisquer pretensões de desenvolvimento. As políticas de ajustamento impostas pelos credores via FMI e Banco Mundial são todas e sempre orientadas para a redução da absorção interna, cujo efeito final será a supressão de todas as conquistas dos trabalhadores assalariados, sob o pretexto de “eliminar privilégios”.

Mas, abstraindo outras questões, perguntamo-nos como se formou essa dívida? Qual foi seu principal determinante?

Olhando simplesmente uma série histórica de dívidas externas dos países da América Latina e Caribe, por exemplo, observamos que, até o final dos anos 60, apresentavam montantes mais ou menos estáveis e que, a partir de então, cresceram acelerada e significativamente até o final dos anos 70. E continuaram crescendo depois, embora em menor velocidade.

No período de formação acelerada da dívida externa (anos 70), ocorre a crise com o colapso do sistema monetário de Bretton Woods em 1971, a primeira crise do petróleo em 1973, a depressão mundial em 1974-75 e a segunda crise do petróleo em 1979, acompanhada pelo início do primeiro governo Reagan, com sua política monetária recessiva (taxas de juros internacionais reais mais altas da História), que levou a economia mundial à depressão de 1980-83. Constataram-se, durante praticamente todo o período, alta liquidez e inflação mundiais.

A liquidez internacional estava associada ao grande e crescente volume dos chamados *eurodólares*. Estes surgiram no pós II Guerra Mundial, mas foram mantidos em segredo até o final dos anos 50. Nesta altura, os *eurobancos* já haviam criado o *eurobond* como importante instrumento de manejo de dinheiro ilícito. Nos anos 60, porém, evoluiu rapidamente, tanto no acúmulo de moeda expatriada quanto na montagem e elaboração de instrumentos de captação (o certificado de depósito, CD, por exemplo) e irradiação dos eurobancos (paraísos fiscais).

No final da década de 60, o montante de eurodólares ultrapassou o total das reservas internacionais mundiais (de todos os países), e o sistema monetário de Bretton Woods entrou em crise. Esse montante de eurodólares constituiu uma situação de *alta liquidez internacional*, que seria impossível não criar crédito. Concomitantemente, o euromercado, que estava estruturado em centros financeiros *offshore* (paraísos fiscais) realizou seu primeiro empréstimo consorciado com cláusula de taxas de juro flutuantes, e *dominava* a situação financeira mundial.

Assim, no início dos anos 70, coincidiram a alta liquidez internacional e o colapso do sistema monetário de Bretton Woods com a respectiva passagem do sistema financeiro desregulamentado a uma posição dominante e o surto do endividamento externo internacional. A aceleração

do endividamento externo e a alta liquidez internacional teriam sido mera coincidência? – Achamos que não. Mas a liquidez consistia nos eurodólares acumulados nos eurobancos que constituíram o sistema financeiro desregulamentado. Além disso, alguns autores (entre eles Sampson, 1981, e Davis, 1984) constataram que, no início dos anos 70, os banqueiros “faziam fila” para oferecer empréstimos. Daí nossa hipótese de que a criação do *sistema financeiro desregulamentado* e o aumento da liquidez internacional foram determinantes para a formação da dívida internacional.

Esta hipótese vale também para a formação da dívida externa brasileira, que teve seu primeiro impulso ao crescimento acelerado no período 1969-73, ou seja, coincidiu com a alta liquidez internacional do final dos anos 60, o colapso do sistema monetário de Brettons Woods, e o domínio do sistema financeiro desregulamentado. A justificativa oficial, vale dizer, da ditadura militar, era a de que o País estava se endividando “para crescer” e, portanto, teria de importar mais do que exportar, o que gerava o chamado “hiato de recursos” que teria de ser coberto pela “poupança externa”, gerando a dívida externa. Além do fato de que o tal “hiato de recursos” não ocorreu, os dados das contas nacionais do País comprovaram que o endividamento externo brasileiro, neste período, não ocorreu em função de necessidades reais da economia brasileira, mas da necessidade do sistema financeiro desregulamentado de valorizar seu estoque de eurodólares. No final do período, o País havia acumulado dívida, reservas internacionais e aumentado significativamente a conta dos “serviços” da dívida externa, além de ter desencadeado o crescimento por tempo indeterminado da dívida pública interna. Em função destes dados, formulamos a hipótese de que a formação da dívida externa brasileira, neste período, teve caráter especulativo.

O período seguinte em que dividimos o estudo da formação da dívida externa brasileira, 1974-78, esteve repleto de acontecimentos que deram margem a justificativas enganosas para o crescimento da dívida externa

brasileira. No final de 1973, ocorrera o primeiro choque do petróleo. Em 1974-75, a economia mundial passou por uma depressão. O Gal. Geisel iniciava sua administração militar do País com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), como justificativa mais forte da política de “crescimento com endividamento”. Agora, via II PND, tratava-se de um esforço para levar o País ao Primeiro Mundo. Portanto, o endividamento justificava-se plenamente, pois ninguém poderia se opor ao crescimento, ainda mais que a alternativa seria a recessão. O aumento desproporcional do petróleo também serviu para justificar o endividamento no período, reforçado pelo fato de que ocorreu realmente “hiato de recursos”. Examinando, porém, as contas nacionais do Brasil, constatamos que o acréscimo da dívida externa, no período, foi consumido predominantemente pelos custos da própria dívida e por acúmulo de reservas internacionais. Nossa hipótese é, portanto, que o endividamento teve, no período, um caráter crescentemente financeiro e parcialmente especulativo.

O último período do endividamento brasileiro em pauta, 1979-82, foi dominado pelo segundo choque do petróleo e o aumento sem precedentes das taxas reais de juros internacionais, conseqüência da política monetária do primeiro governo Reagan, conhecida como *reaganomics*. Essa mesma política provocou uma queda violenta nas relações dos preços do intercâmbio comercial e levou a economia mundial à depressão dos anos 1980-83. Os economistas da ditadura militar repetiam os velhos argumentos, mas paralisavam projetos do II PND e lançavam mão de todos os meios para a captação de divisas para cobrir as demais contas externas, pois só a conta de juros líquidos da dívida externa superou o endividamento do período. Nossa hipótese é, portanto, que o endividamento, neste último período em pauta, foi puramente financeiro.

A dívida externa bruta total passou de 3,8 bilhões de dólares em 1968 para 69,7 bilhões de dólares em 1982, quando o País assinou a primeira carta de intenções com o FMI. O País desembolsou, neste período, 41,4

bilhões de dólares com o pagamento de juros líquidos e 46,4 com amortizações, importando um total de 88,4 bilhões de dólares desembolsados a título de “serviços” da dívida. Foi estabelecida uma dinâmica de endividamento segundo a qual quanto mais se paga, mais se deve. Como vimos acima, o primeiro impulso desse endividamento coincidiu com a alta liquidez internacional, o colapso do sistema monetário de Bretton Woods e a ascensão do sistema financeiro desregulamentado ao domínio. Em função desses acontecimentos, formulamos a hipótese de que o endividamento brasileiro decorreu da ação do sistema financeiro desregulamentado, combinada com a alta liquidez internacional.

Conseqüentemente, nosso *objetivo principal* é mostrar que a formação da dívida externa brasileira foi conseqüência da operação do sistema financeiro desregulamentado num contexto de alta liquidez internacional. Das três etapas que compõem o período em estudo decorrem três hipóteses secundárias de onde formulamos três objetivos secundários, quais sejam: - primeiro, mostrar que o endividamento no período 1969-73 foi *especulativo*, ou seja, ocorreu para valorizar os eurodólares acumulados no sistema financeiro desregulamentado na órbita financeira e não em função das necessidades da economia real brasileira; - segundo, verificar se o endividamento no período 1974-78 deveu-se aos custos financeiros crescentes da dívida externa e ao acúmulo de reservas internacionais, como conseqüência do endividamento anterior e da mesma política de endividamento especulativo que dominou o período 1969-73; - terceiro, demonstrar que o endividamento no período 1979-82 ocorreu por razões puramente financeiras, visto que a conta financeira tornou-se negativa, neste período.

Vistos os objetivos, vejamos como está estruturado nosso trabalho. Estudaremos especificamente o período 1969-82, ou seja, desde o primeiro impulso de aceleração da dívida até sua mais aguda crise.

Para tanto, estudaremos nos capítulos 1 e 2 a formação do sistema financeiro desregulamentado e sua evolução até 1982. No Capítulo 1, veremos a **Evolução do Sistema Financeiro Internacional para o Sistema Financeiro Desregulamentado**. Abrangerá o período que vai do final da II Guerra Mundial até o colapso do sistema monetário de Bretton Woods. Neste Capítulo, estaremos estudando, portanto, a evolução do *euromercado* para um salto qualitativo que o transformará no *mais poderoso sistema financeiro da História*, o sistema financeiro desregulamentado. Para tanto, estudaremos na Seção 1.2 o conceito de *imperialismo* segundo Lênin, ou seja, a fase do capitalismo na qual *o capital financeiro domina as demais formas de capital*. Na Seção 1.3, estudaremos a *criação do FMI e do Banco Mundial*. Em seguida, na Seção 1.4, veremos o período oculto do *euromercado*, ou seja, desde o final da II Guerra Mundial até sua revelação pública no final dos anos 50. Na Seção 1.5, veremos a fase de acumulação do *euromercado*, dividindo-a em dois períodos: 1960-65 e 1966-69. No primeiro, destaca-se a elaboração de instrumentos de captação; no segundo, o *euromercado* estruturou os chamados “paraísos fiscais” ou centros *offshore*, acelerou as captações e acumulou, no final da década, um volume de eurodólares superior ao das reservas internacionais mundiais, apresentando, por isso, grande liquidez. Esse conjunto de acontecimentos do final dos anos 60 levou o sistema monetário de Bretton Woods à crise e ao colapso, deixando o *euromercado* como seu sucessor de fato. A partir de então, caracterizamos o *euromercado* como *sistema financeiro desregulamentado*, um sistema que age na formação da dívida externa internacional e, para estudá-lo, reservamos o Capítulo 2.

O Sistema Financeiro Desregulamentado em Operação constitui o Capítulo 2, e sua ação e conseqüências serão estudadas abrangendo o período 1970-82, ou seja, desde o colapso do sistema monetário de Bretton Woods até a crise da dívida. Na Seção 2.2, analisaremos o evento que marcou a passagem ao domínio do sistema financeiro desregulamentado, ou seja, *o colapso do sistema monetário de Bretton Woods*. Na Seção 2.3,

estudaremos os *eurobancos*. Em seguida, na Seção 2.4, os *paraísos fiscais*, e, por último, na Seção 2.5, veremos como o sistema financeiro desregulamentado passou a realimentar-se, principalmente a partir de meados dos anos 70.

Finalmente, no Capítulo 3, estudaremos a **Formação da Dívida Externa Brasileira, como Conseqüência do Sistema Financeiro Desregulamentado**. Este Capítulo abrange o período 1969-82, que dividimos em três etapas: - Após breve introdução, na Seção 3.2, abordaremos a *formação especulativa da dívida externa brasileira*, quando estudaremos o primeiro impulso do endividamento, e estende-se de 1969-73. – O período seguinte, 1974-78, que chamamos de *etapa transitória: custos financeiros crescentes da dívida determinam seu crescimento*, será estudado na Seção 3.3. – Por último, na Seção 3.4, estudaremos a *etapa puramente financeira: formação de dívida só para pagar custos financeiros da dívida*, que ocorre no período 1979-82. No final do período, 1982, ocorreu a crise internacional da dívida com a moratória do México, que se refletiu no Brasil com sua ida ao FMI. Com esta Seção, concluímos o Capítulo 3 e passamos à Conclusão.

Na **Conclusão**, destacaremos os elementos centrais que relacionam a hipótese e o objetivo principais. Como veremos, os fatos relacionados com o endividamento brasileiro, descritos e analisados ao longo do trabalho, são fatos indicadores no sentido de comprovar a veracidade de nossa hipótese.

CAPÍTULO 1

EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL PARA O SISTEMA FINANCEIRO DESREGULAMENTADO

1.1 Introdução

Em 1916, em meio às discussões da existência do imperialismo, do superimperialismo, entre outras, Lênin publicou seu livro Imperialismo, Fase Suprema do Capitalismo, cuja definição de imperialismo estamos considerando neste trabalho. Portanto, segundo a definição de Lênin, o capitalismo passou à fase imperialista quando ocorreu a *dominação do capital financeiro* sobre as demais formas de capital. Isso aconteceu ainda sob o domínio da Libra inglesa. Mas a economia americana evoluiu e assumiu a hegemonia mundial, e sua moeda também, o que foi formalizado em Bretton Woods.

A partir da Conferência de Bretton Woods, no bojo de um *boom* de crescimento da economia mundial, mas ao mesmo tempo de uma crise revolucionária generalizada com revoluções explodindo em vários pontos do planeta, alguns fatores levaram ao acúmulo de dólares fora dos Estados Unidos, especialmente na Europa. Esses dólares foram chamados de *eurodólares*, e seu mercado, de *euromercado*, que se constituiu baseado na ausência de normas, ou seja, desregulamentado, e passou a dominar em torno de 1970. Simultaneamente ocorreu o início do processo de endividamento internacional.

O euromercado, que chamamos aqui de *sistema financeiro desregulamentado*, e a formação da dívida externa brasileira serão vistos nos capítulos 2 e 3, respectivamente. Neste Capítulo I, veremos *a evolução do sistema financeiro internacional para o sistema financeiro desregulamentado*, isto é, sua formação, até 1970. Para tanto, veremos: na Seção 1.2 a passagem do capitalismo à fase imperialista, segundo Lênin; na Seção 1.3, a criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, cujas políticas desempenharam papel essencial na formação do sistema financeiro desregulamentado; por último, abordaremos a estruturação do euromercado.

1.2 Passagem do Capitalismo à Fase Imperialista

O capitalismo, na sua fase ascendente, quando dominava plenamente a livre concorrência, foi produzindo excedentes de capital monetário que se acumulavam, naturalmente, nos bancos. Esse processo atingiu um ponto no qual esse capital monetário, funcionando como capital financeiro, passou a dominar as demais formas de capital. Foi integrante do mesmo processo o predomínio do monopólio sobre a concorrência. De acordo com a análise de Lênin, esses fatos provocaram a passagem do capitalismo para sua fase imperialista. É o que examinaremos sumariamente nesta seção.

Quase um século antes de o termo eurodólar ser usado para designar o capital monetário desregulamentado, um volume excessivo de dinheiro concentrado nas mãos de uns poucos países já era um fato, como se pode constatar nos dados abaixo citados por Lênin (1975, p. 76):

*“Total das emissões em milhares de milhões de francos
Por dezenas de anos*

1871-1880	76,1
1881-1890	64,5
1891-1900	100,4
1901-1910	197,8”

Observando estes dados, Lênin (1975, p. 76) conclui que:

“Em geral, o aumento é relativamente lento, durante os três últimos decênios do século XIX, e só na primeira década do século XX atinge grandes proporções, quase duplicando. Os começos do século XX constituem pois uma época de viragem, não só do ponto de vista do desenvolvimento dos monopólios (cartéis, sindicatos, *trusts*), de que já falámos, mas também do ponto de vista do aumento do capital financeiro.”

Neste mesmo estudo, Lênin constatou que, em 1910, 80% do capital financeiro estava concentrado em quatro países (Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha) e que: “Quase todo o resto do mundo exerce, de uma forma ou de outra, funções de devedor e tributário desses países, banqueiros internacionais, desses quatro ‘pilares’ do capital financeiro mundial.” (Lénine, 1975, p. 77). Constatamos, portanto, que a concentração de capital financeiro, de um lado, produz uma legião de devedores, no lado oposto.

Mas, quando há excesso de liquidez, os banqueiros promovem o endividamento. Logo a seguir, nos anos 20 do presente século, o excesso de liquidez levou os bancos a vender empréstimos como haviam feito antes e fá-lo-iam nos anos 70. (Sampson, 1981, p.131). Além disso, esse excesso de liquidez constituiu “volumes itinerantes de dinheiro quente” que “nos anos

20 foram importante fator no eventual colapso do sistema financeiro internacional.” (Naylor, 1990, p.19). Este colapso ocorreu com a Grande Depressão a partir de 1929. Coutinho e Belluzzo (1982, p.17), analisando a economia americana, explicam que:

“A capacidade de acumulação das empresas (retenção de lucro + fontes externas de capital) tende a sobrepassar os limites impostos pela expansão da demanda, provocando a geração continuada de excedentes de capital. Como se poderia explicar este fenômeno ? Naturalmente, as empresas não utilizarão estes excedentes para construir capacidade de reserva acima dos limites planejados, porquanto isto deprimiria suas taxas de lucro. De outro lado, como dispõem de meios para sustentar suas taxas de rentabilidade (através das políticas de *princing*), permanece a tendência à geração de excedentes de capital.

“À medida que este processo se generaliza para todos os setores do sistema industrial, nos anos 20, o fenômeno da centralização de capitais adquire nova forma e redobrado impulso. A expansão do mercado de capitais abre canais para aplicação financeira dos excedentes, atuando como mecanismo compensatório para o aumento “improdutivo” da relação capital/produto, na medida em que propicia a absorção de ganhos de capital pelas empresas em processo de centralização. Neste processo consolida-se a monopolização do capital em blocos multissetoriais.”

Os Estados Unidos estão entre os quatro países imperialistas enumerados por Lênin acima e, junto com a Alemanha, “são países capitalistas avançados pela rapidez de desenvolvimento e pelo grau de difusão dos monopólios capitalistas na produção.”(Lênine, 1975, p. 77). Coutinho e Belluzzo chegaram àquelas conclusões analisando a economia norte-americana. Mas, referindo-se ao Sistema Capitalista, Lênin conclui que,

“é próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital monetário do industrial ou produtivo, separar o financeiro, que vive só dos rendimentos provenientes do capital monetário, do empresário e de todas as pessoas que participam directamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu mais elevado grau, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do financeiro e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados dotados de ‘poder’ financeiro em relação a todos os restantes. O volume desse processo não o dão a conhecer os dados estatísticos das emissões

de toda a espécie de valores.” (Lênine, 1975, p. 75). (Sublinhado nosso).

Como vemos, em 1916, Lênin já percebera que as estatísticas oficiais não revelavam o verdadeiro volume de capital monetário concentrado nas mãos de uma minoria reduzida, rendendo mais dinheiro e mais poder. Nas três primeiras décadas deste século, porém, nem se sonhava com o termo *eurodólar* ou assemelhado. No entanto, um excesso de capital monetário que escapava aos controles existia e, juntamente com a parte declarada, não só exercia seu domínio como tornava explosiva a crise dos anos 30. E mais, a psicologia dos capitalistas já revelava alterações profundas: “Os capitalistas já não são simplesmente capazes de acreditar no futuro de seu próprio sistema.” (Trotsky, 1988, p.27). O que podemos esperar do futuro dos países dominados?

Abordando a exportação de capitais, Lênin (1975, p. 79) afirmou: “O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de *mercadorias*. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de *capitais*.” Aí, Lênin demonstrou que o enorme ‘excedente de capital’ acumulado em alguns países ricos no início deste século XX resultava da subalimentação e da miséria das massas desses países sem o que “o capitalismo deixaria de ser capitalismo” (Lênin, 1975, p.80). Mas o imperialismo deixaria de ser imperialismo se exportasse capitais para melhorar as condições de vida dos povos dominados. A explicação de Lênin para a exportação de capitais é uma resposta cabal aos *apóstolos* do imperialismo que aterrorizam os países com “a perda do trem da história” ou fazem discursos ufanistas de país “potência” como foi o caso do discurso que procurou justificar o II PND:

“Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não se consagra à elevação do nível de vida das massas do país, pois isto significa a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas o aumento desses benefícios através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o

lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo facto de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao facto de que em alguns países o capitalismo 'amadureceu excessivamente' e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação 'lucrativa'." (Lénine, 1975, p. 80).

Como se vê, o capital financeiro vai aos países atrasados (ou "em desenvolvimento") não para proporcionar melhor nível de vida às populações mas para *extrair* maiores lucros. O endividamento da década de 1970 e suas conseqüências para os povos dos países devedores comprovam a justeza desta conclusão de Lénine. Mas, aparentemente, a II Guerra Mundial ocultou a produção e a ação do capital financeiro. Na verdade, essa Guerra foi a sua ação, e a mais bárbara.

No pós II Guerra Mundial, essa *vocação* do capital financeiro exportado manteve-se. Schilling (1990, p. 11) ilustra com alguns dados, centrados basicamente nos anos 50:

"Baran e Sweezy (O capital monopolista) demonstraram que, no período 1950/63, os investimentos diretos feitos pelos Estados Unidos no exterior somaram 17,3 bilhões de dólares e que o retorno gerado pelos mesmos alcançou 29,4 bilhões de dólares. Apesar disso, os investimentos norte-americanos no exterior aumentaram de 11,8 para 40,6 bilhões. Conclusão dos economistas norte-americanos: 'O investimento no exterior, longe de ser um escoadouro para o excedente criado internamente, é dos recursos mais eficazes para a transferência de excedentes gerados no exterior para o país investidor'.

"Essa tendência no fluxo de capitais é confirmada pelo que ocorreu com o Brasil, um 'país importador de capitais', num período equivalente. Dados da Sumoc mostram que de 1947 a 1960 - período que, em razão da política de 'substituição de importações', teve um afluxo mais intenso de capitais ao nosso país - somente no ano de 1957 verificou-se um saldo positivo. Em todos os demais, registra-se uma 'saída líquida de capitais'."

Este exemplo, tanto no aspecto geral como no caso brasileiro, confirma, mais uma vez, a afirmação de Lênin reproduzida acima. E Baran e Sweezy constataam que a exportação de capitais (pelos países imperialistas) constituiu meio eficaz para a transferência de recursos dos países devedores para os países imperialistas. Isso nos anos 50 e início dos anos 60, quando os capitais eram exportados, predominantemente, como capital de risco.

As vantagens encontradas nos países atrasados melhoraram e se ampliaram para o imperialismo, principalmente a partir dos anos 70, como veremos nos Capítulos 2 e 3. Por outro lado, “a miséria das massas” é o pólo oposto à *riqueza concentrada* no pólo burguês, seja qual for a fase do capitalismo, e constitui o que chamamos de *contração inerente* do capitalismo. Em outras palavras, o capitalismo estreita (contraí) o mercado de que necessita para se expandir. É por isso que desde que passou à fase imperialista, o capitalismo entrou em *decadência*. A I Guerra Mundial, a Grande Depressão e a II Guerra Mundial foram conseqüências dessa decadência.

A II Guerra Mundial consagrou a hegemonia do capitalismo americano, pondo um ponto final no reinado da Inglaterra. Durante a guerra, a hegemonia monetária americana seria formalizada na Conferência de Bretton Woods, Estados Unidos. Nessa Conferência foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que veremos a seguir.

1.3 A Criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD)

Segundo Anthony Sampson (1981), a discussão sobre a reconstrução do sistema internacional de pagamentos teria começado em novembro de 1940 com um pedido feito por Harold Nicolson , funcionário do Ministério das

Informações da Grã-Bretanha, a seu amigo John Maynard Keynes para lançar uma campanha com o objetivo de combater a propaganda nazista de Hitler. Nicolson remeteu algumas transcrições de transmissões radiofônicas alemãs propondo uma “Nova Ordem no pós guerra”, na qual o Ministro das finanças alemão prometia “abolir o papel do ouro”. Junto com as transcrições, Nicolson enviou comentários depreciativos do governo britânico à proposta alemã. “Keynes respondeu que ele, também, não acreditava no padrão-ouro, e que mais ou menos três quartas partes das irradiações alemãs seriam excelentes se o nome Grã-Bretanha substituísse Alemanha ou Eixo...” (Sampson, 1981, p.74).

A partir de então, Keynes dedicou-se à elaboração de seu esquema, visando ao ‘desarmamento financeiro’, cujas idéias básicas explicou ao Governador do Banco da Inglaterra, Sir Montagu Norman:

“Trata-se de levar ao campo internacional os princípios fundamentais da prática bancária, mediante os quais, quando um indivíduo resolve deixar ociosos seus recursos, estes não são, por isso, retirados de circulação, mas postos à disposição de outro indivíduo que pode usá-los - e em tornar isso possível sem que o direito de empregar seus recursos tão logo desejar fazê-lo. Da mesma forma como a situação interna foi transformada, como por encanto, nos séculos XVIII e XIX pela descoberta e adoção dos princípios da prática bancária local, assim (segundo acredito) só pela extensão desses mesmos princípios à esfera internacional é que poderemos curar os evidentes males da economia internacional, como se manifestaram entre as duas guerras e depois de ter Londres perdido a posição que lhe permitira, antes de 1914, fazer praticamente a mesma coisa por iniciativa própria.” (Keynes apud Sampson, 1981, p 75).

A partir dessas idéias, Keynes “elaborou o plano audacioso de uma ‘União Internacional de Compensação’ que seria, na prática, “um Banco Central Mundial, emitindo suas próprias notas (que Keynes chamou de Bancor), criando crédito para os países mais ricos e permitindo saques a descoberto por parte das nações mais necessitadas.” (Sampson, 1981, p. 74).

Praticamente ao mesmo tempo, Harry Dexter White, consultor do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Henry Morgenthau, elaborou sua proposta de um 'Fundo de Estabilização' e de um 'Banco de Reconstrução e Desenvolvimento'. O Fundo de Estabilização de White seria o gérmen do Fundo Monetário Internacional (FMI), teria uma moeda internacional, 'Unitas', cujo patrimônio "seria limitado àquele votado por cada nação-membro e não poderia ser elevado sem a aprovação de cada nação contribuinte." (Idem, p.76). Já o 'Banco de Reconstrução e Desenvolvimento' seria "uma agência emprestadora, que poderia fornecer recursos de longo prazo para a reconstrução, o financiamento do comércio ou a estabilização dos preços de produtos básicos. Faria empréstimos com suas próprias notas e compraria e venderia ouro e títulos como um banco central mundial". (Sampson, p. 76). A diferença básica entre o fundo proposto por White e a União de Compensação de Keynes era que aquele seria "uma agência para distribuir dinheiro" e esta "uma máquina para criar crédito." (Sampson, p.76). Ambas as propostas foram publicadas em abril de 1942.

Após o lançamento das propostas de Keynes e White, ocorreu forte discussão entre ingleses e americanos.

O desfecho da guerra daria a palavra final, é claro. E para a guerra, os americanos tinham o trunfo na manga do colete. Por isso, não recuaram em suas propostas básicas e tudo ficou mais fácil quando Keynes "ficou encorajado e satisfeito com o fato de White adotar as mesmas atitudes básicas sobre instituições mundiais e cessões de soberania nacional (...) e aceitou a substância do fundo proposto por White, logo depois batizado de Fundo Monetário Internacional" (FMI), (Sampson, 1981, p. 76-77), (sublinhado nosso) que, junto com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial, foram criados em Bretton Woods (Estados Unidos) por delegados de 44 nações em julho de 1944. Os Estados Unidos foram eleitos sócio majoritário e o dólar americano, moeda de referência mundial, apoiada no ouro.

As finalidades do FMI, segundo o acordo que lhe deu origem, eram:

- “1- promover a cooperação monetária internacional;
- 2- facilitar a expansão do Comércio Internacional, visando à obtenção de altos níveis de emprego e renda real para os países membros;
- 3- promover a estabilidade das taxas de câmbio;
- 4- trabalhar em prol de um sistema multilateral de pagamentos para as transações entre países, diminuindo os controles de câmbio e as depreciações competitivas;
- 5- criar a confiança entre as nações-membros, dando-lhes oportunidades de corrigir desajustes no Balanço de Pagamentos e evitando que medidas destrutivas da prosperidade nacional e internacional fossem adotadas;
- 6- tornar os desequilíbrios das Balanças de Pagamentos cada vez menores em magnitude e severidade.” (Brasil, 1985, p. 008).

Tudo isso, é claro, de acordo com os interesses dos países imperialistas. O poder votante e, portanto, de decisão de cada país no FMI é proporcional ao montante de suas cotas. Em percentual, o poder de voto no FMI em junho de 1978 era: EUA, 20%; Comunidade Européia, 25,6%; Japão, 4%; Canadá, 3,3%; Outros países desenvolvidos, 5,8%; Países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), 8,8% e demais países, 32,5%. O número total de sócios do FMI era 137 países. (Brasil, 1985, p. 008). Os votos dos EUA, Comunidade Européia, Japão e Canadá somavam 52,9%, podendo decidir o que quisessem à revelia dos demais.

Como consequência da estrutura imposta pelos principais países imperialistas - os EUA em primeiro lugar - o FMI não teve e não tem nenhum objetivo de promover o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Nem poderia ter: “A história dos últimos decênios atesta com uma força particular que, nas condições da decadência do capitalismo, os países atrasados não poderão atingir o nível das velhas metrópoles do capital. Os civilizadores no impasse barram o caminho aos que se civilizam.” (Trotsky, 1980, p.8). E o FMI executa exatamente essa tarefa: *barrar o caminho* aos subdesenvolvidos.

Na verdade, os verdadeiros objetivos do FMI eram, e são, os dos banqueiros internacionais que no imediato pós-guerra visavam “dar uma

saída aos grandes capitais acumulados nos EUA, durante o conflito mundial, e expandir e regularizar as correntes de comércio afetadas pela crise de 30 e pela guerra.” (Brasil, 1985, p. 008). Para tanto, esses capitais precisavam da abertura das economias periféricas.

A tradução prática desses objetivos, efetuada pelo FMI, centrava-se no financiamento de curto prazo dos déficits do balanço de pagamentos, deixando ao Banco Mundial o financiamento de programas de reestruturação de médio e longo prazos, sempre condicionados aos do FMI. (Ver Gonzalez, 1990). E ambos, FMI e Banco Mundial, condicionavam esses financiamentos à abertura econômica dos países com dificuldades cambiais. E estas se expressavam na escassez de dólares nas reservas internacionais do país.

O estabelecimento do padrão-dólar baseado no ouro implicava a conversão das moedas de outros países primeiro em dólares dos EUA para chegarem à paridade em ouro. O FMI era o fiscal desse mecanismo. Sua fiscalização das políticas de taxas de câmbio, que deveriam ser “ordeiras e precedidas de consultas“, porém, só ocorreram, de fato, para os países do Terceiro Mundo, sempre mediante *condicionalidades* segundo as quais o FMI passaria a gerir a política econômica dos países atendidos, realizando a concordância básica entre Keynes e White, expressa como “*cessões de soberania nacional*”.

O FMI foi, de fato, o instrumento do imperialismo para dirigir as economias dos países dominados, segundo os interesses do capital financeiro internacional, vale dizer, “da oligarquia financeira” e de “uns quantos estados dotados de ‘poder’ financeiro em relação a todos os restantes”. Só que agora trata-se de uma gestão *centralizada* e organizada para conformar as economias dos países dominados aos interesses do imperialismo, entre eles, a liberdade de movimentos de capital. Mas com o cuidado de manter em segredo esses movimentos, o que conseguiu nos anos 40 e 50, como veremos a seguir.

1.4 A Evolução do Euromercado no Pós-II Guerra até Sua Revelação Pública no Final dos Anos 50

Na década de 40, os movimentos de fuga de capital tiveram pouca visibilidade, mas a criação do FMI foi de fundamental importância como instrumental teórico para a organização da fuga de capitais dos países dominados. Outro fato importante foi a formalização dos Estados Unidos como criadores da moeda internacional que, associada “aos enormes e persistentes déficits nos balanços de pagamento deste país, levaram a uma maciça transferência de dólares dos Estados Unidos para o resto do mundo, os quais se concentram, basicamente, na Europa.” (Brasil, 1985, p. 013). A política do FMI é explicada por Naylor (1990, p. 28) da seguinte maneira :

“A evasão de capital foi também facilitada pela pressão do FMI sobre os países para dismantelar os controles de câmbio. Teoricamente, o FMI fazia incidir a maior parte de seus pedidos na liberalização sobre as transações de ‘contas correntes’ (o comércio internacional de bens e serviços), permitindo a muitos países deixarem intactas as restrições sobre movimento de capital (os fluxos internacionais de fundos de investimento). Contudo, havia um impedimento. A afluência de dinheiro resultante de empréstimos internacionais ou de investimentos estrangeiros era definida como movimento de capital. Logicamente, a saída dos pagamentos dos juros e dividendos sobre os empréstimos, e os investimentos deviam também ter sido definidos como movimento de capital, deixando aos países a liberdade de controle. Em vez disso, pagamentos de juros e dividendos sobre dívidas estrangeiras eram definidos como transações de contas correntes (não-restringíveis) – pagamento para ‘serviços’ dos investidores. Deste modo ficava completamente escancarado o celeiro para que o capital galopasse porta afora.

“Um país podia ainda, em teoria, impor controles de câmbio sobre o fluxo de reembolso do capital da sua dívida. No entanto, se as taxas de juros fossem bastante elevadas, o reembolso do capital podia ser disfarçado como uma saída de pagamentos do ‘serviço’ da dívida.”

Esta permissão de “deixarem intactas as restrições sobre movimento de capital” será derrubada mais tarde quando os banqueiros avaliarem que é chegada a hora do *ajustamento* (tema que está fora do escopo deste trabalho) e os fundos internacionais de investimentos ganharão liberdade

global para voar (geridos por mega-especuladores tipo George Soros), provocar crises cambiais, pousar onde as *taxas de juros* mostrarem-se mais *atrativas*, ceifar as riquezas das nações e partir... Mas não sem antes deixar a dívida externa acrescida de alguns bilhões de dólares, a dívida interna crescendo explosivamente e ambas pressionando o Estado no sentido de transformá-lo em apenas instrumento de arrecadação para *servi-las*.

Mesmo com pouca visibilidade, no pós II Guerra, até o final dos anos 50, grande quantidade de dólares foi se acumulando fora dos Estados Unidos. O *segredo é a alma do negócio* e os banqueiros mantinham-no a sete chaves. Eles já usavam um nome para esses dólares acumulados fora dos Estados Unidos, mas o grande público, incluindo os economistas, não o conheciam.

Sampson (1981, p. 125) dá a seguinte versão para o aparecimento à luz do dia do eurodólar:

“O veterano comentarista de assuntos financeiros, Paul Einzig, descreve da seguinte maneira a situação: ‘O mercado do eurodólar foi, durante anos, ocultado dos economistas e outros leitores da imprensa financeira por uma notável conspiração de silêncio... Topei com ele por puro acidente em outubro de 1959 e, quando iniciei uma investigação sobre isso, círculos bancários londrinos pediram-me encarecidamente que não escrevesse coisa alguma sobre a nova prática.’ Em 1960, o *Times* de Londres, na primeira referência escrita à palavra, mencionou ‘o chamado eurodólar’.”

O segredo, como se vê, deveria manter-se. E, devido ao “encarecidamente” pedido dos banqueiros da City de Londres, só no ano seguinte à descoberta de Paul Einzig a palavra mágica e fascinante mostrou-se pela primeira vez ao grande e seletivo público dos economistas e homens de negócio. Vale observar que os economistas faziam suas análises para o grande público, até então, ignorando essa realidade cara e imensa, alguns por ignorância mesmo, outros devido ao “encarecidamente” pedido dos banqueiros... Depois, o eurodólar passaria a ter inúmeros sinônimos (dinheiro sem pátria, dinheiro evadido, dinheiro quente, dinheiro volátil,

dinheiro esperto, nuvem monetária, etc.) e espalhar-se-ia primeiro para a City de Londres e, em seguida, para uma constelação de “paraísos fiscais” (ou centros *offshore*) como veremos mais tarde.

Quanto à origem da designação *eurodólar*, Neves (1987, p. 24-25) relata que,

“em 1949, o novo governo chinês, temeroso de retaliações por parte dos Estados Unidos, começou a disfarçar suas receitas em dólares depositando-as no Banco Comercial para a Europa do Norte, sediado em Paris e controlado pelos russos. Logo depois, ao irromper a guerra da Coréia, os EUA bloquearam todos os créditos chineses que ainda estavam depositados nos bancos norte-americanos. Em vista disso, os russos, como medida cautelar, começaram a disfarçar seus dólares, seja no mesmo banco em Paris, seja no *Moscow Narodny Bank*, localizado em Londres e também de propriedade soviética. O mecanismo consistia em aplicar os dólares dos chineses e soviéticos através de bancos da Europa Ocidental, ao mesmo tempo em que mantinham as aplicações denominadas em dólares norte-americanos. Essa prática levou ao desenvolvimento de um mercado europeu para a aplicação de dólares norte-americanos – tais depósitos logo ficaram conhecidos como eurodólares, uma espécie de dólar no exílio que começava a se multiplicar.”

“Moeda refugiada”, “dólar no exílio”, dinheiro que fugia de sua pátria-mãe e que “começava a se multiplicar”. Na verdade não é bem assim. Marx já constatou, no século passado, que no capitalismo ocorre o fenômeno do “dinheiro sempre a brotar”. *Esse fenômeno decorre das próprias leis do capital*. É o mesmo fenômeno que produz num pólo *uma minoria* reduzidíssima de *muito ricos* e, no outro pólo, *uma legião de miseráveis*. Como vimos acima, a quantidade e a concentração de capital monetário, no início do século XX, já dominava como capital financeiro, provocando uma virada no capitalismo, passando à fase imperialista. Desde então, o capital financeiro cresceu e multiplicou-se. Há evidências claras de que, pelo menos desde os anos 20, frações cada vez mais significativas escapam aos controles do Estado, passam à clandestinidade e agem como capitais piratas. Nos anos 40 e 50 já eram muito grandes para não serem notados. O mais provável é que, para que soviéticos e chineses aplicassem seus dólares em bancos fora dos Estados Unidos, esses bancos já existissem e agissem por fora dos controles do Estado com a conivência dos governos,

principalmente dos governos da Inglaterra – império decadente. Assumimos que o *governo*, segundo Lênin, é o *comitê central da classe dominante*. Mas, neste século XX, é o capitalista financeiro que constitui a fração dominante do capitalismo e, portanto, quem *domina*. Os governos capitalistas são, por conseguinte, podemos sintetizar assim, *governos dos banqueiros*.

Há um dado, porém, que Neves não refere e que ajudou na fabricação da lenda: o “chamado Banque Commerciale Pour l’Europe du Nord, cujo endereço telegráfico, por acaso, era ‘**Eurobank**’. (...) Essa nova moeda refugiada era, em breve, negociada por outros bancos europeus, tomando o nome de **eurodólar** (segundo se diz) do endereço telegráfico em Paris.” (Sampson, 1981, p. 122-23).

Geograficamente, esse dinheiro ia de todos os países e não era só dólar a moeda que voava para a liberdade. Acontece que o dólar era a moeda internacional. Também não era só dinheiro *sujo* (sonegação fiscal, narcodólar, etc.). As multinacionais colocaram seus excedentes nesse mercado, *petrodólares* foram para esse euromercado, por exemplo. Mesmo que os dólares que saíam dos demais países tivessem o endereço formal do Estados Unidos, frações cada vez maiores foram para o euromercado.

Quando Paul Einzig descobriu por acaso o euromercado, em 1959, foi porque o mesmo já estava agitado demais. Ocorreu que um instrumento importante fora criado pelos bancos em 1957, específico para captar dinheiro em fuga: o *eurobond*. Sampson (1981, p. 128) relata como segue sua aparição:

“A parte mais seleta do mercado do eurodólar era reservada a títulos estrangeiros, ou ‘*eurobonds*’, que logo suplementavam as emissões tradicionais de obrigações em moedas nacionais. A maior parte desses títulos era inicialmente vendida a indivíduos ricos, que podiam usá-los para evitar os impostos, e grande parte dos negócios centralizou-se inicialmente na Suíça, onde europeus e latino-americanos podiam fazer negócios através dos bancos locais, comprando ‘títulos ao portador’, que os tornavam ainda mais discretos. A primeira emissão de um *eurobond*, ao que se diz, ocorreu em 1957, relativa à Petrofina, companhia de petróleo belga.”

Outros fatos fizeram parte do agitado e oculto mundo do eurodólar ainda antes de sua revelação pelo *Times* de Londres em 1960. “Em meados dos anos 50, sob a influência do ministro das Finanças , Antoine Pinay – conservador fiscal e pan-europeu de extrema direita - , a França anunciou uma anistia para dinheiro do mercado negro, reduzindo as taxas e abrindo os títulos de tesouro aos investimentos, sem fazer qualquer restrição.” (Naylor, 1990, p. 329). “Em 1958, a maioria dos países da Europa Ocidental – embora não a Grã-Bretanha – concordou com que suas moedas fossem conversíveis em dólares, isto pela primeira vez desde a guerra”. (Sampson, 1981, p. 123). Esta convertibilidade era tudo que os bancos queriam, posto que o dólar fora eleito moeda internacional ancorada no ouro em Bretton Woods. Além disso, vale lembrar que as multinacionais norte-americanas, principalmente, estavam deslocando-se para a periferia. Por outro lado, os bancos tornavam seus negócios em dólares fora dos Estados Unidos mais lucrativos e competitivos e os aplicadores obtinham taxas de juros mais favoráveis. Centros *offshore* surgiam fora da mãe pátria dos capitais evadidos (Suíça) e de sua primogênita (a City de Londres), como Luxemburgo, que “Na década de 50, ele tornou-se também um grande centro de contratos para o mercado de eurotítulos e notória lavanderia para dinheiro quente.” (Naylor, 1990, p. 147). E, para coroar a década de 50, “o mercado do eurodólar multiplicou-se com grande rapidez: triplicou aproximadamente em 1959 e, mais uma vez, duplicou em 1960, empurrado pelo surto de prosperidade europeia e pela expansão das empresas multinacionais americanas.” (Sampson, 1981, p. 125). Uma progressão geométrica. Tal sucesso do dinheiro livre e desregulamentado decorria principalmente das políticas pós-Bretton Woods implementadas principalmente pelo FMI, como vimos acima, mas também pelo Banco Mundial. Neves (1987, p. 24) cita o professor Triffin dando uma explicação que inverte a relação causal referida acima, mas diagnostica corretamente que o sistema de Bretton Woods nascera grávido de uma crise fatal:

“O sistema monetário de *Bretton Woods* funcionou muito bem durante os anos 50. O primeiro a identificar algumas inconsistências básicas nesse sistema foi o Professor *Robert Triffin*, da Universidade de Harvard, em 1959. Segundo *Triffin*, o sucesso de *Bretton Woods* baseava-se na crescente quantidade de dólares em circulação pelo mundo, o que conduzia a um déficit crônico no balanço de pagamentos dos EUA. Ora, como o dólar era ligado ao ouro, o excesso de dólares no mercado internacional provavelmente, em algum momento, levaria os demais países a trocar seus dólares por ouro, o que faria reaparecer o velho problema da escassez de ouro.”

Neves também inverte a relação causal da “crescente quantidade de dólares em circulação pelo mundo”. É o déficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos mais as saídas de divisas, dos Estados Unidos e de outros países, que aumenta essa quantidade de dólares, e não o oposto.

O instrumental, político e técnico, para o dinheiro sair e esquentar-se, como vimos, foi bastante reforçado no pós *Bretton Woods* e durante os anos 50. Nos anos 60, esse instrumental crescerá muito mais e, no final da década, o euromercado entrará em ebulição e colocará em crise o Sistema Monetário de *Bretton Woods*, o que obrigará os Estados Unidos a formalizar o fim da paridade dólar-ouro em 1971.

Vejamos, pois, a evolução do sistema financeiro desregulamentado em formação nos anos 60, década crucial na criação do *maquinário* para a captação do capital monetário excedente e “descolado” da economia real.

1.5 Anos 60: Fase de Acumulação do Euromercado

A revelação pública da existência do eurodólar foi como um tiro de partida para a disparada dos banqueiros na montagem do *maquinário* de um sistema financeiro “descolado” em escala mundial. Já vimos que o volume de eurodólares triplicou aproximadamente em 1959 e duplicou em 1960. Kucinski e Branford (1987, p. 113) apresentam uma tabela com dados de 1960 a 1982 de eurodólares e reservas internacionais oficiais em

nível mundial. Em 1960 havia 10 bilhões de dólares brutos no euromercado e 58,2 bilhões de dólares de reservas mundiais, ou seja, o total de reservas mundiais era aproximadamente seis vezes maior que o volume de eurodólares. Em 1970, o acumulado de eurodólares atingiu 110 bilhões de dólares e o das reservas mundiais, 92,3 bilhões de dólares, quer dizer, os eurodólares ultrapassaram as reservas mundiais. Em 1982, a relação era de dois trilhões e 15 bilhões de dólares de eurodólares (2,015 trilões) para 360,8 bilhões de dólares de reservas mundiais, onde a quantia de eurodólares era mais de cinco vezes a das reservas mundiais. Como tudo é aproximado no mundo do eurodólar, preferimos considerar que os números relativos aos eurodólares estejam subfaturados.

O fundamental a observar é que houve um momento em que ocorreu uma virada quantitativa dos eurodólares em relação às reservas internacionais. Esse momento foi em torno de 1970. Outro dado que confirma essa virada encontra-se em Coutinho e Belluzzo (1982, p. 10): “Em 1972 o volume do ‘Euromonedas’ representava cerca de 50% da base monetária (M1) norte-americana e pouco mais de 53% equivalente, para o conjunto da Europa Ocidental.” Mais uma evidência dessa virada quantitativa é encontrada em Brasil (1985, p. 16): “Entre 1968/74 (...) o crescimento da liquidez internacional foi da ordem de 24% a. a., enquanto entre 1949/69 havia sido de apenas 2,8% a. a.”

Esse sucesso numérico do euromercado, com certeza, não se deu por geração espontânea. Vejamos alguns dados da gestação desse sistema financeiro nos anos 60, sua estruturação, principalmente os instrumentos de captação. Dividimos em dois períodos: 1960-65 e 1966-69, como segue.

1.5.1 O Período 1960-65

Os bancos pioneiros na montagem do sistema eurodólar tentaram dar pouca visibilidade às suas atividades, principalmente no período

1960/65. Vimos acima que em 1957 foi emitido o primeiro *eurobond* como um instrumento de financiamento com dólares refugiados. Mas um instrumento fundamental para a captação foi o certificado de depósito (CD):

“A inovação crítica dos principais bancos americanos no sentido de obter acesso ao cada vez maior montante de dinheiro quente e sem pátria era um pedaço de papel negociável chamado Certificado de Depósito (CD). Criado pelo Citibank em 1961, o CD era efetivamente (se bem que não legalmente) um título que o banco podia vender a uma empresa ou a um indivíduo com temporário excedente monetário. (...) O CD dava aos bancos – tradicionalmente limitados em sua busca de fundos de depósitos ao mercado de dinheiro de curto prazo - uma estrada no mercado de capitais de longo prazo. Aí, podiam competir com governos e empresas, procurando obter dinheiro através da venda de ações e obrigações. Depois, em 1964, o CD tornou-se de uso comum.” (Naylor, 1990, p.41).

Esse CD, cujo uso generalizou-se em 1964, ainda não era o instrumento ideal para aqueles que têm alguma coisa a esconder. Assim,

“nesse ano Bernie Cornfeld, segundo consta, dirigiu-se ao Citibank com uma proposta. Observando que muitos europeus ricos queriam ‘evitar’ impostos, o IOS propunha que o Citibank emitisse um CD ‘eurodólar’ para satisfazê-los. Deste modo emergiu o instrumento financeiro que seria fundamental à penetração dos bancos no montante de liquidez do dólar fora dos Estados Unidos, que se tornou posteriormente conhecida como mercado do eurodólar.” (Naylor, 1990, p. 41).

CD em eurodólar significa garantia de anonimato e sigilo. Esse dinheiro (dólar ou outra moeda que, fosse qual fosse, expressar-se-ia em dólares) não estava destinado, evidentemente, a ficar entesourado nos cofres dos bancos. Sampson (1981, p. 128) relata que em 1963 “Siegfried Warburg organizou em Londres uma emissão de 15 milhões de dólares, para financiar a construção de rodovias na Itália, que fez história bancária e tornou mais aceitáveis os *eurobonds*.” Mas a verdadeira história do endividamento provocado por esse sistema financeiro em desregulamentação ocorrerá depois, a partir do final dos anos 60, e que estudaremos no Capítulo 3.

Como causas para o dinheiro optar por entrar na clandestinidade, nesta primeira metade dos anos 60, levantar vôo e pousar inicialmente na Suíça (como sempre), City de Londres, em Frankfurt, Zurique ou Hong Kong, são apontadas basicamente a rigidez dos mercados financeiros nos Estados Unidos, resultante da tentativa de conter a evasão de capital e o déficit do balanço de pagamentos. A outra causa básica indicada é justamente o déficit do balanço de pagamentos. Em Kucinski e Branford (1987, p. 110) encontramos a seguinte explicação:

“A força poderosa que impulsionou esse mercado foi a rigidez dos regulamentos bancários em Nova Iorque (...). Essa rigidez foi reforçada a partir dos anos 60, primeiro com a resolução ‘Q’ do FED, que proibia os bancos de pagar juros por depósitos inferiores a 30 dias, limitava a um por cento ao ano os juros para depósitos até 89 dias e a 2,5 por cento para depósitos mais longos. Deu-se uma violenta fuga do capital financeiro – que corre para taxas mais elevadas de juro com a naturalidade com que a água corre para baixo. Em 1963, com o agravamento da crise cambial americana, devido aos gastos da guerra do Vietnã, o FED introduziu a taxa de equalização de juros, taxando juros recebidos do exterior por empresas ou residentes americanos.”

Explicação semelhante é dada por Neves (1987, p. 25):

“Durante muito tempo os eurodólares não eram muito significativos no mercado internacional. Em 1963, contudo, os EUA, preocupados com a exportação de seus capitais, implantou a chamada *IET – Interest Equalization Tax*, ou taxa de equalização de juros, a ser cobrada nos EUA a todos os que comprassem bônus de bancos estrangeiros emitidos nos Estados Unidos. O objetivo era dificultar a obtenção de empréstimos nos EUA por parte de entidades estrangeiras, numa tentativa de evitar maiores fugas de dólares para o exterior. O efeito da IET, contudo, foi contrário ao desejado – promoveu, na verdade, o maior êxodo bancário da história dos EUA, efetivamente exportando parte do próprio sistema financeiro norte-americano.

“Com a imposição da IET, até os bancos norte-americanos começaram a emitir seus bônus na Europa, sobretudo em Londres, criando um mercado de bônus para os eurodólares, que eram dólares no exílio, bem como para outros dólares que quisessem seguir o mesmo caminho, fugindo da IET. Estava criado o mercado de eurobônus. Os euromercados se expandiram rapidamente e se tornaram, na prática, o centro do sistema financeiro mundial.” (Sublinhado nosso).

Sampson (1981, p. 125), referindo-se à IET, diz que “a medida destinava-se a fortalecer o dólar e defender o sistema de Bretton Woods” e que “a ironia fundamental dessa história, como adoram dizer banqueiros empreendedores, é que a tentativa de controlar gerou a expansão de um mercado sem controle algum”.

As causas apontadas acima são, na verdade, conseqüências de outras causas. Em primeiro lugar, da causa fundamental que é a contração inerente do capitalismo mas que, por si só, não produziria esse fenômeno. Esta é a causa geral, permanente do capitalismo. Um fenômeno específico tem suas especificidades históricas. Na formação do euromercado, observamos, por um lado, o sistema financeiro gerando “um mercado sem controle algum”, alimentado por fundos resultantes (mas não só) de saques ao Estado (sonegação de impostos, etc.) e, por outro lado, a política do FMI, como vimos acima, que é evidenciada por um dos pioneiros do euromercado nos anos 50 e 60:

“...Sir George Bolton, que fora diretor-executivo britânico do FMI e que, durante quatro anos, estivera supervisionando controles cambiais no Banco da Inglaterra. Deixou ele o estabelecimento em 1957 e tornou-se Presidente do Conselho de Administração de um banco meio arruinado, chamado Banco de Londres e da América do Sul (Bank of London and South America – BOLSA). O BOLSA perdera a maioria de seus clientes latino-americanos por inadimplência, restrições locais e retirada britânica geral, mas Bolton logo viu uma oportunidade de ressuscitá-lo com a ajuda de depósitos em eurodólares, que podia emprestar a governos latino-americanos. Trouxe para o banco jovens inteligentes, criou um departamento de câmbio e logo depois estabeleceu ligações com o Mellon Bank, de Pittsburg, Estados Unidos. Embora não fosse economista, sentia-se fascinado com o movimento do dinheiro em volta do globo: ‘Como o oceano, esses mercados jamais estão em repouso’, disse ele em 1964, ‘e, como as mulheres, jamais são inteiramente previsíveis.’” (Sampson, 1981, p. 124).

O homem certo no lugar certo na hora certa: Sir Bolton. “Diretor-executivo” do FMI, ou seja, homem do famoso *Staff*, instância suprema do FMI, dominada pelos países imperialistas, como vimos acima (Seção 1.3). Como tal, sabia tudo dos países membros do FMI através dos relatórios *confidenciais* de suas *missões*. Mais quatro anos “supervisionando controles

cambiais no Banco da Inglaterra”, portanto, conhecedor profundo das variações cambiais, uma das principais causas por que ‘esses mercados jamais estão em repouso’, e um império em decadência: “retirada britânica geral”. Com toda essa experiência, Sir Bolton conhecia, naturalmente, o caminho da roça: “estabeleceu ligações com o Mellon Bank, de Pittsburg, Estados Unidos”, o maior produtor de dólares... Sir Bolton só tinha uma fraqueza: não era “economista”, o que, segundo as regras do jogo, era mais uma vantagem. Mas não estava sozinho, nem seu sócio (o Mellon Bank) era o único banco norte-americano ligado à Europa. Havia outros *in loco*: “em 1965 havia 13 grandes bancos, operando 188 filiais na Europa.” (Coutinho e Belluzzo, 1982, p. 21).

Em 1960, não se tinha notícia nem das intenções desses 13 grandes bancos. Agora, 1965, os bancos pequenos não aparecem nas estatísticas, mas que existem, existem. O sistema financeiro desregulamentado, porém, está em formação, crescendo e se multiplicando. No período que veremos a seguir, uma placa numa pequena ilha poderá representar um “banco” ou uma “empresa”...

1.5.2 O período 1966-69

Neste período, constatamos que o número de grandes bancos norte-americanos “cresce para 27 bancos com 340 filiais”, em 1968, contra 13 bancos e 188 filiais em 1965 (Coutinho e Belluzzo, 1982, p. 21). O passivo bruto de eurodólares chega a 110 bilhões de dólares em 1970, contra 30 bilhões em 1965, segundo Kucinski e Branford (1987, p. 113). Como vimos anteriormente, a taxa de crescimento da liquidez saltou da média de 2,8% ao ano de 1949/69 para 24% ao ano a partir de 1969, o que é consistente com o crescimento de 57 bilhões de dólares em 1969 para 110 bilhões em 1970. A partir de 1968 o número de bancos norte-americanos na Europa também cresce aos saltos, passando dos 27 bancos e 340 filiais em 1968 para 106 bancos e 580 filiais em 1972 (Coutinho e Belluzzo, 1982, p. 21). Esses

números são todos muito consistentes entre si, indicando a ocorrência de uma virada em torno de 1970, quando o sistema financeiro internacional regular sucumbe frente a esse novo sistema desregulamentado dos mesmos velhos bancos e banqueiros de “novo tipo”... Vejamos, então, como isso ocorre.

Em 1966 começa a aparecer o espalhamento geográfico do sistema financeiro eurodólar com a difusão dos chamados centros *offshore* ou *paraísos fiscais*. (ver Os Paraísos Fiscais, Capítulo 2).

O déficit no balanço de pagamentos dos Estados Unidos continua jorrando dólares para fora do país via Guerra do Vietnã e outros fatores. Multinacionais, bancos centrais e empresas domésticas, além da numericamente enorme quantidade de empresas fantasmas, depositam seus saldos monetários no euromercado. Traficantes de droga e de armas, agências de espionagem, ditadores, governantes e auxiliares, fundos de investimento que roubam seus clientes, enfim, a lista de abastecedores é variada e está sempre se renovando... Mas uma das principais e permanentes fontes e sempre mais e mais ampliada e sofisticada é a sonegação de impostos (que, mais tarde, serão superadas por formas institucionalizadas, como as fugas de capital, as depreciações dos termos do intercâmbio comercial e os serviços da dívida internacional, por exemplo).

As designações *paraísos fiscais* e *oásis fiscais* não foram cunhadas por acaso: "... 'Há, na verdade, duas coisas sobre os oásis fiscais', explica Peter Leggatt, gerente do Royal Bank of Canada. 'Há administração sofisticada para evitar o pagamento de impostos e há indivíduos que tentam evitar pagá-los. Às vezes, é difícil identificar a diferença.'" (Sampson, 1981, p. 254). A diferença é que o sistema financeiro internacional é que promove a fuga de capitais e cria os “oásis fincais”. Promove a dilapidação do Estado via sonegação de todo tipo e estrutura *paraísos fiscais* baseados em locais fantasmas mas com legislação real: “Mas havia acordo geral, como disse um

banqueiro das Caimãs, de que ‘pode-se ter a lei apropriada, mesmo que o pessoal do governo não aceite suborno’, com o resultado de que o governo promulgou leis sobre sigilo mais rigorosas do que as que estavam em vigor nas Baamas.” (Sampson, 1981, p. 254). Quer dizer, se no local eleito para *oásis fiscal* ainda não há “a lei apropriada”, impera o *suborno* até que “a lei apropriada” seja promulgada como a mais rigorosa em relação ao último *paraíso fiscal* “legalizado”. E essa legalização é feita subornando, não “o pessoal do governo”, mas o *governo todo*.

O aperfeiçoamento desse sistema financeiro paradisíaco continua. Em 1966 o Citibank cria “uma divisão ‘bancária internacional privada’ para ajudar a captar o dinheiro dos estrangeiros ricos para os Estados Unidos.” (Naylor, 1990, p. 37). Neste ano os Estados Unidos já são considerados o segundo maior centro mundial de dinheiro expatriado (Idem, *ibidem*). E para os clientes mais cobiçados “a filial do First National City Bank of New York em Londres emitiu o primeiro Certificado Negociável de Depósito especialmente adaptado às necessidades das multinacionais.” (Kucinski e Branford, 1987, p. 110). “E em 1968 o IOS¹ criou um departamento VIP para o serviço dos particularmente ricos e/ou dos politicamente influentes.” (Naylor, 1990, p. 37). Clientes é que não faltavam:

“Infelizmente para o IOS, um incidente, em 1966, com a polícia brasileira, pôs a descoberto uma lista de mais de 10 mil clientes cujo capital havia sido ilegalmente exportado. Crescentes e cada vez mais violentos choques com o governo anfitrião ocorreram. As operações sofreram novo revés em 1967, quando a *Life* publicou famosa reportagem de um correio da organização conjunta IOS-Lansky que transportava dinheiro para o Banco de Rosenbaum em Genebra.” (Naylor, 1990, p. 31).

Assim, o sistema financeiro desregulamentado vai acumulando capital expatriado por todos os meios. E esconder bem o dinheiro dos clientes era prova de competência... Depois, os *eurocertificados* e *eurobonds* de todos os tipos generalizaram-se, já que, como vimos, a partir

¹ IOS: Investors’ Overseas Services – fundo de investimentos *offshore* criado por Bernie Corfeld. (Naylor, 1990).

de 1969, o dinheiro expatriado passou a crescer vertiginosamente. Coutinho (1982, p. 49) sintetiza assim esse fenômeno:

“As taxas de expansão das operações do mercado se têm demonstrado tão espetaculares que seria impossível explicá-las sem criação de crédito, o que significa dizer que o circuito financeiro global adquiriu vida própria. Vale dizer, a circulação financeira globalizou-se e ganhou autonomia, desenvolvendo-se numa órbita generalizada (e ‘descolada’) em escala mundial.” (Sublinhado nosso).

Ou seja: o sistema monetário de Bretton Woods estava fazendo água e entrou em crise em 1968. O elemento central dessa crise era a impossibilidade de os Estados Unidos honrarem a paridade dólar-ouro estabelecida em Bretton Woods. Um calote, portanto, estava amadurecendo. Mas as vantagens relativas e absolutas do eurmercado não deixavam margem a dúvidas aos “banqueiros empreendedores”: “Livres de qualquer tipo de regulação e especialmente do depósito compulsório (nos Bancos Centrais), o segmento bancário internacionalizado pode oferecer taxas de captação mais atraentes e trabalhar com uma margem mais estreita entre as taxas de captação e empréstimo.” (Coutinho, 1982, p. 48). Mais as vantagens do sigilo e do anonimato. Ou seja, os *eurobancos* eram mais *competitivos* porque, por um lado, eram *livres* de quaisquer obrigações com o Estado e, por outro, alimentavam-se do saque ao próprio Estado. A saída natural desse sistema “*global*”, “*autônomo*” e “*descolado*” da economia real será, como veremos no Capítulo 3, a *criação de crédito*, ou seja, a formação da dívida internacional como única forma desse capital financeiro desregulamentado valorizar-se, no quadro do capitalismo decadente.

Isso porque, do mesmo modo que na produção real, a competição favorece as maiores empresas. As grandes empresas, que superam as pequenas em todos os campos, inevitavelmente são vitoriosas na competição. “Tal é a base inalterável do processo de concentração e centralização do capital”. Isso é proporcionado pela concorrência que, ao criar o monopólio, decreta sua extinção gradual. O predomínio do monopólio “começou a afirmar-se até por volta do ano 80 do século passado e

assumiu sua forma definida no começo do presente século.” (Trotsky, 1988, p. 14). A partir de então, é o monopólio, sob o jugo do capital financeiro, que domina. E, para o capital, valorizar-se é o que importa. Para tanto, os fins justificam os meios.

A concorrência era a principal força motriz do capitalismo e sua justificação histórica. O domínio do monopólio provoca sua eliminação gradual, sinaliza o começo da desintegração da sociedade capitalista e transforma os acionistas em parasitas sociais. O monopólio precisa “de um governo o quanto mais autoritário seja possível, de barreiras alfandegárias, suas ‘próprias’ fontes de matérias-primas e mercados (colônias). A última palavra em desintegração do capital monopolista é o **Fascismo**”. (Trotsky, 1988, p. 15). É nessa via que vai o capital financeiro desregulamentado em sua maré montante.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a concentração do número de indústrias foi de 100 no início da 1ª Guerra Mundial para 98,7% em 1923 e de 100 em 1923 para 93,8% em 1929. Em termos de concentração de capital, porém, das 300 mil corporações existentes em 1929, 200 ou 0,07% delas controlavam 49,2% dos capitais neste ano e 56% em 1933. Portanto, o domínio da produção era exercido por uma minoria reduzidíssima. Mas essa concentração não ocorreu somente das grandes sobre as pequenas empresas. Enquanto a produção industrial aumentou 50% entre 1920 e 1930, a massa salarial aumentou apenas 30%. E esse empobrecimento relativo acumulou-se em empobrecimento absoluto: o desemprego passou de 2 milhões em 1929 para 20 milhões em 1933. E “o declínio relativo do nível de vida das massas foi superado pelo declínio absoluto. Os trabalhadores começaram fazendo economia em suas modestas diversões, depois no vestuário e finalmente na alimentação.” Em nível mundial, com apenas 6% da população, os Estados Unidos possuem 40% da riqueza. “Além disso, um terço da nação, como admite o próprio Roosevelt, está mal nutrida, vestida inadequadamente e vive em condições inferiores às

humanas.” (Trotsky, 1988, p. 19-20). Esse é mais um exemplo da contração inerente do capitalismo. Ora, se a produção cresce 50% e a massa salarial, apenas 30%, isso significa que o mercado para esta produção foi *contraído* e a consequência, mais adiante, será a contração da produção, pois produção e mercado são desvinculáveis. O resultado desse processo de exploração da força de trabalho é a acumulação de capital monetário que, depois, domina como capital financeiro. As válvulas de escape, para o capitalismo, são as crises, que se tornarão mais agudas e generalizadas no pós *reaganomics*.

No mundo do euromercado não é diferente. Um exemplo foi o Intra Bank, “o mais antigo dos bancos libaneses, que detinha 20% do total dos depósitos do país”. Além disso, o banco parecia um Estado em formação, atuando em vários setores da economia: porto, aviação, cassino, rádio, hotéis, cinema, fábrica de cimento e propriedades de luxo no exterior. Mas,

“em outubro de 1966 o banco estava sem disponibilidade de fundos: tinha havido perdas no ouro, no cobre e nos títulos americanos. O banco investira dinheiro em propriedades e uma brusca elevação nas taxas de juro eurobancárias sobre os depósitos em dólares desviou o dinheiro quente de Beirute. Começou uma corrida geral ao banco, obrigando o governo libanês a decretar feriado bancário de três dias. O Banco Central e o governo libanês (...) recusaram ajuda, (...). O Chase Manhattan e várias outras instituições americanas congelaram então os depósitos do Intra em Nova Iorque, declarando que os depósitos seriam mantidos como garantia até que o Intra pagasse os empréstimos tomados ao Chase.

“Se bem que o Intra Bank ocupasse apenas o 425º lugar entre os bancos mundiais em fundos de investimento, sua quebra representou a maior catástrofe bancária mundial desde a Segunda Grande Guerra. (Naylor, 1990, p. 39).

O Intra quebrou devido à sua dependência do dinheiro quente que revou para os maiores bancos, devido ao acirramento da concorrência pelo mesmo. Além disso, houve a intervenção do Chase em seus depósitos, usando seu *poder financeiro*. O principal instrumento, contudo, dos grandes contra os pequenos – como o será contra os países devedores mais tarde – é a *taxa de juros*.

Neste exemplo – e há outros que não exporemos - vemos a taxa de juros como instrumento dos grandes bancos (que a determinam) para atacar os concorrentes. Já vimos que a taxa de juros é um dos fatores para os eurobancos atraírem dinheiro dos países. Veremos no Capítulo 3 que ela será a principal arma no saque às nações devedoras. Estreitamente ligada à taxa de juros está a “crescentemente intensa luta concorrencial por este dinheiro”. Ora, quem faz as regras, ganha o jogo. O discurso afirmando que o *mercado* determina as taxas de juros é apenas uma forma de esconder que é o *cartel* dos grandes bancos que as impõe. Nas negociações do Brasil com o *comitê de assessoramento* dos bancos credores, segundo Kucinski e Branford, os mesmos impuseram o seguinte quanto à taxa de juros:

“O mecanismo de determinação básico, o juro flutuante, é um verdadeiro cheque em branco nas mãos dos grandes credores, e vale ser mencionado *ipsis literis*:

Artigo 1

Seção 1.01

.....
Taxa doméstica do dólar significa ... o juro flutuante por ano igual em todo o tempo ... à taxa de juro anunciada publicamente pelo Citibank em Nova Iorque de tempos em tempos como sendo a taxa básica do Citibank...

“Ou seja, é o próprio Citibank que dita a taxa que vai ser comunicada ao Banco Central do Brasil e aos mais de 400 credores como sendo uma pretensa taxa de mercado.” (Kucinski e Branford, 1987, p. 205).

E assim, em nome do “mercado”, os grandes vão quebrando os pequenos. O resultado é o monopólio, pelo mecanismo que examinamos acima. Agora, porém, não pela livre concorrência, mas pelo *livre arbítrio* dos grandes.

Outro exemplo da vantagem das grandes empresas sobre as menores é a ação das multinacionais que estabelecem filiais nos paraísos

fiscais, a partir das quais realizam empréstimos para matrizes ou outras filiais sediadas em países que impõem restrições ao crédito.²

Europa Ocidental, Panamá, Curaçau, Bahamas, Hong Kong, Singapura, Ilhas Caymãs, Líbano, Libéria, Uruguai são algumas estrelas da constelação de lugares paradisíacos para dinheiro expatriado. Quando o volume de dinheiro saído do país provoca crise cambial, o mesmo volta como empréstimo, formando dívida externa. Em termos gerais, é o *empréstimo reversivo*. No período em exame, porém, os empréstimos a países foram poucos e, no final do mesmo, a liquidez internacional estava muito alta e as condições estavam maduras para uma virada. Um sinal dessa virada foi a crise do sistema monetário de Bretton Woods.

O sistema monetário criado em Bretton Woods entrou em crise em 1968 quando o saldo da balança comercial dos Estados Unidos, que vinha sendo positivo, zerou, colocando em cheque a sustentação da paridade dólar-ouro, cujos responsáveis por sua manutenção eram os Estados Unidos. Por outro lado, o volume de eurodólares estava ultrapassando os 100 bilhões de dólares e superando as reservas internacionais oficiais. A conclusão do imperialismo, em transição para o domínio do capital financeiro desregulamentado, foi a de que não era mais lucrativo investir na produção mas na *especulação*. Eclodiram, então, na incubadora do euromercado, os empréstimos consorciados ou sindicalizados:

“Em 1969, quase ao mesmo tempo que era inventado o juro flutuante, surgia em Londres o primeiro empréstimo consorciado (*sindicated loan*), pelo qual um grande número de bancos se associava numa única operação de empréstimo. Enquanto o juro flutuante permitia financiar a longo prazo com recursos de curto prazo praticamente sem risco, o empréstimo consorciado permitia ampliar o tamanho dos financiamentos além de qualquer limite imaginável por cada banco isoladamente. O primeiro empréstimo

² “Fundos ilícitos escondidos no euromercado podiam juntar-se a dinheiro legítimo nos empréstimos a filiais internacionais de firmas americanas. Essas, por seu turno, podiam emprestar dinheiro às filiais e empresas do grupo sediadas nos Estados Unidos. Desse modo as grandes firmas dos Estados Unidos, com ligações internacionais, escapavam ao impacto da restrição de crédito que atingia seus concorrentes que não tinham essas ligações; e uma contínua evasão de impostos e fuga de capital podiam encontrar-se envolvidas em uma muito interessante variante do antigo esquema de empréstimos reversivos de Meyer Lansky.” (Naylor, 1990, p. 42).

consorciado, organizado pelo banqueiro Minos Zombakis para o Irã em 1969, somava US\$ 80 milhões.” (Kucinski e Branford, 1987, p.111).

Com esse primeiro empréstimo coletivo do euromercado estava começando uma nova era do imperialismo: o capitalismo sem risco, o investimento de longo prazo indexado à vontade dos banqueiros “empreendedores”, a especulação pura. Além da causa fundamental das crises do capitalismo, o estreitamento dos mercados, a possibilidade de empréstimos de longo prazo com captações de curto prazo estava estreitamente relacionada ao fato de o dinheiro expatriado adquirir caráter ilícito ao se metamorfosear em eurodólar.³

Em suma, na sua fase imperialista, o capitalismo está em decadência. Nessa fase, o capital financeiro, que domina as demais formas de capital e toda a sociedade, impõe as políticas que lhe interessam. Do final da II Guerra Mundial até o final dos anos 60, combinaram-se as *ações de fato* dos bancos com as *ações institucionalizadas* via FMI e Banco Mundial na formação do euromercado. Inicialmente, até o final dos anos 50, o processo de acúmulo de dólares fora dos Estados Unidos foi protegido pelo mais absoluto segredo. Uma vez descoberta sua existência, em 1959, os bancos dedicaram-se à estruturação desse mercado desregulamentado. Na primeira metade dos anos 60, predominaram os instrumentos de captação, destacando-se o certificado de depósito (CD). Neste período, os bancos sediaram seus negócios com eurodólares basicamente em Londres. A partir de 1966, a rede física irradiou-se para múltiplos locais cujas legislações foram especialmente elaboradas para garantir sigilo e anonimato aos portadores de dinheiro expatriado de todos os países. As fontes desse dinheiro eram o déficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos, as fugas e evasões de capital de toda parte, saldos das multinacionais, entre

³ “Como Bernie Cornfeld havia descoberto, o capital desviado tal como o dinheiro de origem criminosa era muitas vezes diferente, em termos práticos, daquilo que parecia ser em termos contábeis. Se suas origens eram suficientemente dúbias, a necessidade de sigilo podia muito bem fazer que ele se comportasse menos como um ‘depósito’ e mais como recursos de capital a longo prazo da instituição financeira. Isto era um atributo do capital em evasão ao qual os bancos da Suíça e de Hong Kong eram gratos há muito tempo”. (Naylor, 1990, p. 37).

outras. As tentativas, por parte dos Estados Unidos, de controle das saídas de capital foram frustradas e produziram, na verdade, o efeito oposto. No final dos anos 60, havia alta liquidez internacional em eurodólares, e o sistema monetário de Bretton Woods entrou em crise, pois os Estados Unidos davam sinais de não honrarem a paridade dólar-ouro estabelecida em 1944. O desfecho da liquidez internacional – criadora de crédito – e da crise do sistema monetário de Bretton Woods, será visto no Capítulo 2, a seguir.

CAPÍTULO 2

O SISTEMA FINANCEIRO DESREGULAMENTADO EM OPERAÇÃO

2.1 Introdução

O sistema financeiro desregulamentado nasceu nos anos 40 e 50 e manteve-se em absoluto silêncio até sua descoberta em 1959. Nos anos 60, em plena luz, mas protegido por todas as formas de sigilo e anonimato, cresceu e se multiplicou, levando o sistema monetário de Bretton Woods à crise, em 1968, rumo ao colapso, e, no ano seguinte, dando sinais de mudança, proporcionou o primeiro *empréstimo consorciado*.

Faltava ao sistema monetário de Bretton Woods o golpe de misericórdia e o respectivo atestado de óbito, o que ocorreu em 1971. A partir de então, caracterizamos o euromercado em formação como *sistema financeiro desregulamentado*, pronto e atuante, cujo crescimento, ação e algumas conseqüências estudamos neste Capítulo. Começamos, assim, vendo o Colapso do Sistema Monetário de Bretton Woods (Seção 2.2) cujas

instituições – FMI e Banco Mundial – continuam vivas, servindo ao sistema financeiro que ajudaram a criar; na seqüência, vemos os Eurobancos e os Paraísos Fiscais (Seções 2.3 e 2.4), estruturas umbilicalmente ligadas entre si, cujos *progressos* são visíveis a olho nu; por último, veremos algumas conseqüências, mas, ao mesmo tempo, causas na sua realimentação: as Fugas e evasões de Capital e as Transferências Líquidas de Recursos para o Exterior. A principal conseqüência, porém, será estudada no Capítulo 3: A Formação da Dívida Externa.

2.2 O Colapso do Sistema Monetário de Bretton Woods

Criado em Bretton Woods com o objetivo de estabilizar o câmbio, o sistema monetário assentava-se na paridade dólar-ouro, consagrando o dólar americano como a moeda-padrão internacional. A acumulação de dólares fora dos Estados Unidos chegou a um ponto, quantitativamente, no final dos anos 60, que levou o sistema monetário formal à crise já em 1968. A relação entre o volume bruto de eurodólares e as reservas internacionais em nível mundial (e outros coeficientes) revelava que esse era um processo irreversível, no quadro do capitalismo decadente, e colocava o sistema monetário de Bretton Woods em xeque. Sua dissolução formal era questão de tempo, o que ocorreria em 15 de agosto de 1971, por uma decisão unilateral dos Estados Unidos. Vejamos, pois, como isso aconteceu.

Ao desencadear os empréstimos consorciados com taxas de juros flutuantes, em 1969, o euromercado já havia constatado que, não existindo mais lastro suficiente para garantir seus depósitos, era mais seguro assegurar-los ao seu próprio poder de decisão. Com efeito,

“o desaparecimento dos saldos comerciais desacreditou o dólar, expondo o que muitos já suspeitavam: a falta de lastro ouro da moeda americana. Pelo acordo de Bretton Woods, que criou o sistema monetário do pós-guerra, cada dólar era automaticamente conversível em uma quantidade imutável de ouro (0,888 gramas). Mas, quando os detentores de dólares se debruçaram sobre as

contas nacionais dos Estados Unidos, verificaram preocupados que o Tesouro americano tinha apenas 13,5 mil toneladas de ouro, o equivalente a US\$ 12 bi, ou menos de 1/6 dos US\$ 75 bi possuídos por estrangeiros.

“A fragilidade do dólar desencadeava violentos e repetidos movimentos de capitais, a cada notícia de um novo déficit americano. Em 15 de agosto de 1971, após uma semana das mais violentas oscilações nos mercados financeiros, o presidente Nixon decretou unilateralmente o fim da convertibilidade do dólar em ouro, o que também significava o fim da paridade fixa entre dólar e ouro e entre dólar e outras moedas. O Tesouro americano não mais garantiria o valor em ouro dos dólares. Era o colapso da ordem monetária instituída por acordo internacional em Bretton Woods por decisão unilateral do governo americano, e o primeiro de uma série de calotes e golpes espetaculares pelos quais os Estados Unidos conseguiriam arrastar sua crise por 15 anos e para o que precisavam ter as mãos livres.” (Kucinski e Branford, 1987, p. 76-77).

Essa decisão “individual” do governo americano, vale dizer, do sistema financeiro internacional, foi o tiro de largada para a caça aos tomadores de empréstimos que deu origem (na década de 1970) à atual dívida externa internacional. Os banqueiros “empreendedores” consideraram que investir na *especulação* era mais lucrativo que na produção, o que agravará aceleradamente a tendência inerente do capitalismo de contração dos mercados. Seus dólares seriam lastreados no patrimônio dos povos devedores, principalmente na redução do valor de sua força de trabalho, cujo principal efeito será a contração dos mercados. A *lucratividade* do capital investido será determinada pela sua vontade e se expressará através dos *juros flutuantes*, o que ocorrerá a partir de 78-79, quando as taxas de juros reais subirão como foguete e, a partir de então, tornar-se-ão *inflexíveis para baixo*. E quanto mais os bancos emprestarem, mais terão para emprestar. O dólar, eleito em 1944 para estabilizar o câmbio, conseqüência da crise do capitalismo americano, vale dizer, do *capitalismo*, foi o pivô da crise monetária que atingiu o clímax em 1971.

O volume bruto de eurodólares que estava em 110 bilhões em 1970 passou para 460 bilhões de dólares em 1975, ou seja, aumentou 4,2 vezes. A *eficiência* dos empréstimos era medida pela quantidade de tomadores e

pelo volume dos empréstimos, todos sem condições na origem, mas sob a armadilha dos juros flutuantes. Os banqueiros fabricavam dívidas e devedores, como veremos no próximo Capítulo. Igual *eficiência* manifestava-se na captação, principalmente via fuga e evasão de capital promovida pelos banqueiros e seu sindicato, o FMI, com os maiores bancos sempre à frente e com a contribuição da máfia e do narcotráfico, entre outros. 1971 pode ser considerado o ponto de viragem do sistema financeiro internacional para uma nova era: *a era da especulação pura*. Essa nova era começa com a formação da dívida internacional, em tudo diferente da dívida anterior, uma dívida para a rapina, e continua com o *ajustamento*, explicitamente a partir de 1982, e desemboca na chamada *“globalização”*. Essa nova era se caracteriza pelo *domínio do sistema financeiro desregulamentado* que seria melhor identificado como *sistema financeiro offshore*, em atenção à classificação de “quarto setor da economia mundial”, dado ao mesmo pela OCDE. Esse sistema, porém, embora localize (ou deslocalize) os endereços de “bancos” e “empresas” fantasmas para os centros *offshore*, na verdade funciona dentro dos bancos e empresas *reais* em seus endereços matrizes. É um verdadeiro *caixa dois*, localizado nos subterrâneos, ou melhor, nos últimos andares dos edifícios-sede dos grandes bancos internacionais. Isso ficará muito claro quando os países devedores forem chamados para “renegociar” suas dívidas, cada um com o “seu” *comitê de assessoramento* formado por banqueiros dos maiores bancos, não na Suíça, Londres (City), Bahamas ou Ilhas Caimãs, mas em *New York* ou *Washington...*

“Rei morto, rei posto”. Os rescaldos do sistema monetário de Bretton Woods prolongaram-se até 1974, culminando com a desvinculação completa do preço do ouro em dólares, mas o *novo* sistema financeiro internacional assumiu plenamente seu reinado soberano a partir do falecimento da ordem de Bretton Woods. Por conseguinte, veremos, a seguir, as duas faces do mesmo: os *eurobancos* e os *paraísos fiscais* (Seções 2.3 e 2.4).

2.3 Os Eurobancos

A OCDE⁴ passou a dividir a economia mundial, a partir de 1983, “em quatro setores – os três tradicionais: abrangendo os países industrializados, os países em desenvolvimento exportadores de petróleo e os países em desenvolvimento não-produtores de petróleo; e um quarto, o setor offshore”. (Naylor, 1990, p. 433).(Sublinhado nosso).

Adotamos a designação *eurobancos* para designar os *bancos do sistema financeiro desregulamentado*, em consonância com o termo mais usado pelos autores quando se referiam aos bancos que integraram a gestão do sistema financeiro desregulamentado nos anos 60 e 70, as décadas mais significativas desse processo. Nos anos 60, os eurobancos começaram a se instalar em ilhas exóticas e distantes para receber e contabilizar os dólares errantes, como podemos observar na citação abaixo:

“Os bilhões de eurodólares expatriados que entravam e saíam sorrateiros dos centros financeiros do mundo criaram seu próprio e excêntrico mapa de nosso globo. Concentravam-se não só em Londres, Frankfurt ou Zurique, mas em ilhas exóticas que davam aos banqueiros sigilo, segurança e ausência de impostos ou controles. Os banqueiros, aliás, sempre tiveram inclinação por ilhas distantes da política dos continentes, como Manhattan, Hong Kong, Cingapura, ou Bahrain. Os oásis fiscais mais remotos, porém, são formados por um punhado de ilhas do Caribe que, na década de 60, começaram a atrair esses dólares refugiados.” (Sampson, 1981, p. 249). (Sublinhado nosso).

Ausência de controles é a característica principal que os banqueiros imprimem ao constituírem esse novo sistema financeiro. O *sigilo* é a alma do sistema e a *ausência de impostos* é parte integrante de sua gênese, enquanto *segurança* os banqueiros têm mesmo é em seus governos continentais.

Com seu “excêntrico mapa” na mão, o sistema financeiro desregulamentado passou a crescer aceleradamente, como já ilustramos acima. Vejamos o que diz Coutinho (1982, p. 48-49) a esse respeito:

“Um dos fatores importantes para explicar esta espantosa velocidade de crescimento reside nas condições operacionais excepcionalmente favoráveis para os ‘eurobancos’. Livres de qualquer tipo de regulação e especialmente do depósito compulsório (nos Bancos Centrais), o segmento bancário internacionalizado pode oferecer taxas de captação mais atraentes e trabalhar com uma margem mais estreita entre as taxas de captação e empréstimo.”

O sistema financeiro internacional, após desencadear as forças da desregulamentação, teve essa tendência acelerada pelas próprias regras do jogo. Regras essas aceitas pelos governos imperialistas que são, portanto, subordinados ao mesmo. Adquiriu vida própria, globalizou-se e *descolou-se*, ou seja, não era mais o mesmo. Oferecendo taxas de juros mais atraentes, posto que parte de suas captações não seriam imobilizadas nos bancos centrais, e podendo cobrar taxas de juros menores nos empréstimos, os eurobancos adquiriram competitividade imbatível pelos bancos sujeitos às regulamentações. Isso estabeleceu uma corrida de vida ou morte. Daí a “globalização”, cujas conseqüências são a origem da dívida externa internacional (ver Capítulo 3), que Coutinho chama de “criação de crédito”, e o ataque ao Estado encarnado na política de “Estado mínimo”. Frieden (1983, p. 58) afirma que o euromercado “realizou-se de uma nova forma” e que,

“a partir de 1965 centenas de bancos de numerosos países participaram da formação e do crescimento do maior mercado de capitais da história, cuja existência e atividades transformaram a economia e a política internacionais”,

e conclui que, “o euromercado surgiu como o elemento mais poderoso na economia internacional”, e que,

“a independência peculiar do euromercado do controle nacional, sem precedentes na história financeira mundial, é produto de decisões tomadas por países que deram inteiro apoio ao seu crescimento e o têm mantido vivo.” (Frieden, p. 83). (Sublinhado nosso).

⁴ OCDE: Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Essa “independência peculiar do euromercado” só foi possível porque o capital financeiro dominava e foi exatamente por isso que países “deram inteiro apoio”, pois os governos desses países estavam sob as ordens desse “elemento mais poderoso na economia internacional”. Mas, tendo constituído “o maior mercado de capitais da história”, nascido desregulamentado, o imperialismo passou a uma situação sem retorno, no âmbito de seu próprio sistema: daí em diante a tendência será a de transformar a desregulamentação numa *política* para todos os setores da economia mundial. O argumento básico para o ímpeto à globalização – a *competitividade* – também será estendido a todos os setores. Esse argumento é ilustrado por Davis (1984, p. 17) da seguinte forma:

“Nesse mercado, os bancos norte-americanos precisam competir com bancos de várias ‘nacionalidades’. Não pode ser solicitado a estes bancos que efetuem depósitos compulsórios no Federal Reserve System, e as subsidiárias de bancos norte-americanos têm argumentado que sua posição competitiva estaria sendo prejudicada (e seus custos de captação aumentariam efetivamente) caso fosse exigido que efetuassem tais depósitos.”

O que vale para os bancos norte-americanos, vale para os demais eurobancos. E vale também para os demais setores da economia, principalmente para a força de trabalho, cuja *desregulamentação* é necessária para aumentar sua exploração.

Inicialmente nutrido pelo saque ao Estado, via sonegação fiscal e outros meios, esse novo sistema financeiro global só poderá manter-se e crescer através do aumento da exploração da única fonte de valor: a *força de trabalho*. E esta também terá de ser desregulamentada. Para tanto, o argumento do *desemprego* será fundamental e, também, *global*. Mas esse é um crescimento autodestruidor, pois baseia-se no aumento acelerado da exploração, vale dizer, da *mais-valia*, reduzindo o mercado e, portanto, a produção, e aumentando a velocidade de contração de todo o sistema.

Vimos, assim, que os *eurobancos*, cujo conjunto articulado constitui o próprio *sistema financeiro desregulamentado*, passaram a dominar, na virada dos anos 60 para os 70, transformaram-se no mais poderoso sistema financeiro da história e sua característica fundamental é a *desregulamentação*. Vejamos agora um pouco de sua deslocalização ou sua exótica geografia.

2.4. Os Paraísos Fiscais

O exemplo para a estruturação institucional dos *paraísos fiscais* (ou *oásis fiscais* ou *centros offshore*) foi a Suíça. Um eurobanco, porém, não se estabelecia num dado local sem a conivência dos governos, pois as finanças do Estado já estavam bastante dependentes dos eurodólares. Isso nos continentes. Mas nas ilhas também há governos continentais poderosos por trás, como já vimos no Capítulo I e veremos ainda nesta Seção. Vejamos, inicialmente, o exemplo inglês.

Quando os trabalhistas ganharam as eleições na Inglaterra em 1964, o euromercado temeu perder seus privilégios, facilidades e a segurança que o governo dos conservadores representava. Por isso Londres, ou mais especificamente, a *City*, fora o *locus* eleito pelos banqueiros para o desenvolvimento do “*boom* de eurodólares” nos anos 50 e 60. E a política do governo em relação ao euromercado traduzia-se na instantaneidade para a liberação de “autorização para novas atividades”.⁵ Isso levou o poderoso chefe do Citibank, Walter Wriston, a concluir que “o mercado do eurodólar existe em Londres porque as pessoas acreditam que o governo britânico não vai fechá-lo. Essa é a razão básica e para isto foram necessários mil anos de história.” (Apud Sampson, 1981, p.128). O velho império decadente era a imagem do próprio capitalismo em decadência.

⁵ “O governo, porém, julgava o *boom* de eurodólares como ‘receita invisível’, demasiado valiosa para interferir. O Banco da Inglaterra, a despeito de toda sua aparência autocrática, era muito mais brando e pragmático em sua regulamentação do que o Fed em Washington. Banqueiros americanos descobriram que, em questão de minutos, podiam obter autorização para novas atividades que, em Washington, tomariam meses de negociação, com o emprego de exércitos de advogados.” (Sampson, 1981, p.127).

Sua colônia, Hong Kong, não ficava para trás: “O início do crescimento espetacular de Hong Kong como centro financeiro internacional se deu durante a Guerra do Vietnam.” (Naylor, 1990, p. 254). E o *boom* de eurodólares foi bastante generoso com Hong Kong:

“No final de 1965 os economistas do Chase Manhattan Bank calculavam que a percentagem dos depósitos bancários de Hong Kong, resultante de evasões de dinheiro, era de 30 a 50%, ‘um dos mais altos componentes de dinheiro em fuga em qualquer sistema bancário fora da Suíça’, e cerca da mesma percentagem investida em propriedades de Hong Kong era de semelhantes fontes.” (Naylor, 1990, p. 255).

Nada mal para iniciar. O segredo de Hong Kong era a intensificação da “Guerra Fria”, impulsionada pelo governo americano em função da Guerra do Vietnã que representava a crise mais aguda entre os países da região, e de crises revolucionárias na região.⁶

“Crises revolucionárias” são os maiores problemas para o capital que foge como capital monetário para voltar e impor-se aos próprios países de origem como capital financeiro. Hong Kong já era grande mas a velha Suíça ainda estava em primeiro lugar. Foi a partir de 1966 que a disseminação dos paraísos fiscais “decolou”, e em poderosa companhia:

“O Chase, o Citibank, o Bank of America e dezenas de outros bancos invadiram Londres, a fim de fazer empréstimos e prestar serviços a seus clientes multinacionais e a negociar em eurodólares, longe da supervisão de Washington. ‘Construindo num tempo espantosamente curto uma aparelhagem para captar e redistribuir o superávit em dinheiro vivo e recursos de capital do mundo’, disse Sir George, em 1966, ‘os bancos comerciais produziram uma máquina excepcional para servir às necessidades financeiras de todo o globo, tanto no Ocidente como no Oriente.’” (Sampson, 1981, p. 125).

⁶ “Seu desenvolvimento no pós-guerra tem crescido aparentemente de ano para ano com a intensificação da Guerra Fria e com o aumento de crises revolucionárias na região. Todos os pontos onde há problemas – Indonésia, Vietnam, Tailândia, Birmânia, Malásia, Singapura, Índia – contribuem atualmente para o fluxo.” (Economistas do Chase Manhattan Bank apud Naylor 1990, p. 253).

Esse “tempo espantosamente curto” gerou o mesmo efeito sobre a criação de paraísos fiscais que a desregulamentação gerou sobre a instalação de eurobancos. E as ilhas do Caribe foram “invadidas”. Depois das Baamas, foram as Ilhas Caimãs:

“Os caimanianos consultaram um especialista britânico em assuntos fiscais, Milton Grundy, (...) que tornaria as Ilhas Caimãs ainda mais atraentes que as Baamas para as companhias estrangeiras e pessoas físicas. (...) Vassel Johnson, um ex-índio jamaicano (...) hoje o secretário de finanças da ilha (...) percebeu uma oportunidade de diversificar. ‘Resolvemos criar a atmosfera certa’, recorda-se ele, ‘e 1966 foi o ano da decolagem’.” (Sampson, 1981, p. 253).

A “atmosfera certa”, na verdade, vinha de Londres na maleta do “especialista britânico em assuntos fiscais”. Daí em diante, como se sabe, o número de nativos que papagueiam a política do imperialismo também cresceu “espantosamente” (ver Petras, 1995). Em 1963, porém, havia vacas nas ruas, um só banco e nenhum telefone na Ilha Grande Caimã (a maior das Ilhas Caimãs). Na gênese dos paraísos fiscais, portanto, a geração espontânea também não existe. Existia uma política definida pelos banqueiros, pois “havia acordo geral, como disse um banqueiro das Caimãs, de que ‘pode-se ter a lei apropriada, mesmo que o pessoal do governo não aceite suborno’,” ou seja, o caminho dos paraísos fiscais era a corrupção do governo local. E as moedas das “transações” a que esses paraísos se destinam também têm duas faces: o corruptor que promove a sonegação e o sonegador. O primeiro age no seu “Departamento Bancário Privado” em Nova York, Rio de Janeiro, Paris ou Miami, e o segundo pode ser encontrado em qualquer esquina.

Os bancos americanos revoaram para Londres e demais *centros offshore* mas não se descuidaram de fazer o “dever em casa”. “No princípio de 1966 um memorando sobre capital em evasão circulava entre os economistas na sede nova-iorquina do Chase Manhattan Bank”. Segundo o mesmo, os Estados Unidos eram o segundo maior centro de capital evadido; a Suíça era o primeiro. Esse capital refugiado nos Estados Unidos ‘é

manipulado de modo quase exclusivo pelos grandes corretores de Nova Iorque e Miami, por advogados e por grandes bancos comerciais’, inclusive o Chase Manhattan Bank, diz o memorando, que continua: ‘No entanto, isto é insignificante, relacionado ao total potencialmente disponível’, para o qual ‘os Estados Unidos constituem um grande pólo de atração para os possuidores de dinheiro em evasão’. Isso porque os Estados Unidos eram portadores de vantagens imbatíveis: ‘os maiores e mais ativos mercados de títulos do mundo, (...) facilidade de transferência e manipulação mecânica dos investimentos’ e ‘finalmente, ínfima probabilidade de revolução ou confisco’. (Economistas do Chase Manhattan Bank apud Naylor, 1990, p. 37-38). (Sublinhado nosso).

“Ínfima probabilidade de revolução”, ou seja, os economistas do Chase sabiam qual era o inimigo mortal do capital. E o imperialismo sabia que, apesar de ter promovido o maior terror da História – a II Guerra Mundial – e de ter coroado esse terror com duas bombas atômicas, a revolução mundial varria o planeta no pós-Guerra. Esse processo da criação de paraísos fiscais com *sigilo e segurança* levaria fatalmente ao local mais apropriado para *porto seguro*: os Estados Unidos. Partindo da *matriz* do dinheiro evadido (Suíça), a institucionalização do sigilo e anonimato estabeleceu-se nas ilhas exóticas em rota para o porto seguro: a matriz do dólar.

A Suíça era modelo para os paraísos fiscais quanto à legislação e dava o exemplo quanto à sua aplicação. E os Estados Unidos não só foram mal sucedidos na busca de dinheiro escondido na Suíça como mais tarde passaram a institucionalizar as mesmas práticas. Um exemplo foi a tentativa feita por agências governamentais americanas em busca de dinheiro evadido, cujos resultados foram obviamente frustrados, pois o próprio presidente Nixon lavou dinheiro ilícito obtido para sua campanha à reeleição através dos bancos suíços.⁷ Outro exemplo de insucesso na busca de

⁷ “...as agências governamentais dos Estados Unidos tinham obtido resultados tão desencorajadores em suas buscas atrás do dinheiro ilícito correndo pela Suíça, que foi principalmente - muito longe de ser de modo exclusivo -

fundos escondidos na Suíça foi o caso do Irã. Quando o governo Khomeini tentou recuperar o dinheiro saqueado pelo Xá e seus aliados, “excetuando alguns depósitos fiduciários do Banco Central, a Suíça não entregou nada”. (Naylor, 1990, p. 486). Era assim que a pátria mãe do dinheiro sem pátria ia formando a imagem segundo a qual centros paradisíacos estabeleceram-se mundo afora.

Na América Latina destacam-se dois paraísos fiscais. Um é o Uruguai que “veio a florescer realmente como um centro financeiro subterrâneo depois de um golpe militar em 1973” que,

“foi seguido por uma ‘liberalização’ semelhante àquela posteriormente praticada no Chile e na Argentina. Os controles de câmbio foram desmantelados; as restrições às taxas de juros foram eliminadas; o tapete de boas-vindas foi estendido ao capital estrangeiro. O Uruguai tornou-se um grande centro americano de turismo e de jogos, e um refúgio para capital fugido ao fisco.” (Naylor, 1990, p. 196).

O outro paraíso fiscal latino-americano é o Panamá, cujos bancos “ficam com 12% dos fundos que lavam” (Naylor, 1990, p. 244) e o sigilo é protegido pela Guarda Nacional. Aí, por exemplo, o ex-ministro das finanças, Rolf Luders, e o ex-superintendente dos bancos, Boris Blanco, do Chile, instalaram o Banco Andino, através do qual lavavam dinheiro de fraude. (Kucinski e Branford, 1987. P. 160). A política *liberalizante* foi implantada no Uruguai pelos mesmos que articularam a ditadura uruguaia e em todo o Cone Sul. E, não por acaso, essa política coincide com a do FMI...

Para finalizar, apresentaremos apenas alguns dados referentes aos anos 1980-82, ilustrativos dos progressos realizados pelos paraísos fiscais. Vimos acima que a metamorfose em *paraíso fiscal* das Ilhas Caimãs “decolou” em 1966.

através dos bancos suíços que a administração Nixon lavou contribuições ilegais para a campanha de reeleição do presidente. Para obter acesso aos documentos dos bancos, as autoridades tinham de demonstrar que o delito que estava sendo investigado era também um crime segundo as leis da Suíça. Obviamente, tal prova era quase sempre impossível sem o acesso aos documentos que eram objetos de busca”. (Naylor, 1990, p. 359).

“Há atualmente, segundo se apurou, mais de 11 mil dessas companhias registradas na Grande Caimã. A ilha abriga (excluindo expatriados) apenas 10 mil pessoas, de modo que possui mais empresas do que habitantes. A identidade das companhias, porém, está envolta em sigilo: ‘Sabemos quem são os donos dos bancos’, explicou-me o governador em 1980, ‘mas nem mesmo o escrivão sabe quem são os donos das companhias.’ ” (Sampson, 1981, p. 251).

Alguns dos bancos são: “o Bank of America, o Royal Bank of Canada, o Barclays Bank, o Bank of Nova Scotia, lado a lado a nomes menos conhecidos como Cayman National Bank and Trust Company.” (Idem, p. 250). São quase trezentos nomes pomposos desse sistema financeiro de fachada, mas que leva a Grande Caimã e chamar a si mesma de ‘centro financeiro internacional’... O advogado William Walker revela que “nós canalizamos um bocado de dinheiro procedente das Américas Central e do Sul... a maior parte do dinheiro que chega da América Latina, naturalmente, constitui uma transgressão das leis de controle de divisas de seus países.” (Apud Sampson, 1981, 255). Transgride as leis, portanto, é dinheiro evadido, cuja fonte principal é a sonegação de impostos. A própria ilha, porém, é uma fachada...

“Mas os negócios realmente grandes das Ilhas Caimãs são feitos dentro dos bancos e aqui penetramos nas regiões mais nebulosas e sigilosas das finanças globais. Uns poucos bancos, como o Barclays, de Londres, ou o Royal Bank of Canada, comparecem com uma tranqüilizadora presença física, como uma agência e caixas por trás de guichês, recebendo depósitos de pessoas comuns. Mas isto induz ao erro, pois as transações realmente importantes ocorrem nos gabinetes dos andares superiores, que nada têm com pequenos clientes. (...) Alguns dos bancos têm realmente sede na Grande Caimã, onde o sigilo os protege da bisbilhotice da fiscalização bancária, incluindo o notável Bank of Credit and Commerce International, com matrizes gêmeas na ilha e em Luxemburgo.

“Os eurodólares que entram e saem em grande quantidade não são controlados por ilhéu algum, mas por banqueiros e corretores que mantêm sua ‘escrita de Caimã’ em Londres ou Nova York e que enviam à ilha instruções por telex. A fim de gozar das vantagens fiscais da Grande Caimã, o banco estrangeiro precisa apenas de uma presença mínima na ilha – uma placa de bronze, uma secretária, um advogado e um aparelho de telex. (...) Mas enquanto os eurodólares ‘fizerem ponto’ ou estiverem ‘estacionados’ na ilha (os bancos falam a respeito deles como se fossem automóveis), eles

podem acumular juros ou ganhos de capital sem pagar imposto algum a qualquer governo. E a atração é tão grande que, em 1980, havia cerca de 30 bilhões de eurodólares fazendo ponto na Grande Caimã – uns três por cento da oferta mundial dessa moeda – com talvez mais 30 bilhões nas contas de companhias de seguro e de outro tipo.” (Sampson, 1981, p. 256). (Sublinhado Nosso).

Esses 60 bilhões de eurodólares, porém, não estavam na Grande Caimã, mas em Nova York ou Londres. Sua presença *virtual* ou “técnica” na Ilha, entretanto, garantia isenção de impostos ou de fiscalização. Qualquer que fosse a origem desse dinheiro, ao travestir-se em eurodólar, tornava-se ilícito (sonegador). Uma investida dos Estados Unidos de acessar a “escrita de Caimã” foi impedida pelo governo britânico e resultou em “nova ‘Lei de Relações (Preservação) Confidencial’ dispondo que ‘nenhuma informação que se relacione com a conta de qualquer frequêns ou cliente, de qualquer instituição componente da comunidade financeira local, pode ser revelada a pessoa alguma.’” (Sampson, 1981, p. 257). Esta Ilha encarava, em 1980, outras concorrentes de igual para igual, mas temia, junto com suas “coirmãs”, o estabelecimento de “paraísos fiscais” dentro dos Estados Unidos, e com razão, como veremos adiante.⁸

Este exemplo dá uma idéia de um *paraíso fiscal* que pode ser estendida aos demais, guardadas as especificidades e proporções. Mas, nos limites cronológicos deste trabalho, as Ilhas Caimãs ainda progrediriam muito:

“Em 1983, havia 450 bancos – 250 dos quais eram filiais dos grandes bancos internacionais, 100 subsidiárias de bancos internacionais incorporadas localmente e 100 estabelecidas localmente para operações ‘privadas’. Os negócios com o euromercado totalizavam, em 1983, 127 bilhões de dólares. Além disso, as ilhas abrigavam 270 companhias de seguros e milhares de outras ‘empresas’ (segundo algumas estimativas, cerca de 14 mil, quase uma por habitante das ilhas).

⁸ “Os caimanianos sabem muito bem que enfrentam uma concorrência incessante nesse negócio de oásis fiscais. Em 1980, estimava-se que fossem aproximadamente iguais a Hong Kong e a Bahrein no número de eurodólares e bem à frente das Ilhas Virgens britânicas. As Baamas continuam ainda numa liga diferente, entesourando três vezes mais eurodólares, mas os caimanianos fizeram grandes e rápidos progressos e têm grande confiança em sua estabilidade política e pequeno tamanho. Numerosos bancos internacionais mantêm apenas um ‘tamborete’ em Georgetown, mas os caimanianos acham que eles consideram sua ilha como o último oásis, para o qual bancos e companhias podem se retirar quando as coisas ficarem quentes demais nas Baamas ou no Panamá. Simultaneamente, todas essas ilhas se preocupam com a possibilidade de que Nova York, a melhor de todas as ilhas, crie seu próprio oásis, oferecendo as mesmas vantagens e privando-as da maior parte de sua *raison d’être*.” (Sampson, 1981, p. 257-58).

“Tudo isso foi promovido pelo FMI, que ajudou as ilhas Caimãs e outros centros *offshore* a redigirem regulamentos bancários e a apoiarem-nos em sua aplicação – facilitando assim a evasão de impostos de países sob pressão do FMI em seus déficits do setor público e incentivando as fugas de capital dos países sob pressão do FMI para efetuarem os pagamentos de seus serviços da dívida. Os bancos das ilhas Caimãs logo adquiriram a reputação de transformarem dinheiro acondicionado em malas em cheques ao portador. A proximidade entre as ilhas e Miami permitia aos correios voltarem aos Estados Unidos no mesmo dia em que realizavam o negócio para iniciarem a longa viagem de limpeza dos cheques através do sistema bancário interno dos Estados Unidos.” (Naylor, 1990, p. 392). (Sublinhado nosso).

Isso é um *paraíso fiscal*. Uma criação do sistema financeiro internacional desregulamentado. E a criatura foi feita à imagem e semelhança do criador. Uma demonstração cabal da afirmação de Trotsky de que “os capitalistas já não são simplesmente capazes de acreditar no futuro de seu próprio sistema”. Uma faceta do verdadeiro paraíso global: os Estados Unidos. Em plena “falta de liquidez”, 30 bilhões de eurodólares (3% do estoque mundial) e à medida em que a “crise de liquidez” se agudizava, levando os países devedores à lona em 1982, o volume de capital monetário saqueado aos estados – e portanto aos povos – era multiplicado por 4,23. Um processo promovido pelos bancos, garantido por seus governos imperialistas, e sempre realimentado pelas políticas de *ajuste* implementadas pelo FMI e Banco Mundial, a serviço dos banqueiros. E a dívida externa internacional pós anos 60, que foi criada pelo “excesso de liquidez” do euromercado, como veremos a seguir (ver Capítulo 3) entra, a partir de 1979-80, numa fase puramente especulativa, cujos “ajustes externos” são políticas que facilitam a saída de divisas, além de aumentarem violentamente as transferências reais de recursos via “serviços da dívida” e outros meios (ver Seção 2.5). As Ilhas Caimãs, entretanto, não estão sós. As Bahamas, apesar de mais experientes, *aprimoram* permanentemente suas instituições *offshore*.

E m 1980, as Bahamas “reforçaram” seu arsenal institucional a favor do sigilo bancário:

“A conselho de um residente, ex-ministro das Finanças canadense, Donald Fleming, as Bahamas publicaram o *Bank and Trust Regulation Act*, que fechava a maior parte dos alçapões através dos quais podiam ser obtidas informações confidenciais sobre os clientes.

“Tal como as ilhas Caimãs e outros centros offshore, as Bahamas tinham dois sistemas bancários distintos. Os bancos internacionais usavam-nas como centros de operações financeiras para evitarem os regulamentos que podiam bloquear sua eficiência na oferta de juros mais altos para os depósitos e disponibilidades para empréstimos. Em 1983, bancos dos Estados Unidos tinham 189 filiais nas Bahamas, virtualmente, todas unidades de fachada, cujos negócios podiam ser teoricamente efetuados através de IBFs⁹ domésticas. O segundo nível de atividade bancária era o dos negócios internos, no qual os bancos dos Estados Unidos tinham apenas uma presença marginal. Os quatro maiores bancos canadenses controlavam mais de 80% dos negócios internos das Bahamas, cada vez mais lucrativos.” (Naylor, 1990, p. 389).

A rigor, o processo de *aprimoramento institucional* do sigilo nunca termina. O mesmo ocorre em relação à concorrência pelos primeiros lugares no *ranking* dos paraísos, embora haja um candidato *natural* para o primeiro lugar. Em 1982, Hong Kong já era o terceiro centro financeiro do mundo, Nova York era o segundo e Londres era o primeiro. A Libéria era o principal paraíso fiscal da África, onde 75% dos navios norte-americanos estavam registrados. Os Estados Unidos iniciaram os anos 80 com grande disposição de transformarem-se na maior lavanderia mundial:

“Em 1981 o governo federal tinha dado – primeiro, aos grandes centros de Nova Iorque e, posteriormente, a outros – autorização para abrirem International Bank Facilities (IBFs). Elas permitiram que os grandes bancos operassem no setor externo, livre das regras internas, sem deixarem a pátria. Os bancos-centros monetários de Nova Iorque esperavam conduzir de volta grande parte das centenas de bilhões de dólares provenientes das atividades prestamistas que os bancos dos Estados Unidos haviam conseguido no exterior.

“As esperanças dos grandes bancos, de porem de pé as IBFs, foram fortalecidas após 1982. A crise das dívidas incentivou que eles transferissem os grandes empréstimos para Nova Iorque ou Miami, onde o refinanciamento estava ocorrendo. Em meados de 1983, as IBFs dos Estados Unidos eram as segundas, logo atrás de Londres, como centros de euromercado.

⁹ International Bank Facilities (IBFs). Ver a próxima citação, abaixo.

“O governo dos Estados Unidos tinha razões particulares para levar as atividades bancárias *offshore* para *onshore*. Esperava utilizar as IBFs como ameaça para os outros países reduzirem as restrições sobre a entrada dos bancos dos Estados Unidos em seus mercados financeiros internos.” (Naylor, 1990, p. 387).

Vemos, assim, que o euromercado transformou-se no olho do furacão. Com seu *epicentro*, agora, nos Estados Unidos, ameaçando dirigir seu campo gravitacional para os países que não respeitarem as ordens de abrirem seus mercados financeiros aos bancos americanos. A *reaganomics* encurrala os demais países, principalmente os devedores, num beco sem saída. É a arma monetária contra os povos. Mas os Estados Unidos estão apenas iniciando seu uso explicitamente. Seu desfecho nos anos 80 e 90, porém, está fora do escopo deste trabalho.

Contraditoriamente, aquilo que os Estados Unidos tentaram combater com a IET (taxa de equalização), nos anos 60, transformou-se em sua política oficial a partir do final dos anos 70. Daí em diante, podemos afirmar com segurança: o *processus desregulamentatório* será intensamente acelerado. E as conseqüências e causas sucedem-se e se sucederão num turbilhão sem fim.

Assim, algumas conseqüências do sistema financeiro desregulamentado, que destacaremos a seguir, serão também causas, num processo de realimentação que levará o sistema todo, *fatalmente*, a uma crise global.

2.5 Fugas e Evasões de Capital e Transferências Líquidas de Recursos para o Exterior: 1970-82

Veremos, nesta Seção, algumas conseqüências que, direta ou indiretamente, podem ser atribuídas à ação do sistema financeiro desregulamentado. Fugas e evasões de capital estão estreitamente ligadas

à origem do euromercado, mas, de meados dos anos 70, quando os mecanismos financeiros da dívida externa começaram a predominar, aceleraram-se e passaram a crescer indefinidamente. Seus conceitos e alguns dados serão vistos nas subseções 2.5.1 e 2.5.2, respectivamente. As transferências de recursos via depreciação dos preços do intercâmbio decorreram de políticas impostas pelos países centrais sobre a periferia e serão vistas na subseção 2.5.3. Finalmente, como consequência direta da ação do sistema financeiro desregulamentado, veremos, na subseção 2.5.4, as transferências de recursos através dos serviços da dívida externa. Enfocaremos, basicamente, América Latina e Caribe, embora nossa abordagem tenha caráter geral.

2.5.1 Fugas de Capital

Saída de capital de um país pode ser entendida como ocorrendo tanto através de *fuga* como de *evasão*. Adotamos, neste trabalho, os conceitos expressos em Alvim (1988, p. 2), segundo o qual *fuga* é “a saída espontânea de capitais pelos meios legais e previstos, como repatriação, remessas de lucros e dividendos, etc.... (excluindo-se amortizações e juros de capitais de empréstimo), e evasão, a saída de capitais por métodos ilegais, como contrabando, subfaturamento de exportações, etc...” (Sublinhado nosso).

Dados sobre fugas de capital individualizados por país ou região só aparecem mais significativamente a partir de 1976. Observe-se que, conforme a definição de *fuga de capital*, vista acima, são dados referentes apenas a saídas legais, não se contabilizando as várias formas de evasão, como o contrabando, remessas de dinheiro sonogado, narcodólares, etc. Em função da dificuldade em obtê-los e, conseqüentemente, da precariedade dos mesmos, fizemos uma lista por ordem alfabética, ordenando primeiro os países e depois as regiões ou grupo de países (ver página seguinte).

Os dados expostos na lista abaixo são precários e seguramente inferiores aos montantes reais de capital moeda que bate em retirada dos

países de origem, pelo conceito de fuga de capital. Daí a correção da conclusão de Naylor (1990, p.432) de que “seja qual for o total das fugas de capital dos países em desenvolvimento, é o suficiente para tornar inadequadas as estatísticas financeiras convencionais e, portanto, as prescrições de política nele baseadas.” Principalmente quando os encarregados pelas políticas são os ditadores – sempre os mais preferidos dos banqueiros – cujos depósitos, só na Suíça, totalizavam 70 bilhões de dólares em 1982. (Idem, 1990, p. 297).

Tabela 1
AMÉRICA LATINA E PAÍSES SELECIONADOS: FUGAS DE
CAPITAIS – Vários períodos

PAÍS OU REGIÃO	PERÍODO	US\$ BILHÕES	REFERÊNCIA
Argentina	1976/83	35,0	Naylor, 1990, p.182
Argentina	1979/82	19,0	Idem, p. 431
Argentina	1981	7,7	Kucinski e B.,1987, p.168
Argentina	1982	3,2	Naylor, 1990, p. 431
Argentina	1983	11,0	Idem, p. 181
Argentina	1985	50,0 (acum.)	Idem, p.432
Argentina	1985	49,0 (acum.)	Schilling, 1990, p. 11
Brasil	1980	6,0 (acum.)	Pereira, 1992, p.123
Brasil	1979/82	12,0	Naylor, 1990, p. 431
Brasil	1981	1,3	Idem, ibidem
Brasil	1982	4,8	Idem, ibidem
Brasil	1987	31,0 (acum.)	Idem, ibidem
Filipinas	1978/83	9,0	Naylor, 1990, p. 437
México	1976/81	24,9	Kucinski e B., p.145
México	1979	4,4	Naylor, 1990, p. 431
México	1980/82	25,0	Schilling, 1985, p. 25
México	1981	12,3	Naylor, 1990, p. 431
México	1982	13,2	Naylor, 1990, p. 431
México	1982	44,0(acum.)	Pereira, 1992, p. 123
México	1987	84,0(acum.)	Pereira, 1992, p. 123
Venezuela	1979/82	22,0	Naylor, 1990, p. 431
Venezuela	1980/82	20,0	Schilling, 1985, p.25
Venezuela	1982	12,0	Naylor, 1990, p. 491
Venezuela	1984	35,0(acum.)	Idem, p. 432
América Latina	1976/81	56,5	Kucinski e B., 1987, p. 168
América Latina	1978/82	84,0	Naylor, 1990, p. 431
América Latina	1981/82	100,0	Idem, p. 433
América Latina	1982	70,0	Idem, p. 431
18 maiores deved.	1976/85	200,0	Naylor, 1990, p.432
7 maiores deved.	1981/83	71,0	Schilling, 1985, p.25
39 maiores deved.	1985	340,0(acum.)	Schilling, 1990, P.11

Fonte: Cada dado em sua respectiva referência (última coluna).

A partir da tabela acima, elaboramos a Tabela 1, tomando, entre o valor individual e a média (média anual de cada período), o maior dos dois.

Tabela 2

AMÉRICA LATINA E PAÍSES SELECIONADOS: FUGAS DE CAPITAL
MÉDIAS ANUAIS – 1976-82
(Em bilhões de dólares)

PAÍS OU REGIÃO	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Argentina	4,38	4,38	4,38	4,75	4,75	7,70	4,75
Brasil	-	-	-	3,00	3,00	3,00	4,80
México	4,15	4,15	4,15	6,63	8,33	12,30	13,20
Venezuela	-	-	-	5,50	6,67	6,67	12,00
América Latina	9,42	9,42	16,80	16,80	16,80	50,00	70,00

Fonte: Tabela anterior.

Observa-se, de imediato, na Tabela 1, que ocorrem dois saltos nas fugas de capital: um em 1979 e o outro em 1982. Em 1979, os Estados Unidos decidiram *sugar* os dólares externos através do violento aumento das taxas *reais* de juros internacionais que passaram de uma média anual inferior a 2%, até então, para mais de 6%. Esse aumento foi decretado pelo primeiro governo Reagan, cuja política ficou conhecida como *reaganomics* (1979-85), que jogou a economia mundial na crise profunda de 1980-83. Esse processo de crescimento rápido das fugas de capital continua e ganha um reforço em 1982 devido à crise da dívida e os ajustamentos impostos pelo FMI, cujo eixo central é a abertura das economias nacionais que tem como item principal a *liberalização dos movimentos de capital*. Brasil e Venezuela não apresentam dados referentes a 1976/78 mas se pode afirmar que houve fugas de capital nesse período. No caso do Brasil, por exemplo, Bresser Pereira afirma que teria acumulado um bilhão de dólares nos anos 70. Com exceção da Argentina, os demais dados atingem o máximo, no período considerado na tabela, em 1982. Mas a Argentina sofreu, desde o golpe militar em 1976 até 1983, uma fuga de capitais acumulada de 35 bilhões de dólares, quase igual à sua dívida externa. Em 1985, o montante de capitais saídos deste país era 50 bilhões de dólares, segundo Naylor (1990, p. 432), e 49 bilhões de dólares, segundo Schilling (1990, p.11),

quando sua dívida externa era exatamente 50 bilhões de dólares! Já o Brasil, que nos anos 70 apresenta cifras relativas “baixas” de fugas de capital, chega a 1980 com um acumulado de 6 bilhões de dólares e, em 1982, o montante é de 12 bilhões de dólares. Trata-se de uma sangria sem fim e as “veias” continuam “abertas”... O México, por seu turno, é o campeão em fugas de capital, acumulando 19 bilhões de dólares em 1980 e 44 bilhões em 1982. E a Venezuela chegou a 1984 com um total de dólares fugidos igual a 35 bilhões (maior que sua dívida externa). Para Argentina, México e Venezuela, mas não só, pode-se supor que suas dívidas externas são “empréstimos reversivos” (inventados nos anos 30 pela máfia) dos capitais fugidos - sem contar os capitais evadidos - que foram registrados nos bancos *offshore* em nome de indivíduos ou empresas e voltaram como empréstimos dos mesmos bancos, mas com a contabilidade deslocada para suas sedes reais. Só sob esta hipótese, as dívidas externas destes países já são nulas. “David Mulford, secretário assistente do Tesouro norte-americano, admite: ‘A dívida externa dos 39 maiores países devedores estaria praticamente paga se todo dinheiro resultante da fuga de capitais retornasse a seus cofres’. Mulford calcula o total da fuga em cerca de 340 bilhões de dólares”. (Schilling, 1990, p. 11).

O processo de fugas de capital é global, embora a disponibilidade de cifras não o seja. Em 1982 o Chile contabilizou uma fuga de 1,3 bilhão de dólares. Os Emirados Árabes Unidos estavam perdendo 5,5 bilhões de dólares por ano até 1984 (Naylor, 1990, p. 432). As Filipinas perderam 9 bilhões de dólares de 1978 a 1983. Só o ditador Ferdinand Marcos, que começou seu reinado em 1966, teria no exílio, em 1986, 3 bilhões de dólares segundo seu amigo D. Dee, 2 bilhões segundo a CIA, e de 5 a 10 bilhões, segundo o novo governo (Naylor, 1990, p. 488). Do minúsculo Haiti, 500 milhões de dólares estavam repousando em alguma outra ilha caribenha, em 1984 (Idem, p. 474). Ficam fora das cifras as fugas de capital de países como Espanha, França e Itália para a Suíça: do primeiro por malas diplomáticas ou subsídios, do segundo aproveitando-se das políticas à la

FMI dos governos de direita, e da Itália, como não poderia deixar de ser, promovidas pela máfia e seus aliados com as bênçãos do Vaticano.

Vimos acima que as saídas de capital podem ocorrer de forma ilegal (sub e superfaturamento, sonegação fiscal, narcodólares, etc.), definidas como *evasões de capital* que veremos a seguir.

2.5.2 Evasões de Capital

Vimos acima (e também no Capítulo 1) que capital evadido foi uma importante fonte de abastecimento do euromercado em formação. Agora, a evasão de capitais é uma consequência das políticas de ajuste impostas pelo sistema financeiro desregulamentado, mas vai reabastecer esse mesmo sistema.

Alvim (1988, p. 12) baseou-se num estudo da União de Bancos Suíços que utilizou cifras do Fundo Monetário Internacional para montar uma tabela (sem número nem título) abrangendo o período 1975-85, que reproduzimos na íntegra abaixo, acrescentando, entretanto, número e título.

Verifica-se, pelos dados da Tabela 3, abaixo, que a América Latina arca, sozinha, com mais de metade (58,0%) das evasões de capital das regiões consideradas. As evasões de capital aumentaram de 1975 até 1982 e caíram no período seguinte, principalmente na África e América Latina. Seguramente isso ocorreu devido aos ajustamentos externos impostos pelo FMI, cujas políticas liberalizantes legalizaram as saídas de capital, passando-as para as estatísticas de *fugas* de capital que aumentaram a partir de 1982 (ver tabelas 1 e 2, acima).

Os países que mais sofreram evasão de capital no período (1976-85) foram Argentina (US\$ 26 bilhões), México (US\$ 53 bilhões) e Venezuela (US\$ 30 bilhões). O Brasil perdeu por evasão, no mesmo período, US\$ 10

bilhões. O total evadido destes países mais Bolívia, Chile, Equador, Peru e Uruguai foi de US\$ 122 bilhões, sendo US\$ 93 bilhões no período 1976-82 e US\$ 29 bilhões no período 1982-85. (Alvim, 1988, p. 13). Embora os totais sejam discrepantes com os da Tabela 2, a evolução das evasões de capital é crescente no período 1976-82 e decrescente no período 1983-85, confirmando nossa conclusão do parágrafo acima. Seja qual for o total adotado, porém, representa cerca de 30% da dívida externa total do continente, em 1985. Mas, considerando-se que o total das fugas de capital foi praticamente igual ao total da dívida externa, essas evasões constituíram saídas sem nenhuma forma de “retorno”. O mesmo ocorreu com as transferências de recursos que veremos a seguir.

Tabela 3

VÁRIAS REGIÕES: EVASÃO DE CAPITALS
(1975-85)

“US\$ Bilhões

REGIÕES	Saída de Capitais (1)	Evasão de Capitais - Média Anual -			Total da Evasão de Capitais	% Evasão de Capitais/ Saída de Capitais	% Evasão de Capitais por Região /Total
		1975/78	79/82	83/85			
ÁFRICA	30,4	1,7	4,1	1,8	28,6	94,1	15,6
ÁSIA	50,6	-0,8	7,0	-2,2	18,2	36,0	9,6
EUROPA	18,1	1,1	2,7	3,0	24,2	133,7	13,2
OR. MÉDIO (2)	23,1	0,2	-0,7	2,7	6,1	26,4	3,3
AMÉR. LATINA	131,0	3,7	14,7	11,0	106,6	81,4	58,0
TOTAL	253,2	5,9	27,8	16,3	183,7	72,5	100,0

(1) Total de fuga mais evasão de capitais.

(2) Países não-exportadores de petróleo.

Fonte: Hanselmann, Guido R. – Capital Flight/Nature and Assessment – 1988.”
(Alvim, 1988, p. 112)

2.5.3 Transferências de Recursos via Depreciação das Relações de Troca

As transferências de recursos dos países periféricos para os países centrais devidas à depreciação dos preços do intercâmbio, no período 1979-82, foram, em termos percentuais, de 20% para matérias-primas e de 25% nas exportações de metais, segundo o FMI; já em bilhões de dólares teria

vido, no mesmo período, de U\$ 133,00 segundo Fishlow, U\$ 122,00 de acordo com Cline e de U\$ 58,00 nos cálculos de Collier (Kucinsky e Branford, 1987, p.191). Schilling (1992, p. 30) diz que “Peter Rush, especialista em finanças internacionais da Executive Intelligence Review”, calculou que por “perdas nas relações de intercâmbio” os países do Sul perderam, de 1979-84“, 113,6 bilhões de dólares.” O mesmo autor (1985, p. 25) diz que “as perdas no intercâmbio internacional com os países ricos – segundo dados das Nações Unidas - dos países latino-americanos não produtores de petróleo foram, entre 1977 e 1983, de 38 por cento.”

O Anuario Estadístico de América Latina (vários anos), da CEPAL, fornece os índices e os efeitos das relações de trocas da América Latina e Caribe. Os índices para a América Latina e Caribe no período 1970-79 aumentaram de 100 em 1970 para 119,3 em 1979. Isso deveu-se unicamente aos países exportadores de petróleo (Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru, Venezuela e Trinidad e Tobago, este último apenas em alguns anos), cujo índice aumentou de 100 em 1970 para 206,0 em 1979 que mais que compensou a queda do índice dos países não exportadores de petróleo, de 100 em 1970 para 83,7 em 1979 (Tabela 4 abaixo). No período 1980-82, porém, todos os países perderam, indistintamente, no comércio internacional com os países centrais. O índice de relações de troca da América Latina e Caribe caiu de 100 em 1980 para 85,5 em 1982. Os países exportadores de petróleo, de 100 em 1980 para 91,2 em 1982, enquanto os países não exportadores de petróleo viram seu índice baixar de 100 em 1980 para 81,6 em 1982.

O efeito das relações de preços do intercâmbio, em bilhões de dólares, dados pela CEPAL, agregados por nós, estão na tabela 5, abaixo. No período 1975-79 a América Latina e Caribe obtêm um ganho de 18,72 bilhões de dólares devido aos países exportadores de petróleo, cujos resultados mais que compensaram as perdas dos não exportadores de petróleo. Mas em apenas dois anos (1981 e 1982) a América Latina e Caribe

perderam 24,25 bilhões de dólares contra os 18,72 ganhos nos cinco anos do período anterior (1975-979), resultando numa perda líquida de 5,53 bilhões de dólares no período 1975-82. Esses 5,53 bilhões de dólares foram, de fato, uma exportação líquida de capitais da América Latina e Caribe para o Primeiro Mundo, que constituíram *fundos* com os quais, mais tarde, “*socorreram*” os países devedores em *dificuldades*. Dificuldades que eles mesmos criaram.

Tabela 4

AMÉRICA LATINA E CARIBE: ÍNDICES DA RELAÇÃO DE PREÇOS DE INTERCÂMBIO DE BENS FOB/CIF^a

REGIÃO OU PAÍS \ ANO	1970	1979 ^b	1980	1982 ^c
AMÉRICA LATINA E CARIBE	100	119,3	100	85,5
PAÍSES EXPORT. DE PETRÓLEO ^d	100	206,0	100	91,2
PAÍSES NÃO EXP. DE PETRÓLEO	100	83,7	100	81,6
ARGENTINA	100	81,1	100	85,0
BRASIL	100	79,9	100	79,2
MÉXICO	100	132,5	100	82,0
VENEZUELA	100	401,1	100	103,8

Fonte: CEPAL: Anuario Estadístico de América Latina, vários anos.

Elaboração: Nossa.

^a Segundo valores do Balanço de Pagamentos.

^b De 1970-79, ano base 1970 = 100.

^c De 1980-82, ano base 1980 = 100.

^d Referem-se à Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru, Venezuela e Trinidad y Tobago (este em alguns anos).

Observando-se os dados da Tabela 5, abaixo, constata-se que as perdas dos países não produtores de petróleo ampliaram-se a partir de 1980, e que apareceu uma tendência de todos perderem a partir de então. Embora esteja fora dos limites do nosso objetivo, afirmamos com segurança que essa tendência confirma-se e se estende aos anos 90 sem sinais de reversão, e agravando-se mais para os países produtores de petróleo, que chegam a 1994, por exemplo, com um índice igual a 61,8, enquanto os não produtores de petróleo caem para 79,4 contra o índice base 100 em 1980.

Tabela 5

**AMÉRICA LATINA E CARIBE: EFEITO DAS RELAÇÕES DE
PREÇOS DO INTERCÂMBIO^a**
(Em bilhões de dólares a preços constantes^b)

REGIÃO OU PAÍS \ PERÍODO	1975-79 ^d	1980-82
AMÉRICA LATINA E CARIBE	18,72	- 24,25
PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO ^c	25,47	- 7,83
PAÍSES NÃO EXPORTAD. DE PETRÓLEO	- 6,74	- 16,65
ARGENTINA	- 1,02	- 4,31
BRASIL	- 1,99	- 8,52
MÉXICO	1,47	- 4,41
VENEZUELA	19,63	- 0,81

Fonte: CEPAL: Anuario Estadístico de América Latina, vários anos.
Elaboração: Nossa.

^a Segundo valores do Balanço de Pagamentos.

^b De 1975-79, a preços constantes de 1970; de 1980 a 1982, a preços constantes de 1980.

^c Referem-se à Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru, Venezuela e Trinidad y Tobago (este em alguns anos).

^d O Anuario Estadístico de América Latina fornece efeitos das relações de preços apenas a partir de 1975 para os países exportadores e não exportadores de petróleo.

As perdas da Região via depreciação dos preços do intercâmbio comercial, como vimos, aceleraram-se a partir de 1979 quando começou a era do *ajuste global*. Mas a consequência mais direta da ação do sistema financeiro desregulamentado são os chamados “serviços” da dívida externa. Vejamos o tamanho do saque à América Latina e Caribe por essa via.

2.5.4 Transferências de Recursos Através dos Serviços da Dívida Externa

Outra forma de transferência de recursos para o exterior são os “serviços” da dívida externa. Em serviços estão incluídos juros, amortizações, comissões, etc.. Agregando dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), chegamos aos seguintes totais transferidos da América Latina para os credores: no período 1960-69, 17,90 bilhões de dólares; de 1970-79, 87,96 bilhões de dólares e de 1980-82 pagou-se 89,17 bilhões de dólares que totalizaram, no período 1960-82, 195,03 bilhões de dólares! Esse total (que abrange o período de 23 anos) representa 144 vezes o valor pago em 1960 (1,352 bilhão de dólares). Na tabela abaixo,

destacamos os dados da América Latina, Argentina, Brasil, México e Venezuela:

Tabela 6

AMÉRICA LATINA E PAÍSES SELECIONADOS:
SERVIÇOS DA DÍVIDA EXTERNA
(Em Bilhões de dólares^a :1960, 1966, 1970, 1972-82)

REGIÃO, PAÍS	1970	1960	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
AMÉR. LAT.	2,50	1,35	3,08	4,40	5,56	6,65	8,17	11,50	18,38	25,02	26,97	29,89	32,31
ARGENTINA	0,46	0,25	0,47	0,66	0,79	0,79	0,87	1,04	2,12	1,46	1,99	2,15	2,32
BRASIL	0,39	0,55	0,64	0,94	1,22	1,68	2,12	2,88	4,48	6,52	8,06	9,12	10,19
MÉXICO	0,69	0,21	0,85	1,15	1,20	1,59	2,24	3,55	6,23	9,97	7,89	8,53	9,41
VENEZUELA	0,82	0,11	0,21	0,31	0,51	0,54	0,41	0,83	0,75	1,55	2,95	2,59	3,26

Fonte: Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Progreso Económico y Social en América Latina. Relatório Anual, vários anos.

Elaboração: nossa.

^a Os valores foram convertidos para bilhões de dólares e arredondados por nós.

Calculamos, a partir da tabela acima, o crescimento percentual dos serviços da dívida externa em cada década. Efetuamos os cálculos ponta-a-ponta, ou seja, dividimos os valores da coluna 1970 pelos valores da coluna 1960 e fizemos o mesmo para as demais situações. Observe-se, porém, que: apenas o Brasil atinge o máximo antes de 1970, no período 1960-70; apenas a Argentina atinge o máximo antes de 1979, no período 1970-79 e todos atingem o máximo em 1982, no período 1980-82. Isso significa que, em geral, os serviços da dívida são crescentes, indefinidamente.

Tabela 7

AMÉRICA LATINA E CARIBE: VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS
SERVIÇOS DA DÍVIDA EXTERNA POR PERÍODO:
(1960-70, 1970-79, 1980-82)

REGIÃO OU PAÍS	1960-70	1970-79	1980-82
AMÉRICA LATINA	85,2	900,8	19,8
ARGENTINA	84,0	217,4	16,6
BRASIL	-29,1	1571,8	26,4
MÉXICO	228,6	1344,9	19,3
VENEZUELA	645,5	89,0	10,5

Fonte: Tabel 6.

Elaboração: nossa.

O crescimento vertiginoso dos serviços da dívida nos anos 70 deveu-se ao fato de que no início da década, quando começou o processo acelerado de endividamento internacional (ver Capítulo 3), a dívida era relativamente pequena. No final do período, porém, a dívida já havia crescido muito, estava madura e, principalmente, os custos financeiros dispararam com o aumento das taxas de juros internacionais. Assim, os serviços da dívida da América Latina que estavam no patamar dos dois bilhões de dólares por ano no período 1965-69, passaram para a média de três bilhões de dólares por ano no período 1970-73 e atingiram a média de 21,7 bilhões de dólares anuais, nos anos 1978-79. Neste final da década ocorreu o corte da liquidez, com a diminuição do refinanciamento “voluntário” de amortizações e juros vencidos, que forçaram o aumento dos valores da poupança interna desembolsados como serviços, ou seja, aumentou a transferência líquida real de recursos para o exterior.

Com a virada na situação política mundial, traduzida fundamentalmente no aumento vertiginoso das taxas de juros internacionais para valores reais médios anuais acima de 6%, a partir de 1979, contra valores históricos menores que 2%, o sistema financeiro internacional desregulamentado levou os serviços da dívida da América Latina de 18,4 bilhões de dólares em 1978 para 32,3 bilhões de dólares em 1982, ano da crise da dívida.

A dimensão e a evolução do saque efetuado pelo imperialismo sobre a América Latina podem ser vistas, também, pela transferência líquida de recursos para o resto do mundo e pelo coeficiente dessas transferências fornecidos pelo *Anuario Estadístico de América Latina* da CEPAL (vários anos). As transferências líquidas, em bilhões de dólares (a preços constantes de 1970), foram de 1,7 em 1960, 2,8 em 1970 para 17,3 em 1979. A preços constantes de 1980, atingiram o patamar de 36,9 bilhões de dólares em 1982. Em termos de percentagem do produto interno bruto, a preços constantes de 1970, as transferências líquidas de recursos da

América Latina para o resto do mundo foram de 1,3% do PIB em 1960, 1,4% em 1970, 2,1% em 1979 e 3,7% em 1982!

As fugas e evasões de capital foram os abastecedores principais do euromercado em formação, no pós Guerra, até o final dos anos 60, quando o excesso de liquidez transformou-se em crédito, criando a dívida internacional pós-1970. Esta, logo que nasceu, começou a render frutos sempre crescentes, como vimos, que, acumulando-se com outras formas de transferências, constituíram o filão principal do saque generalizado do Primeiro sobre o Terceiro Mundo. Esse saque geral e por todos os meios visa cobrir financeiramente o rombo da economia real produzido pela crise generalizada e permanente do capitalismo. É um processo sem retorno, no capitalismo. A generalização das transferências de recursos dos países dominados para o imperialismo configuram-se nitidamente a partir de meados dos anos 70. Nesta década, ocorreram também as duas crises do petróleo. Os países centrais passaram à versão, principalmente via FMI, de que os petrodólares foram os causadores do endividamento internacional. Discordamos dessa versão, como segue.

A contribuição dos dólares provenientes das duas “crises do petróleo” (1973 e 1979) não foi determinante para a formação do euromercado e, conseqüentemente, da dívida internacional. Como vimos acima (no Capítulo I e neste) a evolução e consolidação do sistema financeiro desregulamentado deu-se de forma independente das crises do petróleo. Vejamos porquê. Primeiro, quando eclodiu a primeira crise, em 1973, o euromercado já estava consolidado e a formação da dívida internacional já havia começado no final dos anos 60. Segundo, a atribuição do aumento da liquidez internacional que resultou na formação da dívida aos aumentos dos preços do petróleo resultou mais de campanha do governo americano contra a OPEP do que dos fatos:

“Se bem que os aumentos do petróleo envolvessem uma vultosa transferência de recursos para os países da OPEP, isso foi uma

questão temporária. Em 1976, o superávit da balança de pagamento da OPEP tinha sido bastante reduzido e alguns membros tinham mesmo crescentes déficits. Ainda que alguns países da OPEP continuassem a obter excedentes, entre 1974 e 1980, os depósitos da OPEP nos eurobancos totalizavam aproximadamente 125 bilhões de dólares, enquanto os empréstimos para fora do mercado alcançavam cerca de 615 bilhões de dólares. Deste modo os fundos da OPEP foram incorporados e esmagados por uma grande onda de liquidez oriunda do sistema bancário ocidental, nessa altura abarrotado de dinheiro e procurando oportunidades de empréstimos no exterior.” (Naylor, 1990, p. 65).

O Senado Americano fez uma investigação do montante de petrodólares nos bancos americanos, logo após a primeira crise. Depois, em entrevista a Sampson em 1980, o banqueiro do Citibank, Al Constanzo, avaliando aquela investigação, disse que “não foi a expansão do petróleo que produziu a diferença, mas o mercado do eurodólar.” E, referindo-se aos mesmos petrodólares, concluiu que “trata-se de um dinheiro muito frio”. (Sampson, 1981, p. 142).

Terceiro, o segundo aumento dos preços do petróleo em 1979 não produziu liquidez internacional. O que ocorreu foi falta de liquidez, forçando os países devedores a recorrerem cada vez mais a empréstimos de curto prazo e à queima de suas reservas internacionais, e a evoluírem para a crise da dívida de 1982.

As alegações dos países industrializados (principalmente dos Estados Unidos) são, portanto, inconsistentes, mas lhes serviram como pretexto para exportar a conta petróleo para o Terceiro Mundo, que a pagou.

Para concluir, queremos evidenciar o impacto das transferências de recursos para o resto do mundo no famoso *déficit do setor público* que é potencializado pela dívida pública interna (federal e total) – “irmã gêmea” da dívida externa. A CEPAL e o BID não fornecem estatísticas de dívidas internas. Ilustrando com os dados do Brasil (Abreu, 1989, p. 387), em percentual do PIB, a dívida pública interna federal foi 0,4% em 1960 e 0,4% em 1965. A partir de então, não parou mais de crescer: 4,4% em 1970, 8,6%

em 1979, 16,1% em 1982 e 31,2 em 1987. O combate ao déficit público, como sabemos, é a exigência central do FMI quando um país devedor cai em suas garras. Mas seu *remédio* só agrava o déficit que jamais pára de crescer.

O sistema financeiro desregulamentado expandiu o crédito no início dos anos 70, originando a dívida externa internacional, que veremos no Capítulo 3. Dominante, irradiou sua rede de *eurobancos* para paraísos fiscais, sempre “aperfeiçoando” suas legislações para garantir mais *sigilo* e anonimato. Justamente por ser dominante, voltou-se para o território mais seguro do mundo, segundo seus avaliadores, estabelecendo-se nos Estados Unidos. Estes, nos anos 60, tentaram impedir a saída de dólares para o euromercado em formação; no início dos anos 80, criaram *facilidades* e estabeleceram o sistema financeiro *onshore* para atrair divisas dos outros países. Com isso, o sistema financeiro desregulamentado fechou um *arco reflexo*. Ao explodir a crise da dívida, em 1982, um lugarejo como a Ilha Grande Caimã apresentava-se ao mundo como “centro financeiro internacional”. No decorrer do período, sua política liberalizante vai se impondo, implementada pelos países imperialistas através de suas agências multilaterais, principalmente o FMI e o Banco Mundial, e as conseqüências tornaram-se nítidas a partir de meados da década de 70, concretizadas nas fugas e evasões de capital e nas transferências líquidas de recursos dos países devedores para os países centrais, vale dizer, para o sistema financeiro desregulamentado. A principal conseqüência, porém, é a dívida internacional, especialmente a *dívida externa brasileira* que será estudada no próximo Capítulo.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA COMO CONSEQÜÊNCIA DO SISTEMA FINANCEIRO DESREGULAMENTADO – 1969-1982

3.1 Introdução

A dívida externa pública bruta brasileira era de U\$ 972,4 milhões em 1940, em dólares correntes. Em 1950, caíra para 559 milhões de dólares correntes. Passou para 2 bilhões e 372 milhões de dólares em 1960. E de 1960 a 1969, passou de 2,4 para 4,4 bilhões de dólares. Constatamos, assim, que a dívida externa diminuiu 74% no período 1940-50 e cresceu apenas 340% (ou foi multiplicada por 4,4) no período 1940-69, ou seja, em três décadas. Dizemos *apenas* porque a dívida externa brasileira cresceu 1278%, ou seja, foi multiplicada por 13,8 na década de 1970.

Evolução semelhante foi apresentada pelos países da América Latina e Caribe, cujas dívidas externas públicas eram relativamente pequenas em 1970. Na América Latina e Caribe, a dívida externa cresceu 2,7 vezes ou 170% no período 1960-70 e foi multiplicada por 8,4 ou cresceu 738% no período 1970-80. As diferenças pré e pós-1970 são significativas e nos permitem afirmar que as dívidas brasileira, latino-americana e caribenha são *quantitativa e qualitativamente diferentes*.

Também podemos fazer um paralelo entre a evolução da dívida externa de cada país e sua ditadura militar, instituída por injunção do governo americano. Uma vez instaladas, as ditaduras militares providenciavam mudanças institucionais proporcionando abertura para o capital externo, na linha das políticas do FMI, já mencionadas no Capítulo 2. Vejamos sumariamente as alterações efetivadas na legislação brasileira, visto que, ressalvadas as especificidades, ocorreram reformulações equivalentes nos demais países do Terceiro Mundo.

Em 1964, quando se instalou a ditadura militar no Brasil, o Ministro do Planejamento era nada menos que um dos signatários do FMI, Roberto de Oliveira Campos, que foi “delegado do Brasil” na Conferência de Bretton Woods, onde votou pela criação do Fundo acordado por White e Keynes, ou seja, pelos Estados Unidos e a Inglaterra. As reformas financeiras tiveram um instrumento central para a imposição ditatorial, por cima do Congresso, o *Decreto Lei*, e atingiram dois instrumentos básicos relativos a movimentos de capital: a Lei N^o 4.131 de 1962 e a Resolução N^o 63 de 1967.

A Lei n^o 4. 131 foi o instrumento utilizado para as *captações diretas*, ou seja, empresas privadas (nacionais ou estrangeiras) ou estatais ou ainda administrações (federal, estaduais ou municipais) contraíram empréstimos direto no exterior através dessa lei. A Resolução n^o 63, por outro lado, foi editada para viabilizar as *captações para repasse*, isto é, bancos privados (nacionais ou estrangeiros) ou estatais captaram empréstimos fora do Brasil

para emprestar internamente, estimulados pelas diferenças das taxas de juro estabelecidas pelas políticas monetárias da ditadura militar. Esse *diferencial de juros* foi a mais unânime “coincidência” nos países em processo de endividamento acelerado nos anos 70.

Concluindo esta introdução, onde evidenciamos apenas os instrumentos político-institucionais básicos e prévios ao processo de endividamento que decorre do sistema financeiro desregulamentado, cujo excesso de liquidez, no final dos anos 60, criou crédito que, na avaliação dos banqueiros, era mais lucrativo aplicar na especulação, ou seja, na criação de dívidas. E a dívida externa brasileira foi uma delas. Dividimos sua evolução em três etapas, no período em estudo (1969 – 82), como segue:

- 1^a – Formação especulativa da dívida externa brasileira: 1969-73, que será estudada na Seção 3.2;
- 2^a – Etapa transitória: custos financeiros crescentes da dívida determinam seu crescimento: 1974-78, que veremos na Seção 3.3;
- 3^a – Etapa puramente financeira: formação de dívida só para pagar custos financeiros da dívida: 1979-82, Seção 3.4.

3.2 Formação Especulativa da Dívida Externa Brasileira: 1969-73

Essa etapa constituiu o primeiro impulso de crescimento acelerado da dívida externa brasileira, coincidiu com o chamado “milagre econômico” e decorreu de “um movimento de internacionalização sem precedentes na história das finanças internacionais.” (Cruz, 1984, p. 166). Transcrevemos a seguir a Tabela III.1 da CPI da Dívida, à qual acrescentamos duas colunas: *dívida externa líquida* (definida como a diferença entre a dívida externa bruta e as reservas internacionais) e a *dívida interna federal* como percentual do PIB.

Observando a tabela abaixo, constatamos que: - até 1965, as quatro variáveis mantêm-se praticamente constantes; - de 1965 para 1966, a dívida interna salta de 0,4% do PIB para 1,8%, ou seja, aumenta 350% em um ano como consequência da política da ditadura militar de conformação da economia ao capital financeiro internacional; - ao mesmo tempo que a dívida interna continuou crescendo, desde 1965, a partir de 1969 até 1973 – nosso período em pauta – a dívida externa bruta cresceu 186%, as reservas internacionais cresceram 814%, a dívida externa líquida cresceu 68% e a dívida interna cresceu 44%.

Tabela 8

BRASIL: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRUTA, DAS RESERVAS INTERNACIONAIS, DA DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA E DA DÍVIDA INTERNA FEDERAL – 1961-83 (Bilhões de dólares correntes)

ANO	Dívida Externa Bruta (1)^a	Reservas Internacionais (2)^a	Dívida Externa Líquida (1 – 2 = 3)^b	Dívida Interna Federal (% PIB)^c
1961	3,1	0,5	2,6	0,3
1962	3,2	0,3	2,9	0,4
1963	3,2	0,2	3,0	0,4
1964	3,1	0,2	2,9	0,6
1965	3,5	0,5	3,0	0,4
1966	3,7	0,4	3,3	1,8
1967	3,4	0,2	3,2	3,8
1968	3,8	0,3	3,5	3,3
1969	4,4	0,7	3,7	3,2
1970	5,3	1,2	4,1	4,4
1971	6,6	1,7	4,9	5,9
1972	9,5	4,2	5,3	7,5
1973	12,6	6,4	6,2	4,3
1974	17,2	5,3	11,9	4,6
1975	21,2	4,0	17,2	6,0
1976	26,0	6,6	19,4	9,4
1977	32,0	7,3	24,7	9,7
1978	43,5	11,9	31,6	9,9
1979	49,9	9,7	40,2	8,6
1980	53,9	6,9	47,0	6,7
1981	61,4	7,5	53,9	12,6
1982	69,7	4,0	65,7	16,1
1983	81,3	4,6	76,7	21,4

Fontes: ^{a, b} Brasil, 1985, p. 006, Tabela III.1; | Elaboração: nossa.
^c Abreu, 1989, p. 387, (Anexo Estatístico).

Esse primeiro surto de endividamento externo foi justificado pela ditadura militar com algumas formulações mais ou menos sumárias. Cruz (1984, p. 15) diz que,

“o apelo a recursos externos era, portanto, condição *sine qua non* e expressava, em última instância, a contribuição de ‘poupanças externas’ ao esforço de desenvolvimento da economia nacional. A partir destas proposições, o endividamento externo ocorrido no período passou a ser apresentado como o resultado necessário de um ciclo expansivo numa economia ainda em desenvolvimento.”

Um dos economistas da ditadura militar, Paulo Lyra, que era presidente do Banco Central, explica muito didaticamente o endividamento baseado no famoso “hiato de recursos”, sustentado na teoria do “equilíbrio dinâmico do balanço de pagamentos”.¹⁰ Veremos adiante que essa afirmação de Paulo Lyra foi uma completa falsificação da realidade. Ainda sobre a justificativa oficial do endividamento no período 1969-73, o Relatório da CPI da Dívida sintetiza da seguinte maneira:

“O primeiro período, entre 1969 e 1973, corresponde ao chamado período do ‘milagre’ econômico brasileiro, quando o discurso oficial considerava imprescindível o aporte de poupanças externas para financiar o crescimento. Os empréstimos estrangeiros se justificariam, assim, como a forma de cobrir o hiato de recursos necessários ao crescimento, ou seja, como forma de cobrir o saldo negativo do balanço de mercadorias e serviços produtivos. As ampliações no nível das reservas e das exportações, por sua vez, eram vistas como fundamentais para aumentar a credibilidade do País, e assim permitir novas entradas de empréstimos e financiamentos.” (Brasil, 1985, p. 007).

As justificativas oficiais para o endividamento, no período em estudo, eram expressas em frases sumárias e idéias aparentemente inquestionáveis: “dever é bom, mas é preciso saber dever”, o endividamento

¹⁰ No estágio de desenvolvimento econômico em que se encontra o Brasil, a consecução desse objetivo (desenvolvimento acelerado e sustentável) se relaciona a duas condicionantes quanto ao balanço de pagamentos do país (...): 1) deverá, normalmente, existir cada ano um excesso de importação de mercadorias e serviços sobre as exportações de mercadorias e serviços e, 2) o balanço de pagamentos, em sua totalidade, deverá apresentar relativo equilíbrio. O excesso de importações de mercadorias e serviços representa a absorção de recursos reais do exterior pela economia. Expressa a poupança externa que financia parte dos investimentos realizados dentro do país. A essa diferença positiva das importações sobre as exportações se chama ‘hiato de recursos’.” (Lira apud Cruz, 1984, p. 29).

era “inevitável”, o acúmulo de reservas garantiria o endividamento futuro, a dívida externa era “bem administrada”, etc.¹¹

A afirmação de que “deve quem pode e aqueles nos quais a comunidade financeira internacional confia” – mais uma das frases prontas repetidas – só tinha respaldo na ditadura militar, através da censura, da repressão, do exílio, enfim, de todos os “*argumentos*” desse tipo, pois basta observarmos as séries históricas das dívidas externas latino-americanas e caribenhas para constatar que praticamente todos tinham a “confiança” da “comunidade financeira internacional”.

A explicação do FMI, embora mais elaborada que a da ditadura militar, também não encontra respaldo na economia real, como veremos mais adiante. Gluckstein (1989, p. 43-44) faz o seguinte esquema da versão do FMI para a origem da dívida em geral:

“¿Dónde se sitúa el origen de la deuda para el Fondo Monetario Internacional? En un discurso pronunciado por el director general Jacques de La Rosière en julio de 1982 , (...), este explica en seis puntos cómo según el Fondo Monetario Internacional se constituye en el mecanismo de endeudamiento:

“Primero, el origen del endeudamiento, es un fuerte crecimiento de los gastos públicos lo que se traduce por un nivel muy elevado del tratamiento de los funcionarios y de las subvenciones del Estado a los productos alimenticios. Lo que desemboca (y es el segundo punto) en un gran consumo, que acarrea grandes importaciones y aumento del déficit de la balanza comercial. De donde (y es el tercer punto) para financiar todo esto, los Estados están obligados a proceder a una creación monetaria excesiva que origina la inflación, baja la competitividad de los productos, baja las exportaciones. La cuarta consecuencia se encadena de cierta manera, desarrollo de la inflación, por lo tanto baja de la tasa de intereses reales, fuga de capitales hacia el extranjero, de ahí (y es la quinta etapa), una tendencia a succionar cada vez más sobre los ahorros de un país

¹¹ “A tônica do pensamento oficial na época era a de que ‘dever é bom, mas é preciso saber dever’ ou a de que ‘deve quem pode e aqueles nos quais a comunidade financeira internacional confia’.

“Três idéias se destacam na posição oficial. A primeira é a da inevitabilidade do endividamento para, via poupança externa, financiar o crescimento acelerado, já que a filosofia oficial dizia que o hiato de recursos era a restrição dominante ao crescimento do País. A segunda é a de que as reservas e as exportações deveriam crescer para garantir o aumento do endividamento futuro. Finalmente, e em decorrência das duas primeiras idéias, a administração do endividamento se restringia a atender para o perfil do mesmo no que tange ao prazo médio de amortização, deixando-se ao mercado a alocação dos recursos que entrassem no País.” (Brasil, 1985, p. 016).

para financiar el déficit del presupuesto del Estado, reduciendo las inversiones productivas y finalmente, sexto y último punto, ese déficit lleva al Estado mismo a aumentar el impuesto, y desalentar la producción. Pero llamo vuestra atención sobre un aspecto: según el Fondo Monetario Internacional el origen inicial de la deuda, el punto de partida supuesto de esta espiral infernal es lo que el Sr. J. De La Rosière llama 'un consumo excesivo'."

Então, para o FMI, não existiu o “excesso de liquidez”, não ocorreu a transformação no sistema financeiro internacional em torno de 1970 nem a ação do novo sistema desregulamentado na implementação da nova dívida externa internacional. Segundo o FMI, que repete incansavelmente o mesmo discurso, a culpa é do país devedor, ou mais especificamente, de seu povo que “consumiu demais”. Nem ocorre ao “xerife financeiro” observar e explicar por que tal fenômeno não aconteceu até o final dos anos 60, nem olhar as estatísticas sobre consumo antes, durante e depois da década do endividamento. Em vez disso, repete mecanicamente diagnósticos e fórmulas que não resistem ao confronto com os fatos, como veremos adiante.

As duas versões “explicativas” da origem da dívida externa (a do FMI e a dos repetidores internos) parecem diferentes mas não são. Ao tratar especificamente do Brasil, o “Secretário” do FMI endereçou aos “Membros da Diretoria Executiva” um relatório “*confidencial*”, em “11 de fevereiro de 1983”, onde, avaliando o período em pauta nesta Seção, diz o seguinte:

“Os atuais problemas econômicos do Brasil podem ser relacionados não só aos eventos externos do passado imediato, mas também às condições sob as quais o país alcançou um rápido crescimento nos últimos 15 anos.

“Em meados dos anos 60, o Brasil desencadeou um impressionante processo de desenvolvimento, baseado em exportação, dependendo crescentemente de empréstimos externos para complementar a poupança doméstica.” (FMI, 1983, p. 0574).

Parece que o FMI copiou o discurso da ditadura no período 1969-73. Preferimos, porém, acreditar na hipótese oposta.

Simonsen, em conferência pronunciada em oito de maio de 1984, na sede da Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, deu sua versão para o endividamento:

“Em primeiro lugar, é importante lembrar que nenhum país se endivida por causa de projetos – os países se endividam por causa de déficits em conta-corrente de balanço de pagamentos. Financiamento de projetos sempre foi um véu, na realidade, através do qual os bancos comerciais realmente financiaram as balanças de pagamento. Acho que não é preciso repetir isso aqui, embora seja um equívoco muito freqüente nos Estados Unidos, nação que começa a discutir se os países projetaram bem ou mal, para efeito de suas dívidas externas. (Simonsen, 1984. P. 11-12). (Sublinhado nosso).

Como se vê, o ex-Ministro da Fazenda do Gal. Geisel e depois Vice-Presidente do Citi Bank repete, com linguagem técnica, a idéia do “hiato de recursos” (“déficit em conta corrente”). Importante, porém, é que, embora declare discordar de seus chefes, revela que os pais da versão “crescimento com endividamento” foram os Estados Unidos, no sentido amplo. Essa foi a idéia que perpassou todo o processo de endividamento. Depois de ter assinado a primeira carta de intenção com o FMI, o Ministro do Planejamento, Delfim Netto, repetiu em 31 de dezembro de 1982: “O Brasil não tomou dólares para jogar fora. **O País se endividou para crescer.**” (Netto, 1983, p. 3) (Negrito no original).

Vimos até aqui algumas justificativas dos responsáveis pela formação da dívida externa, no período 1969-73, e de outros não diretamente envolvidos na ocasião. Vejamos, a seguir, algumas análises opostas aos motivos apresentados como causa da origem da dívida.

Cruz (1984, p. 16), examinando as contas do balanço de pagamentos, contesta o “discurso oficial”, afirmando, em relação à balança comercial, que,

“o crescimento das exportações foi de tal magnitude que garantiu as divisas necessárias para fazer frente à ampliação das importações, conduzindo a um balanço comercial equilibrado no quinquênio 1969-73 (Tabela 2). Este resultado indica que, a despeito do crescimento ‘desequilibrado’, não houve pelo lado do comércio de mercadorias qualquer pressão indutora da tomada de capitais de empréstimo ao longo do ciclo expansivo.”

O saldo da balança comercial, no período, foi de -0,03 bilhões de dólares. Por outro lado, o saldo dos serviços produtivos foi de -2,03 bilhões de dólares, resultando num déficit total de 2,06 bilhões de dólares no período. Entraram, no País, provenientes de investimentos líquidos, deduzidas as remessas de lucros e dividendos, 1,14 bilhão de dólares. Resulta, até aqui, um déficit de 0,92 bilhão de dólares, que seria necessário cobrir com a “contribuição da poupança externa”. O País, contudo, contraiu empréstimos, no período, totalizando 14,36 bilhões de dólares, sendo deduzidos 9,19 bilhões de dólares de serviços da dívida, resultando um saldo líquido de +5,17 bilhões de dólares, que foram acumulados como reservas internacionais, cuja variação foi de +6,16 bilhões de dólares. Ver Tabela 9 abaixo.

Baseado nos dados expostos acima (todos retirados de sua Tabela 2), Cruz (1984, p. 17) expõe o resultado de sua análise, dizendo que,

“a conclusão a que se chega, portanto, é que a tese de que a aceleração do endividamento externo brasileiro ocorrida durante o ciclo expansivo foi determinada pela necessidade de ‘poupanças externas’ ou por estrangulamentos do setor externo não encontra base de sustentação. Sendo assim, a contrapartida do significativo impulso sofrido pela dívida externa dever ser buscada na esfera das relações financeiras da economia brasileira com o ‘resto do mundo’ e não na suposta necessidade de superar ‘constrangimentos’ do setor externo.

“O caráter predominantemente financeiro, ou seja, não produtivo, do endividamento ocorrido no período fica evidenciado quando se observa que as contratações líquidas de empréstimos e financiamentos tiveram como contrapartida principal a formação de reservas internacionais, ou seja, a criação de poder de compra que não se realiza no período e que retorna ao circuito financeiro internacional (Tabela 2).”

A formação da dívida externa teve origem internacional. “Isto porque o afluxo significativo de recursos externos à economia brasileira foi determinado, em última instância, pelas transformações ocorridas no mercado de euromonedas” (Cruz, 1984, p. 17). Transformações essas que, como vimos nos Capítulos 1 e 2, produziram o sistema financeiro internacional desregulamentado.

Realizando o mesmo raciocínio e cálculos de Cruz, com os dados da Tabela 9, chegamos a resultados muito próximos. As diferenças devem-se a itens incluídos ou excluídos em contas específicas.

Tabela 9

BRASIL: CONTAS SELECIONADAS
SALDOS LÍQUIDOS NO PERÍODO – 1969-82
(US\$ bilhões correntes^c)

CONTA/PERÍODO	1969-73	1974-76	1977-78	1974-78 ^b	1979-82
1. Comércio e Serviços					
1.1. Balança Comercial	-0,03	-10,48	-0,92	-11,40	-3,67
1.2. Balança de Serviços ^a	-2,03	-3,54	-2,86	-6,40	-10,57
1.3. Saldo (3 = 1 + 2)	-2,06	-14,02	-3,78	-17,80	-14,24
2. Movimento de Capital de Risco (líquido) ^c	1,14	2,23	1,13	3,36	4,97
3. Movimento Financeiro ^d	5,17	10,15	8,71	18,86	-5,68
3.1. Empréstimos e Financiamentos	14,36	21,22	23,06	44,28	52,79
3.2. Serviços da Dívida Externa	-9,19	-11,07	-14,35	-25,42	-58,47
- juros líquidos	-1,58	-3,96	-4,80	-8,76	-32,10
- Amortizações	-7,61	-7,11	-9,55	-16,66	-26,37
4. Variação das Reservas Internacionais	+6,16	+0,23	+5,26	+5,49	-7,90

Fonte: Tabela 2 em Cruz, 1984, p. 14, e Tabela 1 deste capítulo.

Elaboração: Nossa.

^a Incluem: fretes, seguros e importação de tecnologia.

^b O período 1974-78 resulta da soma dos períodos 1974-76 e 1977-78.

^c Nos investimentos líquidos, excluem reinvestimentos.

^d Incul: bônus; Exclui: Transferências Unilaterais, Erros e Omissões, Viagens Internacionais, Transferências Governamentais e Outros Serviços.

Bontempo (1985, p. 245), examinando a aceleração do endividamento externo no período em estudo, chega praticamente à mesma conclusão de Cruz:

“A dívida externa bruta registrada apresenta uma elevada taxa de crescimento no período 1969/73, comparado aos padrões anteriores. Esse crescimento não se deveu, como vimos, aos incrementos dos déficits em transações correntes, os quais explicariam uma parte pouco significativa do crescimento. *A evolução das Reservas Internacionais no período fornece a explicação da maior parte desse crescimento do endividamento.* De fato as reservas internacionais evoluem de US\$ 0,7 bilhão em 1969 para US\$ 6,4 bilhões em 1973, quando a dívida externa líquida era de apenas US\$ 6,2 bilhões.” (itálico no original).

Embora Bontempo não explique porque fez-se dívida para acumular reservas internacionais, suas conclusões se opõem ao “discurso” da ditadura militar. A CPI da Dívida apresenta várias conclusões nesse sentido:

“A partir de 1968, em conseqüência principalmente do aumento de liquidez no sistema financeiro internacional, o Brasil passaria a contar com uma crescente oferta de empréstimos externos, iniciando-se, então, um novο e qualitativamente diferente ciclo de sua longa história de endividamento.” (Brasil, 1985, p. 006). (Sublinhado nosso).

A dívida que estamos examinando, portanto, não é mais a mesma: é *nova e qualitativamente diferente*. Depois de examinar o balanço de pagamentos, a CPI da Dívida chega praticamente às mesmas conclusões de Cruz quanto à sua correlação com a alta liquidez do sistema financeiro internacional e a coincidência com o endividamento de países do Terceiro Mundo.¹²

O endividamento generalizado e crescente da América Latina e Caribe pode ser visto nas séries históricas do BID ou da CEPAL, por exemplo. Depois de dar sua explicação do surgimento do euromercado, a CPI da Dívida diz o seguinte sobre a origem da nova dívida internacional:

“Frente a esse excesso de liquidez e a frágil demanda por empréstimos da parte de clientes europeus tradicionais, os banqueiros internacionais passaram a buscar novos clientes,

¹² “isto indica que o processo de endividamento requer uma explicação diferente daquela apresentada oficialmente. Sobretudo, quando se observa a estranha coincidência de que neste mesmo período o sistema financeiro apresenta uma elevada liquidez e de que diversos outros países, especialmente do Terceiro Mundo, ingressam também em ciclo de endividamento crescente.” (Idem, p. 007).

constituídos basicamente pelos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento. Esses países passaram a ter acesso aos empréstimos internacionais em condições mais favoráveis, tais como taxas de juros mais baixas e prazos mais longos.

“Nos anos 70, o endividamento externo dos países do Terceiro Mundo, portanto, cumpre a função de enxugar o excesso de liquidez no sistema bancário internacional, funcionando como mecanismo de valorização do capital excedente que não encontraria aplicação rentável no circuito produtivo de economias centrais.” (Brasil, 1985. p. 013).

Como vemos, foi o sistema financeiro desregulamentado quem buscou os possíveis tomadores de empréstimos para valorizar seu capital excedente no circuito financeiro, e não o pretense “déficit em conta corrente” que teria sido financiado por empréstimos externos. Em outras palavras, não foi a “contribuição da poupança externa” para o crescimento que originou a nova e acelerada dívida externa.

Lago (1989, p. 244-45) utiliza a formação bruta de capital fixo para examinar as causas do endividamento no período:

“Segundo os dados de contas nacionais sobre a nacionalidade dos equipamentos na formação bruta de capital fixo, a participação dos equipamentos nacionais caiu de 72,6% em 1970 para 71,7% em 1971 e 67,3% em 1972, mostrando certa recuperação em 1973, quando atingiu 71,5% (IBGE, 1988, p. 110). Assim a expansão da capacidade de importar, através do aumento das exportações e/ou um endividamento externo crescente, pareciam necessários para se manter o ritmo de crescimento das importações de bens de capital.

“O financiamento de formação de capital no período 1967-1973, em contraste com o período seguinte, não dependeu fundamentalmente da poupança externa. A formação de capital fixo e a variação de estoques foram em grande parte ‘financiados’ pela poupança nacional bruta. Conseqüentemente, como se discute na seção 5, o forte crescimento do endividamento externo no período após 1969 foi, claramente, excessivo em confronto com as necessidades reais da economia, e uma vez recuperado um nível adequado de reservas internacionais em 1967-68.” (Sublinhado nosso).

Claramente excessivo e também *virtualmente desnecessário*, como afirma Souza (1985, p. 116), sintetizando as conclusões de vários autores:

“Diversos autores notaram que a grande massa de empréstimos em moeda que afluiu para a economia brasileira, no período do chamado ‘milagre brasileiro’, era virtualmente desnecessária para financiar as importações de bens e serviços requeridas pelo desenvolvimento acelerado de então. Seu papel, do ponto de vista das restrições externas, teria sido apenas o de constituir reservas”.

Como vemos, o endividamento, no período, não se justificava nos discursos de “crescimento com endividamento” ou “contribuição da poupança externa” para cobrir um inexistente “hiato de recursos”. Na verdade, “na sua origem não está a necessidade das nações devedoras, mas dos banqueiros internacionais e de um modelo econômico concentrador e excludente.” (Encontro Nacional Sobre Dívida Externa, 1990, p. 18).

Antes de examinar a principal causa da origem da dívida externa apontada pelo FMI, queremos falar sumariamente sobre a *dívida interna*. A Tabela 8 deste capítulo mostra que de 1961-65 a dívida interna federal, como percentual do PIB, manteve-se praticamente constante, com uma média anual de 0,42%. Em um ano, de 1965 para 1966, a dívida interna aumentou 350%. Lembramos (ver Introdução deste capítulo) que em 1964 e 1965 ocorreu a reforma no sistema financeiro brasileiro, “através de um entrelaçamento de interesses” (Brasil, 1985, p. 015), adequando-o aos interesses do euromercado, cujos principais instrumentos institucionais foram a Lei nº 4 131 e a Resolução nº 63 que proporcionaram a “captação especulativa de divisas” (Brasil, 1985, p. 015). Essa “irmã gêmea” da dívida externa, como a chamou Carlos Lessa em depoimento à CPI da Dívida, passou a crescer como a segunda “bola de neve” do novo endividamento, dando um salto no período em pauta de uma média anual de 3,8% nos anos 1969-70 para a média de 5,9 % do PIB nos anos 1971-73. A dívida interna, pré-concebida, desenvolveu-se, neste período, como consequência do aumento das reservas internacionais, ou melhor, do endividamento externo especulativo, como explica Cruz (1984, p. 36)

“O ‘excesso’ de endividamento externo verificado no início dos anos setenta, notadamente no biênio 1972-73, e a preocupação das autoridades governamentais quanto ao impacto desse fenômeno

sobre a massa monetária e, por essa via, sobre os níveis de inflação, tiveram um importante desdobramento: um massivo lançamento de letras do Tesouro visando eliminar o aumento de liquidez derivado do crescimento das reservas. Isso significa que o primeiro grande salto da dívida pública brasileira – ocorrido no início dos anos setenta – foi determinado pela intensa abertura financeira para o exterior experimentada pela economia brasileira no período.” (Sublinhado nosso).

A CPI da Dívida dá uma explicação semelhante, baseada no depoimento de Carlos Lessa, afirmando que,

“o País inicia, com esta política de endividamento, o processo de crescimento da dívida pública interna. Nas palavras do Professor Lessa, durante seu depoimento à CPI ‘os tomadores de empréstimos de moeda estrangeira... buscavam-na fundamentalmente para suportar suas operações creditícias internas, não buscavam esses recursos com o propósito de bancar importações. Logo, necessitavam de cruzeiros’. Para que não houvesse grande expansão na base monetária, o Governo passou a emitir Letras do Tesouro Nacional para captar o excesso de cruzeiros, dando origem, portanto, à expansão da dívida pública. Assim é que a dívida pública ‘cresceu não por razões fiscais, mas por razões financeiras. Ela nasce como uma contrapartida, como uma antimatéria, como um reflexo da operação de endividamento externo’.” (Brasil, 1985, p. 016). (Sublinhado nosso).

Assim, depois de concebida no bojo da reforma financeira, em 1964-65, a dívida pública interna teria de nascer. Nasceu e cresceu por razões financeiras, ou seja, *especulativas*. O pior, porém, é que parece não possuir um mecanismo *genético* que interrompa o crescimento. Como se pode observar na Tabela 8, já era 21,4% do PIB em 1983 e ainda não parou de crescer. Voltemos, porém, para a dívida externa.

O FMI, segundo citação de Glukstein, acima, afirma que a principal causa da formação da dívida foi o *consumo*. Reunimos alguns indicadores de consumo e elegemos o *consumo privado per capita* para ilustrar, em uma tabela, embora não tenhamos conseguido dados anuais de 1969-75. As tabelas da CEPAL forneceram, porém, as taxas médias anuais por década, para os anos 60 e 70 (Tabela 10, abaixo). É interessante notar que a taxa média anual do consumo privado per capita nos períodos 1960-70 e 1970-80

é exatamente a mesma (2,6%) para a América Latina e Caribe. Ora, se os países tivessem se endividado para “consumir”, a taxa média anual dos anos 70 deveria ser significativamente maior que a dos anos 60. Atribuindo, por hipótese, à América Latina e ao Caribe o período 1980-82 como sendo de “ajuste voluntário”, vemos que a taxa média anual do consumo privado per capita foi de -2,7%. A conclusão imediata a que podemos chegar é que o discurso acusatório do FMI tinha o objetivo de desarmar psicologicamente as populações endividadas para suportarem a programada redução do mesmo a partir de 1980. No Período 1980-90, por exemplo, a taxa anual média de variação do consumo privado per capita foi de -0,9%.

Tabela 10

**AMÉRICA LATINA E CARIBE: CRESCIMENTO DO CONSUMO
PRIVADO PER CAPITA**
(Taxas anuais médias – 1960-82)

PAÍSES\ANOS	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1960-70	70-80	80-82
Amér. Lat. e Caribe	0,9	1,9	1,9	4,3	3,6	-1,9	-4,0	2,6	2,6	-2,7
Argentina	-7,5	-0,4	-1,6	11,1	2,4	-8,2	-10,9	3,1	1,6	-6,9
Bolívia	2,2	2,2	6,4	-1,7	-0,6	-0,5	12,7	2,4	4,4	-3,9
Brasil	8,6	4,3	2,9	4,8	4,7	-6,5	2,1	3,2	5,7	-3,5
Chile	-1,9	7,7	6,0	2,8	-2,9	11,3	-19,0	0,9	-0,1	-5,2
Colômbia	0,2	2,8	8,7	1,8	0,9	-0,6	-0,5	2,1	3,2	0,3
Costa Rica	-2,7	6,4	6,0	2,8	-6,0	-7,1	-8,6	3,0	1,8	-16,9
Equador	6,0	3,0	7,6	1,5	-0,5	2,6	-1,1	2,3	3,6	2,4
El Salvador	4,7	3,0	3,0	-1,2	-9,3	-12,2	-7,1	2,0	-0,2	-8,5
Guatemala	3,0	5,2	3,0	2,1	1,4	-2,5	-6,5	1,7	3,4	-5,1
Haití	4,1	4,4	0,7	0,5	5,0	-1,2	-4,7	-1,8	2,5	-7,4
Honduras	1,5	-1,0	-3,6	-1,8	1,6	-5,0	-1,9	1,8	1,6	-1,7
México	-1,8	-0,9	1,7	3,3	-3,5	4,3	1,8	1,7	3,0	-1,0
Nicarágua	-1,3	-0,5	-9,4	-21,7	-3,0	-4,9	-12,1	1,4	-2,7	-9,8
Panamá	1,3	-1,8	-3,3	12,7	4,5	-0,9	2,1	3,2	-0,2	0,1
Paraguai	-1,2	8,3	2,3	6,6	4,6	5,0	0,4	1,0	4,1	3,1
Peru	-0,5	-2,6	-6,8	-0,9	0,9	2,3	-2,0	3,6	-0,7	0,0
Repúbl. Dominic.	1,2	1,3	2,1	3,6	7,3	1,5	-1,7	3,8	3,5	0,5
Uruguai	-3,3	2,6	2,4	6,7	6,5	-2,3	-14,0	0,0	1,1	-10,3
Venezuela	3,4	5,4	5,6	5,3	3,8	0,0	-4,9	1,3	2,5	6,0

Fonte: CEPAL, Anuário Estadístico de América Latina, vários anos.

A evolução do consumo per capita dos países latino-americanos e caribenhos, observados isoladamente, é desigual no período 1976-79 quando predominam taxas de variação positivas e vários países apresentam taxas positivas

nos quatro anos do período. No período 1980-82, entretanto, todos os países, exceto o Paraguai, apresentam taxa de consumo privado per capita negativa em pelo menos um dos três anos do período. O Paraguai, contudo, apresenta quedas de 6,3% em 1983 e de 10,5% em 1985, ou seja, o *ajuste* pegou-o depois dos outros. A partir destes dados concluímos, em suma, que a dívida contraída no exterior não foi para o consumo privado, em geral.

Embora seja um indicador parcial de consumo, a taxa de crescimento da produção de alimentos relaciona-se, por exemplo, com o desvio de investimentos para os chamados *exportáveis*, visando ao aumento das exportações para obter divisas e pagar os serviços da dívida externa. Na Tabela 11, abaixo, observamos que as taxas anuais médias de crescimento da produção de alimentos aumentam dos anos 50 para os anos 60 e, a partir de então, caem tendencialmente até 1994.

A taxa média anual de produção de alimentos nos anos 70 foi de 2,8% contra 3,5% nos anos 60, ou seja, caiu 25%. Portanto, não foi para o *consumo de alimentos* que a dívida se acumulou nos anos 70. E depois, na era do *ajuste*, cada vez menos alimentos serão produzidos, frente às necessidades da população.

Tabela 11

AMÉRICA LATINA E CARIBE:
CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS
(Taxas anuais médias – 1952-94)

REGIÃO\ PERÍODOS	1952-60	1960-70	1970-80	1980-90	1990-94
América L. e Caribe	3,0	3,5	2,8	2,4	2,0

Fonte: CEPAL – Anuário Estadístico de América Latina, vários anos.

Observando as séries históricas do gasto público como percentual do PIB em saúde e educação, podemos afirmar com certeza que a dívida externa não se fez para ser “esbanjada” nestes setores.

Em suma, esse primeiro impulso do endividamento externo brasileiro foi especulativo. Os demais períodos apresentam conseqüências, decorrentes dessa fase inicial, cada vez mais comprometedoras à Nação quanto mais se avançar no tempo. Vejamos a etapa transitória, quando o custo financeiro crescente vai se tornando o principal determinante do crescimento da dívida externa.

3.3 Etapa Transitória: Custos Financeiros Crescentes da Dívida Determinam Seu Crescimento – 1974-78

“Não Olhe Só A Dívida: Veja O Que Ela Representa: Itaipu, Tucuruí, O Programa Siderúrgico, Os Metrôs, Caraíba, a Petroquímica, Tubarão ...

“O Brasil não tomou dólares para jogar fora. O País se endividou para crescer.” (Delfim Netto, 1983, p. 2,3). (Maiúsculas e negrito no original).

O “discurso oficial” justificativo da formação da dívida externa teve no “crescimento com endividamento” sua mais forte e permanente versão. Delfim Netto fez a declaração, reproduzida acima, quando já havia assinado a primeira *carta de intenções* do FMI, em 1982. São argumentos aparentemente inquestionáveis, mas veremos nesta seção que o endividamento no período teve pouco a ver com os objetivos apregoados.

No início do período em estudo, a situação política e econômica mundial era propícia à confusão. Ocorreram o “choque do petróleo” e a economia mundial entrara na pior crise depois da Grande Depressão dos anos 30. Isso facilitou a passagem do discurso ufanista totalitário do tempo do “milagre”, traduzido para o grande público como “ame-o ou deixe-o”, para o de “ilha de tranqüilidade em meio a um mar revolto”, entre outros.

A crise econômica mundial atingiu os principais países do primeiro mundo em cheio em 1974-75. Em 1974, a taxa de crescimento do PIB dos Estados Unidos foi de -0,7%, a do Japão, -0,1% e a do Reino Unido, -1,0%

enquanto Canadá, França, Alemanha Federal e Itália tiveram taxas de crescimento baixas mas positivas. Já em 1975, o PIB dos estados Unidos caiu novamente 0,7%, o da Alemanha Federal caiu 1,8%, o da Itália caiu 3,6% e o do Reino Unido caiu 0,6% enquanto os outros três, dos 7 Grandes, tiveram taxas de crescimento do PIB positivas e baixas. Em meio a essa crise das economias centrais, a ditadura militar lançou, no Brasil, uma economia dependente, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), usando a crise do petróleo como cortina de fumaça, como podemos ver em Cruz (1984, p. 19):

“Na verdade, o discurso oficial atribuía um caráter predominantemente conjuntural e transitório às adversidades externas. Estas eram vistas como resultado exclusivo do ‘choque do petróleo’, e este, como um fenômeno que rapidamente seria absorvido e neutralizado no plano das relações econômicas internacionais. Tanto é assim que, em plena crise internacional, o governo brasileiro deslança um ambicioso programa ‘substituidor de importações’ – o II PND – que, apoiado em grades projetos públicos e privados na área de bens de produção, se propunha a conduzir a economia brasileira, num curto espaço de tempo, ao rol das economias plenamente desenvolvidas. Nesse contexto, o aprofundamento do endividamento externo era visto como desejável, de vez que financeira não mais um crescimento desequilibrado, como o do período anterior, mas sim a erradicação estrutural da dependência da economia brasileira em relação aos países centrais. Para completar o cenário, é preciso ter presente que a idéia de que a economia brasileira era uma ‘ilha de tranqüilidade em meio a um mar revolto’ era tal que nem mesmo medidas de curto prazo foram adotadas com o objetivo de atenuar os desequilíbrios da balança comercial.”

A versão de que o endividamento deveu-se ao “choque do petróleo” continuou sendo a explicação da origem da dívida pós-1974, mesmo depois da “crise da dívida” de 1982. Ernane Galvêas, Ministro da Economia, em depoimento no Senado Federal, disse que,

“talvez, eu diria, o fato mais saliente nesta conjuntura da crise mundial seja o peso que a crise representou para os países em desenvolvimento, principalmente para os países importadores de petróleo, que, após os primeiros choques de 1974, foram acumulando dívidas externas para enfrentar a situação de crise e chegam a um montante de endividamento superior a 600 bilhões de dólares” (Brasil, 1983, p. 0540).

Ao atribuir às importações de petróleo a causa do endividamento, Galvêas repete o argumento do governo americano que atribui aos exportadores de petróleo o papel de vilão do endividamento. E Galvêas nem se incomoda com o fato de que, na América Latina, há vários países exportadores de petróleo que estão, em 1983, igualmente endividados e mais, que o detonador da “crise da dívida” de 1982 foi justamente um exportador de petróleo, o México... Mas o Ministro não parece muito preocupado com a realidade. Mostra-se afinado, também, com o repetitivo argumento do FMI:

“Esses países, que têm uma renda *per capita* reduzida, não poderiam, no primeiro momento da crise, comprimir essa renda *per capita* dos seus habitantes para corrigir os desequilíbrios da economia, porque esta renda baixa era de certa forma incompressível. Daí o recurso do endividamento externo, que leva os países em desenvolvimento, como um todo, a um grau de endividamento, hoje da ordem de mais de 600 bilhões de dólares.” (Brasil, 1983, p. 0540).

O FMI, como vimos na Seção 3.2, explica que houve “consumo acima das possibilidades”. O Ministro Ernane Galvêas comete dois enganos: primeiro, a renda da maioria da população (que ganha até 3 salários mínimos) foi comprimida durante toda a ditadura militar; segundo, durante os ajustes compulsórios do FMI, cujas primeiras “cartas de intenção” foram assinadas por ele, a renda desta maioria foi mais comprimida e mais aceleradamente. Certo mesmo é que a “renda *per capita*” do sr. Galvêas e de todo um estrato social de apoio à ditadura militar não só não foi comprimida como aumentou, e muito!

Outro homem da ditadura militar, Madeira Serrano, segundo a CPI da Dívida,

“atribui o aumento desmesurado da dívida brasileira a uma rigidez estrutural de ajustes de sua economia aos novos preços do petróleo, à diminuição dos preços das exportações e ao aumento dos preços das importações, principalmente aquelas oriundas dos países desenvolvidos, que teriam transferido aos compradores de seus produtos os aumentos nos preços do petróleo em benefício de suas economias.” (Brasil, 1985, p. 014).

Seu depoimento foi em 1983, na qualidade de Diretor da Área externa do Banco Central. Continua, como vimos, a versão repetidora do aumento dos preços do petróleo. Quanto às relações de troca, veremos mais adiante, ainda nesta seção.

Os homens que geriram a economia durante a ditadura militar falam como se a dívida externa tivesse iniciado a partir do “choque do petróleo”. Subjacente à sua argumentação está o “hiato de recursos” que, nos três primeiros anos do período em estudo (1974-76) realmente ocorreu, com um déficit acumulado no triênio de 10,48 bilhões de dólares na balança de mercadorias e serviços produtivos (ver Tabela 9). No biênio seguinte (1977-78), porém, houve um quase equilíbrio, com o déficit caindo para 0,92 bilhão de dólares. Voltaremos ao “hiato de recursos”, adiante.

O argumento mais forte, justificativo do endividamento, neste período, foi, como vimos na citação de Delfim Netto, o II PND. Este, além de ser a alternativa entre “ou dívida ou recessão”, impunha parte das importações que geravam o déficit visto acima e representava a alternativa entre *pegar ou perder o trem da História*, segundo Souza em Castro e Souza (1985, p.126):

“A economia brasileira de fato sofreu um empobrecimento relativo a partir de 1974, já que uma parcela maior de sua renda tinha que ser destinada à compra da mesma quantidade de bens (importados). Partindo desta premissa, diversos economistas (e também algumas instituições internacionais) têm atribuído o endividamento externo do período a uma resistência do país em ajustar-se às novas condições externas, assumindo seu empobrecimento. Note-se, entretanto, que o endividamento externo se deu em paralelo com a concentração das importações em produtos essenciais à manutenção do ritmo da expansão da economia. A alternativa ao endividamento era portanto a recessão. E recessão, naquele momento, não era apenas parar, era perder o trem. O dilema era a opção entre crescimento com mudança estrutural e endividamento, ou recessão pura e simples.”

“Recessão pura e simples” ocorreu mais tarde, no início dos anos 80 e 90, agravadas justamente pela dívida feita em nome do II PND, cujas empresas serão *rifadas* mais tarde, deixando a dívida inalterada para as

gerações futuras. Esse “trem”, que o país foi forçado a pegar na história dos anos 70, está levando-o ao descarrilamento, e o fará se não for parado.

A lógica do “crescimento com endividamento”, implantada em vários países em processo de formação da dívida, tinha implícita a idéia de que os “países em desenvolvimento” dependiam do imperialismo para passarem ao “primeiro mundo”. Mais ainda, dependiam do financiamento do capital financeiro desregulamentado para esse fim, com todas as conseqüências então previsíveis, como as das taxas de juros flutuantes, por exemplo. Quanto a isso, Cardoso e Fishlow (1989, p. 16) constataam que “os responsáveis pela política econômica brasileira incorporaram a dependência em relação ao financiamento externo à sua estratégia de ajustamento após 1973.” A estratégia pós-73, como sabemos, foi o II PND. Entretanto, os autores concordam que “os crescentes ingressos de capital tornaram-se o único meio de conciliar os objetivos de crescimento e estabilização.” (idem, p. 24). Ou seja, subjacente está a concordância de Souza de “ou dívida ou recessão”. E essa estratégia seria concretizada via,

“o comprometimento pleno com a dívida externa como forma de facilitar os ajustamentos do balanço de pagamentos e financiar o crescimento tornou-se progressivamente a base da estratégia de desenvolvimento do governo Geisel. Esse comprometimento foi consagrado na implementação, se não na formulação, do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.” (Cardoso e Fishlow, 1989, p. 26). (Sublinhado nosso).

Simonsen revelou, a posteriori, (ver citação neste capítulo) que “o financiamento de projetos sempre foi um véu”, desvendando o casamento da ditadura militar com os banqueiros, cuja tradução para o público era a de “crescimento com endividamento” como passagem para o “primeiro mundo”. (Sublinhado nosso). E o II PND, lançado como justificativa do “crescimento com endividamento” servia cada vez mais para obter empréstimos externos a fim de fechar o balanço de pagamentos. Era, portanto, um “véu” opaco. Cardoso e Fishlow (1989, p. 30) constataam ainda que,

“em termos líquidos, deduzido o valor das reservas, a dívida externa atingiu, em 1977, quase 25 bilhões de dólares. Tornou-se uma força independente. O déficit em conta corrente foi substancial em 1977, muito embora a balança comercial, favorecida pelos preços do café e de outras *commodities*, apresentasse um fraco superávit. Uma das principais razões foi o crescente custo dos juros da dívida, que já respondia por um terço da elevação da dívida líquida entre 1974 e 1977.” (Sublinhado nosso).

Os autores falam apenas de “dívida líquida” e “juros”. Em nossa Tabela 12 (a seguir) usamos *dívida bruta* (coluna 1), pois os juros são pagos sobre toda a dívida. Na coluna 5, podemos observar que o percentual de acréscimo da dívida bruta total consumido pelos juros líquidos pagos vai da média de 17,8% no período 1969-73 para a média de 28,5% no período ora em estudo (1974-78). Mas os *custos da dívida* incluem as *amortizações*, visto que, se não houvesse dívida não haveria o que amortizar. Por isso calculamos, na coluna 11 da nossa tabela, o percentual do acréscimo da dívida bruta total consumida pelos *serviços* da dívida e verificamos que os mesmos consumiram, em média, 74% do acréscimo da dívida no período 1969-73, e 81% no período 1974-78. Voltaremos a esses números mais adiante. Esses dois percentuais (74% e 81%) revelavam que se estava contraindo dívida para pagar dívida, ou seja, como disseram Cardoso e Fishlow, a dívida “*tornou-se uma força independente*”. (Itálico nosso). Na próxima Seção, como veremos, os juros líquidos consumirão mais de 100% do acréscimo da dívida. Quer dizer, a dívida estava levando o país por um labirinto sem saída e sem retorno.

Não era difícil enredar-se no argumento do “crescimento com endividamento”, principalmente quando essa formulação ecoava por todo o mundo devedor. Branco (1993, p. 13) cai no conto da “contribuição da poupança externa” ao afirmar que,

“embora o período 1974/78 tenha se caracterizado por uma desaceleração do crescimento, quando se tomam os anos do ‘milagre’ como comparação, o resultado daquele período foi um crescimento real médio de 7,1% a. a. A contrapartida desse desempenho foi a multiplicação por cinco da dívida externa líquida entre 1973 e 1978.”

Vimos acima que os “serviços da dívida” consumiram 81% do acréscimo da dívida no período. Referimo-nos aos “serviços” apenas da dívida externa. Vale lembrar que sua “irmã gêmea”, a dívida interna, também tem seu “serviço”. Em dólares, contudo, a dívida externa teve um acréscimo de 31 bilhões, dos quais, 25 bilhões foram consumidos – e esse é um *consumo* de que o FMI não fala – pelos “serviços”, no período 1974-78... Portanto, a “contribuição da poupança externa” teria sido de 6 bilhões de dólares para os vultosos investimentos do II PND. Ora, só o efeito do maior preço do petróleo entre 1974-77 foi de -10,5 bilhões de dólares.¹³ Além disso, a variação das reservas no período 1974-78 foi de +5,5 bilhões de dólares (Tabela 9), de modo que fica difícil encontrar onde entrou a “contribuição da poupança externa” no investimento.

Fazendo uma síntese do triênio inicial do período, Cruz (1984, p. 20) conclui que,

“à diferença do período 1969-73, há no triênio 1974-76 uma marcada dessimetria no comportamento da economia brasileira *vis à vis* o das principais economias capitalistas, o que acaba por se refletir em vultosos déficits no balanço comercial. Ou seja, as dificuldades pelo lado do comércio de mercadorias, que estiveram ausentes no período do ciclo expansivo, manifestam-se agora com grande intensidade em função das adversidades que a conjuntura recessiva mundial impõe às relações comerciais brasileiras. As restrições externas põem a nu o caráter ‘desequilibrado’ da fase expansiva anterior, que esteve não só dissimulado como também agravado por uma conjuntura internacional extremamente favorável.”

A conjuntura internacional, principalmente nos anos 1974-75, foi de recessão, como vimos acima. O impacto combinado das políticas do Primeiro Mundo, transferindo os custos da crise para os países do Terceiro Mundo, foi, no Brasil, um déficit na balança comercial e de serviços produtivos de 14 bilhões de dólares. A CPI da Dívida explica da seguinte forma os déficits em geral:

“Esses déficits dos países em desenvolvimento espelhavam, de certa forma, o processo de ajustamento das economias desenvolvidas à nova realidade. Como explicita o Prof. Dércio Munhoz em seu depoimento, as nações desenvolvidas em conjunto

¹³ Cardoso e Fishlow, 1989, p. 31

conseguiram transferir, num curto espaço de tempo, seus próprios déficits em transações correntes para os países do Terceiro Mundo.” (Brasil, 1985, p. 013).

Um exemplo de contabilidade do ajuste global imposto pelo Primeiro Mundo, encontramos em Schilling (1992, p. 24):

“Por outro lado, os países industrializados, para superarem a estagnação de suas respectivas economias, trataram de fomentar ao máximo suas exportações aos países do Terceiro Mundo, para os produtores e não-produtores de petróleo. Era a maneira de equilibrar seus déficits na balança comercial com os países da Opep (que somente no período 1974/79 chegou a US\$ 281,5 bilhões). Em contrapartida, os saldos favoráveis dos países ricos em suas relações com os países não-produtores de petróleo alcançaram, no mesmo período, US\$ 195 bilhões.”

Esses superávits dos países industrializados e da OPEP têm déficits como contrapartida na periferia. O sistema financeiro desregulamentado entra a título de financiador do déficit do balanço de pagamentos, e os ditadores de plantão ou outros feitores de dívidas fabricam projetos e repetem o discurso repassado pelos banqueiros, mesmo que mais tarde tenham de confessar – como fez Simonsen – que tais projetos eram apenas “um véu”. No caso brasileiro, o endividamento no período 1974-78 foi consumido pelo próprio “serviço” da dívida (81%) e acumulado em reservas internacionais (ver tabelas 9 e 12). Os custos da dívida e as reservas internacionais, porém, necessitavam de divisas, quer dizer, dólares. A obtenção de dólares exigia projetos como pretexto. Ou, como Fernando H. Cardoso escreveu em seu relatório da Comissão Especial do Senado Federal: (Brasil, 1988, p. 7)

“A equação do setor externo da economia fechava-se basicamente com a venda de projetos do Governo aos banqueiros internacionais.

“A execução dessa estratégia pelo Governo Geisel, em cujo comando econômico estavam o Prof. Mário Henrique Simonsen (Ministro da Fazenda) e o Sr. João Paulo dos Reis Velloso (Ministro do Planejamento), elevou a dívida externa bruta registrada de US\$ 12,5 bilhões em 1973 para 43,5 bilhões, em dezembro de 1978.” (Sublinhado nosso).

A “equação do setor externo”, no período em estudo, fechou com o acréscimo total de 30,9 bilhões de dólares à dívida externa, dos quais 25,0 bilhões foram “remetidos” como “serviços” da dívida e 5,49 bilhões, acumulados nas reservas internacionais.

Tabela 12

BRASIL: DÍVIDA EXTERNA BRUTA TOTAL, JUROS LÍQUIDOS, AMORTIZAÇÕES, SERVIÇOS E ALGUMAS RELAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA – 1969-82
(em bilhões de dólares)

ANO	Dívida Bruta (1)	Acréscimo Anual da Dívida (2)	Juros Líquidos (3)	Juros ^c /Dívida (4=3/1)	Juros ^d Acrésc. (5=3/2)	Amortizações (6)	Amort ^e /Dívida (7=6/1)	Amort ^f /Acrésc. (8=7/2)	Ser-Viços (9=3+6)	Serv/Dívida ^g (10=9/1)	Serv/Acrésc. (11=9/2)
1968	3,8	-	0,14	-	-	0,48	-	-	0,52	-	-
1969	4,4	0,6	0,18	4,7	13,6	0,5	13,2	83,3	0,68	17,9	113,3
1970	5,3	0,9	0,23	5,2	25,6	0,7	15,9	77,8	0,93	21,1	103,3
1971	6,6	1,3	0,3	5,7	23,1	0,8	15,1	61,5	1,1	20,8	84,6
1972	9,5	2,9	0,36	5,5	12,4	1,2	18,2	41,4	1,6	24,2	55,2
1973	12,6	3,1	0,5	5,3	16,1	1,7	17,9	54,8	2,2	23,2	71,0
Total 1 ^b	-	8,8	1,57	5,3%	17,8	4,9	16,1%	55,7%	6,51	21,4%	74,0%
1974	17,2	4,6	0,7	5,6	15,2	1,9	15,1	41,3	2,6	20,6	56,5
1975	21,2	4,0	1,5	8,7	37,5	2,1	12,2	52,5	3,6	20,9	90,0
1976	26,0	4,8	1,8	8,5	37,5	2,9	13,7	60,4	4,7	22,2	98,0
1977	32,0	6,0	2,1	8,1	35,0	4,1	15,8	68,3	6,2	23,8	103,3
1978	43,5	11,5	2,7	8,4	23,5	5,2	16,3	45,2	7,9	24,7	68,7
Total 2 ^b	-	30,9	8,8	7,9%	28,5	16,2	14,6%	52,4%	25,0	22,4%	80,9%
1979	49,9	6,4	4,2	9,7	65,6	6,5	14,9	101,6	10,7	24,6	167,2
1980	53,9	4,0	6,3	12,6	157,5	5,7	11,4	142,5	13,0	26,1	325,0
1981	61,4	7,5	9,2	17,1	122,7	6,2	11,5	82,7	15,4	28,6	205,3
1982	69,7	8,3	11,3	18,4	136,1	6,9	11,2	83,1	18,2	29,6	219,3
Total 3 ^b	-	26,2	31,0	14,5%	118,3%	25,3	12,3%	96,6%	57,3	27,2%	218,7%
TOTAL ^B	-	65,9	41,37	-	-	46,4	-	-	88,81	-	-

Fonte: Brasil, 1985, p. 006, tabelas II.1 e III.2.

Elaboração: Nossa.

^a Diferenças de decimais devem-se a arredondamentos. (Nota do original).

^b Total 1: soma dos valores de 1969-73; total 2: soma dos valores de 1974-78; total 3: soma dos valores de 1979-82; TOTAL: soma dos valores do período 1969-82; obs.: os valores das colunas 4, 7, 8 e 10 representam a média percentual do período imediatamente acima.

^c Quociente entre juros líquidos pagos no ano e a dívida externa bruta total do ano anterior, em %.

^d Quociente entre juros líquidos pagos no ano e o acréscimo da dívida externa bruta total no ano, em %.

^e Quociente entre as amortizações efetuadas no ano e a dívida externa total do ano anterior, em %.

^f Quociente entre as amortizações efetuadas no ano e o acréscimo da dívida externa total no ano, em %.

^g Quociente entre serviços da dívida externa total no ano e a dívida externa total do ano anterior, em %.

^h Quociente entre serviços da dívida externa total e o acréscimo da dívida no ano, em %.

Cruz, concluindo sua análise dos três primeiros anos do período, afirma que,

“o segundo momento de impulsão da dívida externa brasileira respondeu, dados o padrão de crescimento, as elevadas taxas de crescimento e a política econômica triunfalista de ‘Brasil-potência’ associada ao II PND, a uma conjuntura internacional extremamente adversa que rebate tanto pelo lado do comércio de mercadorias e dos serviços produtivos como pelo lado do custo da dívida, que começa a operar como auto-alimentador dos desequilíbrios globais do setor externo.” (1984, p. 21). (Sublinhado nosso).

Ou seja, os custos financeiros crescentes da dívida começam a justificar o endividamento futuro (ver Tabela 12).

A partir do final de 1976 e nos dois últimos anos do período em estudo (1977-78), ocorre o segundo movimento de transbordamento do euromercado. A ditadura militar, que havia queimado as reservas internacionais no triênio anterior, mantém políticas de restrição ao crédito interno e de estímulo às tomadas externas, usando, inclusive, as estatais para esse fim – num processo crescente de estatização da dívida – recupera as reservas e as leva ao nível mais alto de todo o período em estudo (1969-82), atingindo 11,9 bilhões de dólares em 1978, e assim justificadas por Simonsen (apud Brasil, 1985, p. 017):

“É fácil verificar que, se um País recebe um adicional de empréstimos externos puramente para fortalecer suas reservas, as relações entre serviço da dívida e exportação aumentarão. Contudo, o bom senso assegura que a acumulação de reservas deve melhorar, e não piorar, a credibilidade do País”.

O II PND estava indo para a geladeira. Face a isso, Batista Júnior (1988, p. 72) pergunta: “Quem poderia negar a imprevidência da política, seguida durante a administração Simonsen-Velloso, de acumular, em grande escala, dívidas a taxas de juros flutuantes?” A dívida aumentou, no biênio 1977-78, em 17,5 bilhões de dólares, 86% dos quais foram consumidos nos “serviços da dívida” (Tabela 12). Por outro lado, a variação das reservas foi de 5,3 bilhões de dólares. O endividamento no biênio foi, portanto,

predominantemente financeiro e parcialmente especulativo. Daí a conclusão de Cruz (1984, p. 23):

“Assim, pode-se concluir que o novo impulso da dívida externa brasileira resultou de um segundo movimento de ‘transbordamento’ do euromercado de moeda e de uma política decididamente indutora da tomada de recursos externos. O acréscimo da dívida pouco tem a ver com o comportamento da conta de mercadorias e de serviços produtivos, ou seja, com a contribuição de ‘poupanças externas’ ao crescimento, apresentando como contrapartidas principais o próprio custo da dívida e o acúmulo de reservas internacionais.” (Sublinhado nosso).

Além dos dados que se pode observar diretamente na Tabela 12, podemos fazer algumas relações interessantes. A média dos juros pagos (1,76 bilhão de dólares por ano) no período 1974-78 representa um aumento de 468% sobre a média dos juros pagos (0,31 bilhão de dólares anual) do período 1969-73 (coluna 3). Admitindo-se que o quociente dos juros pagos no ano e a dívida bruta do ano anterior represente uma taxa bruta de juros, a média dessa taxa de juros aumenta de 5,3% a.a. no período 1969-73 para 7,9% a.a. no período 1974-78, equivalendo a um acréscimo de 49% do primeiro período para o segundo. Isso se reflete no percentual da dívida contraída no ano que é consumido só pelos juros (coluna 5), que passa da média anual de 17,8% no período 1969-73 para 28,5% no período 1974-78, aumentando, portanto, 60,1% do primeiro para o segundo período. Em contraste, o percentual da dívida nova contraído a cada ano consumido pelas amortizações (coluna 8) cai de 55,7% a.a. no período 1969-73 para 52,4% a.a. no período 1974-78, uma queda de 6%, indicando que os credores tendem a manter e aumentar a dívida para faturar em juros. Por último, os serviços (coluna 11) consumiram 74,0% da dívida nova a cada ano no período 1969-73 e 81% a. a. no período 1974-78, aumentando 19,3% do primeiro para o segundo período, aumento esse inteiramente devido aos 60,1% de acréscimo, do primeiro para o segundo período, do consumo médio anual da dívida nova pelos juros que mais que compensam a queda de 6% ocorrida no consumo da dívida nova pelas amortizações.

A conclusão é que o aumento dos custos totais da dívida, que passaram da média anual de 74,0% da dívida nova no primeiro período para 81,0% no período em estudo, credita-se exclusivamente ao aumento puramente financeiro dos custos da dívida. No período seguinte, como veremos na próxima Seção, ultrapassarão os 100% da dívida nova contraída a cada ano,

ou seja, entrar-se-á na era da *dívida para pagar dívida*, ou mais exatamente, *dívida só para pagar juros da dívida!*

Veremos agora, para concluir esta Seção, as relações de intercâmbio comercial e seus efeitos no período em estudo e o financiamento das importações – os *suppliers credits*.

Conforme vimos acima, há várias citações referindo-se às relações de troca como causa do endividamento. Já vimos, no Capítulo 2, a evolução dos índices e efeitos da depreciação dos preços do intercâmbio para a América Latina e Caribe. Veremos aqui o caso brasileiro, ampliando-o. Para tanto, com os dados disponíveis, elaboramos a Tabela abaixo:

Tabela 13

BRASIL: RELAÇÕES DE INTERCÂMBIO COMERCIAL E SEUS EFEITOS – 1969-82

RT/ANO	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
RT (%) ^a	4,8	9,9	-6,6	0,9	11,0	-16,7	-2,6	12,2	13,0	14,6	-7,1	-17,7	-15,4	-1,8
ÍNDICE ^b	92,3	100	87,3	97,7	106,9	90,9	85,4	92,8	100,8	87,6	79,9	100	84,7	79,2
EFEITO ^c	-	0,0	-0,36	-0,03	0,45	-0,14	-0,54	-0,17	0,21	-0,49	-1,0	0,0	-3,65	-4,87

Fonte: Linha RT: Abreu, 1989, p. 387 (Anexo Estatístico); Duas últimas linhas: CEPAL, Anuario Estadístico de América Latina, vários números.

^a Taxas de variação em relação ao ano anterior.

^b De 1960-79, ano base: 1970 = 100 ; de 1980-82, ano base: 1980 = 100.

^c De 1960-79, a preços constantes de 1970; de 1980-82, a preços constantes de 1980. (Em bilhões de dólares, arredondados por nós).

Como podemos observar, as relações dos preços do intercâmbio do Brasil com o exterior, no período 1969-73, caem apenas em 1971 e o resultado é um ganho de 0,060 (= 60 milhões) bilhão de dólares no período. No período em estudo, 1974-78, há contradição nos dados da tabela. Enquanto a taxa de variação percentual é negativa apenas em 1974-75, o índice cai nos dois anos referidos e em 1978. O efeito calculado pela CEPAL reflete os índices, naturalmente, e resultam numa perda acumulada, no período, de 1,14 bilhão de dólares. Esse valor representaria apenas 3,7% do endividamento no período (ver Tabela 12) e não o justifica de modo algum, considerando-se, inclusive, que houve uma variação positiva de 5,49 bilhões de dólares nas reservas internacionais, equivalentes a 17,8% do endividamento do período.

Esses 5,49 bilhões de dólares foram o endividamento *especulativo* do período. Considerando-se que 81% do endividamento são explicados pelos serviços (Tabela 5), 17,8% pela variação das reservas internacionais e 3,7% pelas perdas devidas aos efeitos das relações de preços do intercâmbio, só esses três fatores explicam 121,5% do endividamento no período. A conclusão, mais uma vez, é que o II PNB não foi financiado pela “poupança externa”, como alegam os economistas da ditadura e repetidores das versões do FMI. Ao contrário, considerando-se os resultados acima, o que houve foi uma transferência líquida de *poupança interna* para o exterior. Vejamos os *suppliers credits*.

Os *suppliers credits* ou financiamentos de importações – que poderíamos chamar de *operações casadas* – têm precedentes nos financiamentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nos anos 50 e 60, como ilustram Kucinski e Branford (1987, p. 85-86):

“Em duas décadas inteiras, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento emprestaram apenas US\$ 4 bilhões no conjunto dos países latino-americanos. Financiamentos a juros fixos e prazos longos que, apesar de contribuírem para a modernização e introduzirem o conceito de planejamento econômico, eram em sua maioria vinculados à compra de equipamentos dos países industrializados, em apoio a investimentos de empresas multinacionais.

“Os pacotes exigiam, como contrapartida, a reiteração dos princípios americanos do *free-enterprise* e da abertura completa da economia ao capital estrangeiro. Mas mesmo esses ‘pacotes’ modernizadores foram minguando, à medida que as empresas multinacionais já instaladas financiavam-se com empréstimos de fornecedores (*suppliers credits*) e empréstimos do mercado internacional.” (Sublinhado nosso).

Como se vê, além de condicionarem a compra de equipamentos ao Primeiro Mundo, o BIRD e o BID exigiam a abertura econômica, ou seja, o ponto programático fundamental do que mais tarde será imposto pelo FMI via *ajustamento* externo e que chamarão de “neoliberalismo”. A agenda “neoliberal”, portanto, já estava pronta na época da gestação do euromercado. (Ver também Petras, 1995, a respeito dessa agenda).

Mas, no período em estudo (1974-78), no Brasil, o II PND cria condições favoráveis para o financiamento de importações que, junto com o aumento dos preços do petróleo, agrava o déficit da balança de mercadorias e serviços produtivos. Um dos fatores determinantes foi a elaboração de projetos, como ilustra Cruz (1984, p. 161):

"A simples entrega do desenvolvimento do projeto básico de engenharia a empresas projetistas estrangeiras - prática comum em várias áreas de atuação das empresas estatais - impõe diretamente a compra de bens de capital junto a fornecedores externos. É bastante ilustrativo o exemplo do setor siderúrgico, onde houve elevada participação de equipamentos japoneses na COSIPA e de equipamentos norte-americanos na CSN. No primeiro caso, a engenharia básica esteve a cargo da Nippon Steel e, no segundo, a cargo da US Steel."

Com o aumento crescente de necessidades de empréstimos para os serviços da dívida e a redução da participação do setor privado na obtenção dos mesmos, o uso das estatais para esse fim passou a ser cada vez mais intenso e compulsório, tornando-as crescentemente mais sujeitas às exigências dos credores:

"A mudança do padrão de financiamento das empresas estatais, a favor do uso mais intensivo de empréstimos externos, foi aumentando, por sua vez, a vulnerabilidade de tais empresas quanto à imposição por parte dos credores internacionais da compra de bens de capital como pré-requisito para a liberação dos empréstimos em moeda nos volumes requeridos. Esse fenômeno está refletido, por exemplo, em vários casos em que há queda no índice de nacionalização da oferta de bens de capital para projetos públicos. É conhecido o ocorrido com o programa de energia hidrelétrica, onde o índice de nacionalização das turbinas hidráulicas foi bastante elevado (cerca de 85,0%) para as usinas de São Simão, Itumbiara e Paulo Afonso IV, caindo drasticamente em projetos seguintes." (Cruz, 1984, p. 163).

Além da evidente desigualdade quanto à competição por parte das empresas nacionais frente às estrangeiras, vinculadas aos credores, as exigências dos mesmos levam, no limite, à falência das empresas nacionais produtoras de bens de capital, com sérias conseqüências para o desenvolvimento autônomo do País. E, no entanto, o II PND fora concebido para levar o Brasil para o Primeiro Mundo... Voltaremos aos *suppliers credits* na próxima Seção, quando as necessidades de divisas para "servir" a dívida irão de agudas a desesperadas.

Entretanto, os custos decorrentes da depreciação dos preços do intercâmbio e dos financiamentos das importações não foram responsáveis pelo acréscimo da dívida externa, neste período, como vimos acima, nem o serão no próximo, que veremos a seguir.

3.4 Etapa Puramente Financeira: Formação de Dívida só Para Pagar

Custos Financeiros da Dívida – 1979-82

O principal fator determinante do endividamento no período final de nosso estudo foi o aumento explosivo das taxas de juros internacionais, como podemos observar na Tabela 14. Concorreram, também, para o agravamento do setor externo, a segunda crise do petróleo e a queda nas relações de preços do intercâmbio (Tabela 13). O fechamento da liquidez internacional e a desesperada necessidade de divisas deram força aos *suppliers credits*. Tudo isso, mais a crise mundial detonada pela *reaganomics*, levou à explosão da crise da dívida internacional com a moratória do México em 20 de agosto de 1982.

Tabela 14

BRASIL: TAXAS DE JUROS INTERNACIONAIS NOMINAIS E REAIS E PREÇOS DO PETRÓLEO – 1970-82

ANO \ OUTROS	Taxas de juros Nominais (Libor) ^a	Taxas de juros Reais (Libor) ^b	Taxas de juros Nominais (Prime rate)	IPC USA	Taxas de juros Reais (Prime rate) ^c	Preços do Petróleo (US\$ / barril)
1970	8,76	2,76	7,7	-	-	1,48
1971	6,95	1,55	5,3	-	-	1,80
1972	5,97	1,17	5,2	-	-	2,05
1973	9,34	1,84	8,0	6,3	1,7	2,54
1970-73	7,75	1,83	-	-	-	1,97
1974	11,17	0,33	10,8	11,0	- 0,2	10,53
1975	7,78	- 3,32	7,9	9,1	- 1,1	10,53
1976	6,24	- 1,36	6,8	5,8	0,9	11,27
1977	6,43	- 1,17	6,8	6,5	0,3	12,11
1978	9,16	1,66	9,1	7,6	1,4	12,33
1974-78	8,16	- 0,90	8,3	8,0	0,3	11,33
1979	12,15	4,15	12,7	11,3	1,3	16,83
1980	13,99	4,89	15,2	13,5	1,5	29,47
1981	16,62	8,02	18,8	10,4	7,6	34,43
1982	13,58	6,48	14,8	6,2	8,1	33,00
1979-82	14,09	5,88	15,4	10,4	4,6	28,43

Fonte: Bontempo (1985, p. 251), QUADRO III.2 (Libor e Preços do Petróleo) e Sandroni (1989, p. 81), QUADRO XVIII (Prime rate).

^a Média mensal da 'Libor' – 6 meses, taxas anuais;

^b Deflacionado pelo deflator do PNB dos países industrializados;

^c Deflacionado pelo IPC dos Estados Unidos (USA). Obs.: as taxas de juros nominais dos Estados Unidos, referentes a 1970-72, foram retiradas de Abreu (1989, p. 387 – Anexo Estatístico).

Observando-se as tabelas 12 e 14, vemos que, no caso brasileiro, o impacto do aumento das taxas de juros internacionais fez-se sentir a partir de 1979, acumulando, no período, 31,0 bilhões de dólares. Esse montante equivaleu a 118,3% do acréscimo de endividamento no período (26,2 bilhões de dólares). Isso significa que houve um desembolso líquido de poupança interna para cobrir a diferença da conta financeira da dívida, bem como as demais contas. Contando-se as amortizações (25,3 bilhões de dólares), chegamos a um montante de 57,3 bilhões de dólares desembolsados como “serviços” da dívida, que correspondem a 218,7% do endividamento no período. Quer dizer, o País queimou todas as reservas internacionais acumuladas mais uma transferência líquida de poupança interna. O saque foi ampliado pela perda de 8,5 bilhões de dólares devido à queda das relações de preços do intercâmbio. *A conclusão fundamental é que o País fez dívida nova só para pagar custos financeiros.* Daí em diante, até o final do século, essa será a rotina do País. E mais, será também rotina a transferência de recursos via depreciação das relações de preços do intercâmbio (cuja perda, por exemplo, no período 1981-94, foi de 90,6 bilhões de dólares!) devido ao eterno *protecionismo* do Primeiro Mundo. Ou seja, o imperialismo tornou permanentes os saques aos países devedores: as taxas de juros reais mantiveram-se na média de 6% a. a. até 1985 (último ano dos dados fornecidos por Sandroni e Bontempo); as relações de preços do intercâmbio da América Latina e Caribe caíram do índice 100 em 1980 para 70,0 em 1994, sendo que para os países *exportadores* de petróleo a queda foi para 61,8 e para os *não exportadores* de petróleo foi para 79,4 em 1994, segundo o Anuário Estadístico de América Latina, da CEPAL, vários anos. “Em 1982, a dívida externa dos países em desenvolvimento atingia a cifra de US\$ 763 bilhões, com encargos financeiros (juros, ‘spreads’ etc.) de US\$ 72 bilhões naquele ano. Em 1987, segundo dados recentes do Banco Mundial, o estoque da dívida subiu para US\$ 1,190 trilhão, com juros efetivos em torno de 100 bilhões anuais.” (Comissão Especial do Senado, 1988, p. 6). Esse é o principal preço que o imperialismo está cobrando dos países dominados (através da dívida) para sustentar sua crise incurável – incurável no contexto do capitalismo, bem entendido. O montante e a extensão das transferências de recursos do Terceiro para o Primeiro Mundo constituem-se em barreira intransponível para o desenvolvimento dos países que permanecem e permanecerão satisfazendo seus egos com a formulação “*em desenvolvimento*”. E essas transferências de recursos (mais as saídas de capital, ver Capítulo 2) não só não cessam como se aceleram nos estertores finais do século XX. Isso confirma, mais uma vez, a conclusão de Trotsky (1980, p. 8):

“A história dos últimos decênios atesta com uma força particular que, nas condições da decadência do capitalismo, os países atrasados não poderão atingir o nível das velhas metrópoles do capital. Os civilizadores no impasse barram o caminho aos que se civilizam.”

Os *civilizadores*, vale dizer, o almejado *Primeiro Mundo*, estão mergulhados numa crise estrutural profunda e permanente cuja única forma de protelar a explosão global e inevitável é cobrindo o rombo da economia real com “lucros financeiros” extraídos dos povos dominados. Esses “lucros” nada mais são do que *transferências líquidas de recursos* do Terceiro para o Primeiro Mundo. Transferências que se dão sob todas as formas: “serviços” da dívida externa, depreciação das relações de troca, fugas e evasões de capital, etc. e que são extraídas via todos os meios – aqui, como sempre ocorreu no capitalismo, *os fins justificam os meios* – mas cujo pagador final é a força de trabalho, através da redução de seu valor ou, em outras palavras, do aumento da mais valia. O sonho da “*globalização*”, do imperialismo, estará realizado quando o valor da força de trabalho atingir o *limite mínimo* em nível mundial. Esse limite mínimo, na linguagem dos proprietários da força de trabalho, é o estado de *pele e osso*, mas, na linguagem de Marx, poderá se chamar *barbárie*. Contudo, por mais enfraquecidos que estejam ou venham a ficar, *os únicos que podem ou poderão impedir que se chegue a esse ponto são os próprios donos da força de trabalho, ou seja, o Proletariado*.

Voltando ao Brasil, vimos na Introdução deste Capítulo que a política bancária brasileira foi reformada para adequar-se aos ditames do sistema financeiro internacional. Segundo a CPI da Dívida,

“para os membros do governo ou aqueles que estiveram nele, a idéia de transferência de recursos se refere apenas ao imediato conjuntural, não havendo uma consciência abrangente, estrutural, que englobe o longo prazo da Nação. Para eles, a transferência inverte de sentido no momento em que a taxa de juros interna sobe, atraindo capital especulativo que permite o pagamento do serviço da dívida.” (Brasil, 1985, p. 015).

Os representantes da ditadura militar revelam até onde foi o desespero por divisas para “servir” a dívida: endividamento de curtíssimo prazo, com capital *volátil* que pode *fugir* a qualquer momento, puramente especulativo, nutrido por juros altíssimos no País e que tornam a dívida interna explosiva. Dizer que o capital que entra dessa forma “inverte o sentido” das transferências de recursos é ignorância ou má fé. As divisas que os banqueiros embolsam como serviços da dívida vão-se para sempre; já esse capital vampiro que baixa, atraído pelos

juros altos, corrói a Nação e sai quando lhe é conveniente. Essa “política monetária”, que se tornará uma *tábua de salvação* permanente para obter divisas, provoca sérias conseqüências à economia:

“As altas taxas de juro interno, favorecendo as atividades especulativas, são também responsáveis por distorções na atividade produtiva. A perspectiva de ganhos elevados, sem nenhum risco, desestimula os investidores a aplicar no setor produtivo, desviando a poupança para o mercado financeiro. Em conseqüência, reduz-se o nível de investimento e de emprego, o que compromete não só o presente como o futuro da economia brasileira. O crescimento da relação fluxo financeiro/PIB nacional, que passou de 24,3%, em 1980, para 40,4%, em 1983, sugere que deve estar ocorrendo um processo de transformação de ativos reais em financeiros e/ou a não conversão de ativos financeiros em ativos reais, ou, em outras palavras, desvio de capital do setor produtivo para o setor financeiro.” (Brasil, 1985, p. 021).

Outra conseqüência da busca desesperada de divisas foi o aumento percentual da dívida externa de curto prazo, passando, segundo Batista Júnior, de 11% da dívida total em 1979 para 15%, em 1981.¹⁴ Nos anos 90, ela será de curtíssimo prazo, travestida em megadívida interna e reservas internacionais voláteis. Constata-se, portanto, que as transferências de recursos não se referiam “apenas ao imediato conjuntural”, como explicaram os economistas da ditadura que Malan (1983, p. 96) chamou de “mal-informados, mal-formados, ingênuos e engenhosos otimistas-por-dever-de-ofício.” Pedro Malan parecia estar falando de seu próprio futuro.

Em resposta à versão oficial, a CPI sintetizou o depoimento de Celso Furtado, como segue:

“Já Celso Furtado relaciona a internacionalização do sistema financeiro brasileiro com o processo de endividamento, situando suas origens na reforma bancária de 1964 e na Lei do Mercado de Capitais de 1965. Argumenta que o processo de transformação do sistema bancário nacional fez-se, simultaneamente, com a transnacionalização desse sistema – atrelando-o ao sistema financeiro internacional, através da captação e refinanciamento com recursos externos.” (Brasil, 1985, p. 015).

Conforme vimos na Introdução deste Capítulo, essa “captação e refinanciamento” ocorreu via Resolução nº 63.

¹⁴ O Globo, 29/05/81, p. 20

Quanto ao aumento das taxas de juros internacionais, os economistas da ditadura manifestaram-se do mesmo modo como agiram. Carlos Langoni, presidente do Banco Central, em depoimento à CPI da Dívida, afirma que,

“saímos... de taxas de juros internacionais negativas, ou seja, inferiores à inflação, para taxas de juros da ordem de 15% e até 20% acima da inflação. Qualquer país, menos desenvolvido, que sofresse um impacto dessa natureza, teria que sentir essas restrições, objetivas, reais e temos que conviver com elas.” (Langoni apud Brasil, 1985, p. 015).

Langoni só não precisava exagerar. Na Tabela 14, acima, constatamos que nenhuma das taxas de juros internacionais atingiu 10% reais no período 1979-82 e que a média, no período, da Libor foi 5,88% a. a. e da prime rate foi de 4,6%.

Desvarios à parte, os economistas de ambos os lados – governo e oposição – passaram a fazer cálculos do “endividamento por excesso de juros”: o Ministro Ernane Galvêas apresentou uma tabela, em palestra na Escola Superior de Guerra, demonstrando que o endividamento por excesso de juros teria sido de 26,6 bilhões de dólares no período 1973-83; “Viacava, embora faça a ressalva de que se trata de uma estimativa grosseira, afirma que: ‘talvez uns 40% de nossa dívida seja decorrente, somente de juros sobre juros’. Madeira Serrano estima esse impacto em US\$ 16 bilhões no período 1974-82; Herbert Levy calculou em 36 bilhões de dólares os juros pagos em excesso até o final de 1982; “Rischbieter apresenta resultado de cálculos pelos quais o efeito combinado do segundo choque do petróleo e a elevação dos juros representaria um acréscimo próximo a 40 bilhões de dólares na dívida brasileira.” (Brasil, 1985, p. 015).

Todos esses cálculos são subfaturados frente ao cálculo do Professor Dércio Munhoz que, “em seu depoimento afirmou que ‘aproximadamente 50% da dívida é originário apenas de juros’. (Brasil, 1985, p. 015). Os cálculos dos homens da ditadura militar devem ter o objetivo de esconder a parte que lhes coube na corrupção que acompanhou todo o processo de endividamento (ver exemplo adiante).

Cruz (1984, p. 25), analisando o biênio 1979-80, constata que,

“o expressivo aumento do custo da dívida resultou da elevação das taxas básicas de juros praticadas no mercado financeiro internacional. Considerando-se que a maior parte dos contratos de empréstimos e financiamentos é formada com cláusula de taxa de juros flutuante, é fácil perceber as conseqüências dessas acentuadas variações sobre o custo da dívida externa brasileira. Como decorrência, e pela primeira vez na história recente da dívida externa, o saldo da conta financeira apresenta-se com sinal negativo. Isso significa que o acréscimo da dívida, além de não gerar recursos para o financiamento da conta de mercadorias e de serviços produtivos, é insuficiente para fazer frente aos juros líquidos vencidos no período.”

A coluna 5 de nossa Tabela 5, acima, mostra claramente que o único ano em que o endividamento superou a conta de juros líquidos remetidos foi 1979, sendo que nos demais anos do período (1980-82), os juros líquidos remetidos superaram em mais de 100% a dívida nova contraída, resultando na média anual do período de 118,3%, o que é inteiramente consistente com a análise de Cruz. A conclusão deste, em relação ao biênio 1979-80, foi que,

“os períodos em que se agravam os déficits na conta de mercadorias e de serviços produtivos são exatamente aqueles nos quais sobrevêm situações de ‘liquidez restrita’ e de agravamento dos déficits puramente financeiros. Um quadro semelhante já se havia configurado no biênio 1974-75 mas com resultados menos evidentes, uma vez que o estoque da dívida era relativamente pequeno e que a elevação da taxa de juros se processou com menor intensidade. Agora, os desequilíbrios do setor externo assumem um caráter predominantemente financeiro como resultado do impacto desequilibrador que o próprio endividamento externo exerce sobre o balanço de pagamentos.” (Cruz, 1984, p. 25).

Como se vê, a dívida externa começa a governar o País. Aparece, então, o *ajuste voluntário* imposto pelos credores internacionais – tema que não trataremos neste trabalho.

A conclusão de Cruz, de todo o período que estudou (1969-81), mais que uma constatação foi uma previsão – embora, provavelmente, ele não tivesse esta intenção – acerca do País estrangulado pela dívida externa. Um País que tivera uma taxa de crescimento médio anual de 7%, do PIB, no pós-II Guerra, e que não tivera taxa negativa, teria, em 1981, a taxa deprimente histórica de **-3,1%**, graças, não só mas principalmente, à política de ajustamento comandada pelos credores para “*servir*” à dívida externa. Eis o resultado a que o autor chegou:

“Concluindo, é possível perceber que, ao final do período estudado, manifestava-se um aparente paradoxo: o endividamento externo, justificado como um elemento de superação de ‘constrangimentos externos’, como potenciador do crescimento econômico, revelava-se o contrário, ou seja, um elemento agudizador das dificuldades

externas ou, radicalizando o argumento, um elemento de geração de 'constrangimentos externos'." (Cruz, 1984, p. 27).

Batista Júnior (1988, p. 64), sintetizando o período 1979-82, também coloca o aumento das taxas de juros internacionais no centro da crise, não só da dívida, mas da economia mundial:

"Em fins de 1978, às vésperas do segundo choque do petróleo, o grau de vulnerabilidade financeira externa já era evidente no caso do Brasil. A dívida externa de médio e longo prazos, deduzidas as reservas, correspondia a 250% das exportações de mercadorias e a 15% do PIB. Créditos fornecidos por instituições financeiras privadas respondiam por 65% da dívida externa pública. Nada menos que 56% da dívida externa pública carregava taxas de juros flutuantes.

"O Brasil estava àquela altura condenado a sofrer todas as conseqüências da tempestade que se aproximava e que resultaria em ruptura irreversível do padrão de financiamento externo estabelecido na década de 70. Esta ruptura começa a se concretizar a partir de 1979/80. Ao segundo choque do petróleo, seguiu-se uma violenta elevação das taxas de juros internacionais, produzida pela combinação, nos Estados Unidos, de uma política monetária das mais rígidas com uma política fiscal fortemente expansiva. A explosão das taxas de juros desencadeou a maior recessão do pós-guerra nos países industrializados, o que resultou em acentuada redução da demanda pelas exportações do Brasil e dos demais países em desenvolvimento. O golpe de misericórdia veio com a completa interrupção dos fluxos de empréstimos voluntários no segundo semestre de 1982."

Um outro instrumento de saque dos países industrializados sobre o resto do mundo, inclusive sobre os exportadores de petróleo, foi a queda do índice das relações de preços do intercâmbio imposta pela mesma política que aumentou as taxas de juros internacionais e levou a economia mundial à crise de 1980-83. O *proteccionismo* foi o escudo poderoso, associado com o poder monopolista de fixação de preços de exportações e importações (do e para o Primeiro Mundo).

O "Czar" da economia brasileira, Delfim Netto, dá sua explicação em palestra na Escola Superior de Guerra Naval, em 15 de setembro de 1982, dizendo que para importar uma tonelada o País tem de exportar 1.600 quilos.¹⁵ Delfim Netto explica esse resultado, copiando o FMI, com a segunda crise do petróleo e justifica o saldo positivo na balança comercial com 'o espírito de luta do homem brasileiro'.¹⁶

¹⁵ "depois de mostrar que o índice de relações de trocas havia decaído para 62 em relação a 1979, afirmava: 'significa que, para trazer do exterior uma tonelada de importações, eu tenho que mandar para o exterior 1.600 quilos de exportação. Neste período nós perdemos 40%, 39% [do] poder de compra de nossas exportações. Isto dá uma idéia do cavalari esforço para fazer a curva das exportações ultrapassar, como ultrapassou, a das importações. Foi preciso muito mais trabalho nacional para utilizar o equilíbrio neste período'. (Brasil, 1985, p. 016).

¹⁶ (Brasil, 1985, p. 016)

A CPI da Dívida apresenta, também, um cálculo de José Serra:

“Comparando o resultado real do comércio brasileiro com o saldo estimado na hipótese de permanência do índice de relações de trocas de 1978, corrigindo os saldos reais pela inflação do dólar, Serra estimou o custo decorrente da deterioração dos termos de intercâmbio em US\$ 31.935 milhões no período 1978 a 1982.” (Brasil, 1985, p. 015).

A explicação da CPI da Dívida, vale dizer, da equipe de economistas que a assessorou, contrapõe-se às de Delfim Netto & Cia. e aponta alternativas para o País defender-se da deterioração das relações de troca:

“A realidade é que os dados mostravam a total dependência do País em relação ao exterior, uma vez que na medida que os preços de nossas exportações caem em relação às importações, torna-se necessário recorrer a empréstimos estrangeiros para cobrir as necessidades de importação. Isto é ainda mais grave quando se observa que grande parte dos preços dos produtos que importamos, como também daqueles que exportamos, são administrados por firmas oligopolizadas. (...) Na maior parte dos casos, como afirmou o Presidente Nyerere, da Tanzânia, no encontro de Cancun, ‘somos obrigados a escutar a BBC ou pagar a Reuters para saber os preços de nossos produtos’.

“O surpreendente é que os governantes dos regimes autoritários e conservadores do Terceiro Mundo, como no Brasil, ao observar esta realidade, não entendam toda a dimensão desta dependência e não tomem qualquer medida no sentido de defender a economia nacional, tornando-a menos vulnerável. Ao contrário, mantêm uma firme crença no futuro de uma aliança com os países do Primeiro Mundo, cujos interesses não apenas são conflitantes com os nossos, como também nos são impostos através das leis do mercado. Ainda mais, nossos governantes concentram sobre a OPEP e o petróleo o papel dos vilões da crise internacional e a responsabilidade com a deterioração dos termos de intercâmbio de nosso comércio. Em vez de denunciarem corretamente as causas da deterioração dos termos de intercâmbio como decorrentes basicamente das medidas impostas pelos países ricos, tanto na redução dos preços dos produtos que nos compram, como na transferência, integral e ampliada, para nossas economias da elevação de seus preços decorrentes do petróleo.” (Brasil, 1985, p. 016). (Sublinhado nosso).

Mas, diz a CPI da Dívida:

“Estas leis de mercado funcionam conforme os interesses de cartéis, monopólios e oligopólios, que manipulariam os preços dos produtos de nossas importações e as taxas de juros dos empréstimos que contratamos. Na incompetente crença de que as já caducas leis ainda funcionam, entregaram o futuro do País às mãos dos banqueiros internacionais.” (Brasil, 1985, p. 016). (Sublinhado nosso).

O FMI, em seu documento “CONFIDENCIAL”, de “10 de fevereiro de 1983”, publicado no Diário do Congresso Nacional (24/03/83, seção II, p. 0572-74), depois de analisar os

períodos precedentes, já citado neste Capítulo, diz o seguinte sobre o período em estudo nesta seção:

“O segundo choque do petróleo em 1979 forçou as autoridades a desviarem a atenção do crescimento econômico para a necessidade de fortalecer a posição externa. As medidas de ajustamento adotadas no final de 1979 e início de 1980 incluem restrições monetárias e fiscais, uma maxidesvalorização do cruzeiro e uma liberalização do sistema de comércio exterior de modo a melhorar a eficiência econômica.

“Elevações nas taxas de juros externos e um enfraquecimento da demanda externa compeliram as autoridades a adotarem medidas adicionais no final de 1980 e em 1981 relacionadas com políticas fiscal, monetária e cambial.

“A dívida externa do Brasil (inclusive de curto prazo) cresceu de US\$ 63 bilhões ao final de 1980 para US\$ 72 bilhões, um ano depois, atingindo o equivalente a 24% do PIB. Deve ser salientado que as estatísticas brasileiras sobre dívida externa incluem tanto a dívida pública como a privada.

“A performance da economia do Brasil sofreu outro sério revés em 1982. A produção deve ter estagnado, a taxa de inflação permaneceu em cerca de 100%, e a posição externa enfraqueceu-se consideravelmente. Esta última refletiu o declínio dos preços internacionais de produtos básicos, fraca demanda externa, crescente protecionismo internacional e dificuldades econômicas em países que recentemente se haviam transformado em importantes compradores de produtos industriais brasileiros.”

Esses são extratos da análise, em linguagem desértica, do FMI. Como vemos, para o FMI, o principal determinante do ajustamento voluntário brasileiro foi o “segundo choque do petróleo”. Mas a política econômica (do ajustamento voluntário) foi exigida pelos banqueiros, elaborada pelo próprio FMI e implementada pela tróica Delfim-Galvêas-Langoni (ver Cruz, 1984). O FMI fala do aumento das taxas de juros internacionais (“externos”, os juros argentinos também são, mas não afetam a dívida externa brasileira) como um fator “*adicional*”. Já as dificuldades de 1982, o FMI relaciona-as com a queda das relações de preços do intercâmbio, o “protecionismo internacional” e as “dificuldades econômicas” de novos importadores de produtos brasileiros. Ora, o *protecionismo* que afeta as exportações brasileiras de forma comprometedoras é o protecionismo do *Primeiro Mundo*. Além disso, todos os países devedores vinham apresentando crescentes dificuldades externas, a partir da política *reaganomics*, e se submetendo a *ajustes voluntários*, exigidos pelos credores e *sugeridos* pelo FMI, e conseqüentemente vinham desvalorizando suas moedas para exportar mais e obter divisas para “servir” à dívida e liberalizando o comércio exterior, mas sujeitos a “optar” pelos *suppliers credits*, também em função das necessidades desesperadas de divisas, o que nada tinha a ver

com “eficiência econômica”. Aliás, as políticas dos ajustes “voluntários” e compulsórios produziram tanta “eficiência econômica” que geraram a “*década perdida*”. Vale perguntar ao FMI por que os países industrializados, indiscutivelmente os mais competitivos, precisavam impor o *protecionismo*, política que mantém por tempo indeterminado ?

A *estatização* da dívida pode ser caracterizada como o endividamento do setor público. Cruz (1984) faz um estudo exaustivo do assunto, ao qual faremos algumas referências. Na Tabela 3 (Idem, p. 94), vemos que os empréstimos em moeda, via lei nº 4 131, efetivados pelo setor público aumentaram de 24,9% das tomadas em 1972 para 69,6%, em 1981, enquanto as tomadas efetivadas pelo setor privado caíram de 75,1% em 1972 para 30,4% em 1981. Esses resultados foram possíveis porque a ditadura militar usou a União, os estados, alguns municípios e o BNDE nas tomadas diretas (Cruz, 1984, p. 97). Os dados evidenciam que o setor privado está se retirando e o crescimento dos “serviços” da dívida torna os captadores enumerados acima insuficientes para obter o montante exigido pelo custo da dívida. Em função disso, as empresas estatais foram se tornando “progressivamente ‘prisioneiras’ do processo de rolagem da dívida externa” (Idem, p. 123).

Mas o uso das instituições referidos acima seria insuficiente para a obtenção de divisas via Lei nº 4 131 para “servir” a dívida, o que levou a ditadura militar a lançar mão de todos os meios para conseguir os caríssimos dólares. Para tanto, revogou, “no primeiro semestre de 1980, a proibição a que estavam sujeitos estados, municípios e autarquias, da tomada de recursos externos via Resolução nº 63” e, ao mesmo tempo, estimulou as estatais a fazerem o mesmo. Acontece que havia, até então, uma divisão de competências segundo a qual a tomada direta de recursos era função das empresas de capital externo e das empresas estatais e as tomadas para repasse, das empresas privadas de capital nacional. As decisões adotadas dissolveram esse esquema e as administrações públicas, as autarquias e, principalmente, as empresas estatais passariam, “a partir daí, a tomar montantes significativos de recursos externos via Resolução nº 63, retomando, por esse caminho, a marcha da ‘estatização’ da dívida externa brasileira.” (Cruz, 1985, p. 145-46).

Assim, a ditadura, na desesperada correria à cata de divisas, leva seus instrumentos de captação ao limite. O mesmo ocorreu com as importações financiadas, que passaram a ser

inventadas antes de viagens de ministros ao exterior, invertendo a ordem das coisas: antes eram os banqueiros que impunham esse esquema; agora, é o próprio País que vai com uma lista de compras para conseguir uns dólares a mais. Examinando a “imprevidência” desses negócios, a CPI da Dívida conclui que,

“o resultado é que o País tem hoje grandes volumes de equipamentos estocados no exterior e nos portos brasileiros, sobre os quais paga elevadas taxas de juros dos empréstimos que lhe deram origem, paga taxas de armazenagem, além de assumir o ônus sobre o setor de produção interna de similares, tudo sacrificado para justificar a tomada de empréstimos. Em depoimento na CPI, o jornalista Ricardo Bueno dá uma lista parcial de tais equipamentos: duas usinas nucleares e a usina de Itaparica, na Alemanha; trens da FEPASA, em Portugal; todo o equipamento de tráfego da Ferrovia do Aço, na Inglaterra; equipamentos para as usinas de Pontal, Porto Primavera, Taquaruçu e Rosana, na França; trens suburbanos do Rio e de São Paulo, no Japão. Além disso, estão se estragando em Minas Gerais equipamentos da Açominas, vindos da Inglaterra, e em portos brasileiros existem cem milhões de dólares só em aparelhos de raio x, com computador, além de dois planetários...” (Brasil, 1985, p. 017).

E quanto da dívida externa ficou nos *paraísos fiscais*, vindo a conta para extrair sangue do povo brasileiro ? Certamente ninguém sabe nem o saberá enquanto os personagens da corrupção puderem comprar imunidades. Ilustramos apenas com o exemplo do *senhor embaixador*, que consta do famoso “Relatório Saraiva”, e está sintetizado na CPI da Dívida.

“O relatório informava ainda que os diplomatas envolvidos teriam exigido uma comissão de cerca de sessenta milhões de dólares (posteriormente reduzido para dez milhões) na contratação do financiamento para as obras de Tucuruí.

“Convém lembrar que algumas das denúncias, supostamente cometidas no documento em questão, foram reafirmadas à CPI por alguns depoentes. A Sra. Maria Tupinambá de Oliveira, funcionária da Embaixada do Brasil, em Paris, à época dos acontecimentos, disse em seu depoimento que fora testemunha de uma reunião, ocorrida naquela cidade, entre diplomatas brasileiros, inclusive o adido militar, e o banqueiro francês Jaques de Broissia, do Banque Credit Commercial de Paris, em que este teria dito: ‘... O Sr. Delfim Netto havia pedido (a ele, de Broissia) 10 milhões de dólares de comissão para a Usina de Tucuruí, o que foi negado. Anteriormente haviam sido pagos seis milhões de dólares para a Usina de Água Vermelha’.

“O mesmo banqueiro, segundo depoimento do Coronel Dickson Graef, em outra oportunidade, teria informado ao Coronel Saraiva e a outros diplomatas brasileiros, que transferira várias comissões para a equipe do Embaixador Delfim. De acordo com o Coronel Dickson, o adido militar ter-lhe-ia informado que essas comissões estariam depositadas em conta azul numerada em um banco suíço, na qual figuravam os nomes de representantes diplomáticos na França.” (Brasil, 1985, p. 018). (Sublinhado nosso).

Vemos, assim, que na formação da dívida – como na do euromercado – ocorreu muita corrupção. A conta, porém, via estatização da dívida, é debitada dos salários do proletariado.

Vimos, em suma, neste capítulo, que o surto do endividamento dos anos 70 teve uma preparação prévia consciente, política e institucional, implementada principalmente pelo imperialismo norte-americano e suas instituições aplicadoras de políticas liberalizantes: o FMI e o Banco Mundial. A primeira etapa da formação da dívida externa brasileira, nos anos 1969-73, foi predominantemente *especulativa* e nada teve a ver com a “contribuição da poupança externa” para o crescimento econômico, mas acumulou-se como reservas internacionais. A segunda etapa do endividamento brasileiro, 1974-78, apresentava, aparentemente, bons motivos para tal: a primeira crise do petróleo e, principalmente, o II PND. Provou-se, porém, que essas não foram as causas determinantes da formação da dívida no período, mas principalmente os crescentes *custos* da própria dívida, além do estoque de reservas internacionais, maior que o anterior. O endividamento, nesta etapa, portanto, transitava para tornar-se puramente financeiro e foi, também, especulativo. Por último, na etapa final em pauta, 1979-82, toda a dívida nova contraída foi insuficiente para cobrir a conta dos juros da própria dívida. O País teve de desembolsar poupança interna para as amortizações e demais compromissos externos. A dívida tornou-se puramente *financeira*. Inaugurou-se, assim, a era da especulação pura: dívida nova só para pagar custos financeiros da dívida. O processo de endividamento, portanto, começou e terminou de forma especulativa, não trouxe benefícios ao País mas foi instrumento de valorização dos estoques de eurodólares acumulados pelo euromercado e tornar-se-á o mais poderoso instrumento do sistema financeiro internacional desregulamentado para *subjugar* os países devedores. Não há dúvidas, portanto, de que a dívida externa foi impulsionada pelo **sistema financeiro desregulamentado**, em função de seus interesses, ou seja, da valorização expeculativa de seus capitais excedentes.

CONCLUSÃO

Antes de o capitalismo passar à fase imperialista, ocorreu a época da *livre concorrência* na qual o mesmo se caracterizava pela exportação de mercadorias. Mas é da natureza própria do capitalismo acumular valor excedente via exploração da força de trabalho que gera, de um lado, uma minoria detentora de riqueza cada vez maior e, do outro, a maioria cuja miséria é cada vez mais ampla e profunda. Essa é uma tendência sem retorno no capitalismo. Parte do valor excedente gerado foi acumulando-se, concentrando-se, centralizando-se e passou a ser exportado. O capitalismo passou a caracterizar-se pela exportação de capitais, na forma de capital financeiro. O domínio do capital financeiro sobre as demais formas de capital ocorreu na virada do Século XIX para o Século XX. Lênin chamou esse domínio do capital financeiro de *imperialismo*.

Desde o início do presente século, os excedentes de capital foram se ampliando e se impondo de forma cada vez mais generalizada. Nos anos 20 ocorreu progresso em termos de crescimento econômico, mas mais “progresso” ainda para o capital financeiro que aprofundou a especulação, exagerou na fabricação de dívidas especulativas e levou o sistema capitalista à Grande Depressão, que desembocou na II Guerra Mundial.

Durante a Guerra, o imperialismo promoveu a Conferência de Bretton Woods com o pretensível objetivo de promover o equilíbrio dos balanços de pagamentos e a estabilidade cambial, entre outros. A ação prática das instituições criadas na Conferência, principalmente o FMI, forçava os países em dificuldade a *liberalizarem* suas economias, expondo-as a processos predatórios pelo sistema financeiro internacional e pelas multinacionais. As políticas do FMI e Banco Mundial foram determinantes para aprofundar a tendência à fuga de controles do capital financeiro. As políticas que facilitavam as transferências de recursos reais dos países dominados (legais ou ilegais) combinaram-se com os déficits do Balanço de Pagamentos do país detentor da moeda padrão internacional: os Estados Unidos. O dólar americano foi definido em Bretton Woods como moeda padrão ancorada no ouro, mas os Estados Unidos não honraram o compromisso de providenciar as reservas em ouro suficientes para garantir os dólares emitidos. O acúmulo de dólares fora dos Estados Unidos e livres do controle dos estados, mas com a conivência dos governos (principalmente o governo britânico) levaria o Sistema Monetário de Bretton Woods à explosão, o que ocorreu em 1971.

Os dólares acumulados fora dos Estados Unidos foram chamados de *eurodólares* – nome tomado emprestado de um banco russo em Paris cujo endereço telegráfico era *Eurobank* – e seu mercado foi chamado de *euromercado*. O crescimento e estruturação desse mercado desregulamentado ocorreu acelerada e simultaneamente. Nos anos 60, que chamamos de *fase de acumulação do euromercado*, o volume bruto de eurodólares passa de 10 bilhões de dólares em 1960 para 110 bilhões em 1970, enquanto as reservas mundiais oficiais vão de 58,2 bilhões de dólares em 1960 para 92,3 bilhões de dólares em 1970. Constatamos aqui um salto quantitativo que, em conjunto com outros indicadores, forçaram o colapso do Sistema Monetário de Bretton Woods com a dissolução formal da paridade dólar-ouro em 15 de agosto de 1971, imposta unilateralmente pelos Estados Unidos. Os bilhões de eurodólares, sem a âncora-ouro, passaram a apoiar-

se na indexação às taxas de juro flutuantes decididas pelos próprios banqueiros. Isso porque os mesmos avaliaram que era mais lucrativo investir na formação da dívida internacional que na produção, ou seja, o sistema financeiro desregulamentado optou pela especulação.

Embora as estatísticas não dêem a verdadeira dimensão das transferências reais de recursos dos países dominados para os países imperialistas, uma estimativa pode ser feita. Vimos que, só por fugas de capital, os 39 maiores devedores haviam perdido 340 bilhões de dólares de 1976 até 1985, montante igual à dívida externa desses 39 devedores naquela data. A América Latina perdeu: - por fugas de capital, cerca de 160 bilhões de dólares de 1976 a 1982; - por queda nas relações de troca, cerca de 5,53 bilhões de dólares de 1975 a 1982; - por evasão de capital, cerca de 122 bilhões de dólares de 1976 a 1982; - pelos serviços da dívida externa, 177,43 bilhões de dólares, de 1970 a 1982. O total de perdas, só da América Latina, foi *mais de 500 bilhões de dólares!* As quantias originadas de fugas de capital, narcotráfico, contrabando, super e sub-faturamento, por exemplo, vão (quentes) diretamente para os paraísos fiscais. Transferências tipo serviços da dívida são esquentadas a caminho. O volume global de dinheiro quente passava de dois trilhões de dólares no final de 1982. Essa “nuvem monetária” só pousa nos países que oferecem maiores taxas de juros que são determinadas por mecanismos impostos pelos próprios especuladores. Os países mais necessitados – os mais pobres, portanto – são forçados a “oferecer” as maiores taxas (“aqui, quem paga a conta é Jacarta”, disse Wriston a Sampson, em 1980, e quando a roleta gira, Jacarta é substituída por Manila, México, Brasília, etc.) e o nó górdio da especulação global vai estrangulando as esperanças de os países devedores chegarem ao *Primeiro Mundo...* Nós, porém, sabemos que *quem paga a conta são os trabalhadores de todo o mundo*, inclusive dos países imperialistas! É o sistema financeiro desregulamentado em ação. Sua principal obra, porém, foi a formação da dívida externa internacional.

A formação da dívida externa seguiu a mesma dinâmica em todo o mundo, ressalvadas as especificidades. No caso brasileiro, ocorreu um primeiro surto de endividamento no período 1969-73, precedido de uma preparação com a instalação da ditadura militar em 1964 e conseqüentes reformas institucionais, conformando a economia brasileira aos ditames do capital financeiro internacional. Esse endividamento foi implementado sob o argumento do "hiato de recursos", ou seja, o país necessitaria, para o crescimento, de importar mais que exportar, e a diferença daí decorrente foi chamada de "hiato de recursos", que seria necessário cobrir com empréstimos externos, quer dizer, com "poupança externa". Constatou-se, porém, tanto pelo lado da balança de mercadorias e serviços produtivos quanto pelo acúmulo de reservas internacionais, que tal "hiato" não existiu e, portanto, que o endividamento foi *concretamente desnecessário e especulativo*. Serviu, isso sim, para o sistema financeiro desregulamentado valorizar especulativamente seus estoques monetários, criando só obrigações financeiras nos países devedores que os levará a um processo permanente de sangria de recursos reais. Já nessa primeira etapa do endividamento, constatamos que a dívida foi criada para estocar dólares e para pagar custos da própria dívida. Esse *padrão* vigorou também na segunda etapa.

Delimitamos a segunda etapa da formação da dívida externa brasileira no período 1974-78. Em 1973 ocorrera o choque do petróleo, e a ditadura Geisel, que estava iniciando em 1974, lançou um ambicioso projeto que seria a ponte que daria passagem do Brasil para o Primeiro Mundo: o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento). O choque do petróleo e o II PND constituíam, portanto, argumentos aparentemente inquestionáveis a favor do endividamento. Constatou-se, entretanto, que só os custos da dívida consumiram 81% da dívida nova contraída no período. A variação das reservas internacionais, no período, foi de +5,59 bilhões de dólares que, junto como os "serviços" da dívida consumiram 99,1% dos empréstimos externos no período. Portanto, se a "poupança externa" financiou a conta

petróleo e o II PND, então a poupança interna financiou os custos da dívida mais o estoque de reservas internacionais, ambos em divisas estrangeiras, principalmente dólares, hipótese obviamente absurda. O fato, contudo, é que a poupança interna financiou o II PND e demais contas e o endividamento novo do período seguiu o padrão estabelecido na primeira etapa, ou seja, dívida para pagar custos da dívida e acumular reservas internacionais. A última etapa do endividamento, porém, rompe como esse padrão de endividamento.

Dois choques externos ocorrem no início da última etapa (1979-82) do endividamento brasileiro em pauta: o segundo choque do petróleo e a explosão das taxas reais dos juros internacionais. A média anual das taxas reais de juros internacionais passou de mais ou menos zero no período anterior para cerca de 6% neste último. Esse aumento resultou da política monetária do primeiro governo Reagan (1979-85), conhecida como *reaganomics*, que levou a economia mundial à recessão profunda de 1980-83. O impacto dos juros líquidos remetidos para os credores sobre o endividamento brasileiro do período foi de 118,3%, ou seja, a “poupança externa” foi insuficiente para cobrir a conta financeira da dívida, que se tornou *estritamente financeira*, ou seja, *puramente especulativa*. O País queimou as reservas internacionais, desembolsou poupança interna para as amortizações, transferiu recursos líquidos via depreciação das relações de trocas, fuga e evasão de capitais. O imperialismo estava generalizando o saque aos devedores. Com a *reaganomics*, o imperialismo norte-americano desencadeou a era da especulação pura, do domínio mundial do capital financeiro desregulamentado que se passou a chamar de “*globalização*”.

Em suma, concluímos que a *dívida externa brasileira*, feita pela ditadura militar em nome do “*crescimento*”, justificada pelo FMI com a acusação de “*excesso de consumo*”, além de outras “*explicações*”, foi, na verdade, *promovida especulativamente pelo sistema financeiro desregulamentado* nas duas primeiras etapas do endividamento (1969-78)

e voltou-se contra o País, na última etapa (1979-82), na forma de *especulação financeira pura*, via taxas de juros flutuantes reais acima de quaisquer parâmetros históricos e da imposição de sua política de *ajustamento externo* que foi chamado de “ajustamento voluntário”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ABREU, M. P. (org.), CARNEIRO, D. D. *et alii*. A Ordem do Progresso : Cem Anos de Política Econômica. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- 2 ALVIM, P. E. G. Fuga e Evasão de Capitais. Brasília: Banco Central do Brasil, 1988.
- 3 BATISTA Jr., P. N. Da Crise Econômica Internacional à Moratória brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- 4 BATISTA Jr., P. N., BELLUZZO, L. G. M. (orgs.) *et alii*. A Luta Pela Sobrevivência da Moeda Nacional: ensaios em homenagem a Dilson Funaro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- 5 BELLUZZO, L. G.M., COUTINHO, R. (orgs.). Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaios Sobre a Crise. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1.
- 6 BANCO INTERAMEICANO DE DESARROLLO (BID). Progreso Economico y Social en America Latina, Relatório anual, Vários números.
- 7 BONTEMPO, H. C. Aspectos das Políticas de Ajustamento à Crise Financeira Internacional – O Caso Brasileiro. Revista Brasileira de Mercado de Capitais, v. 11, 35, p. 243-281, jul./set. 1986.
- 8 BRANCO, M. C. Brasil e México: Duas Experiências de Ajuste Estrutural. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. (Série PNPE/IPEA, v. 25).

- 9 BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Resolução nº 338, de 1985 – da CPI da Dívida. Diário do Congresso Nacional, Seção I, Ano XL, Suplemento Nº 100, Capital Federal, 3 de set. de 1985.
- 10 BRASIL. Senado Federal. Requerimento nº 17, de 1987. Comissão Especial do Senado Federal, destinada a examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos plano externo e interno. Brasília: 1988. (Mimeo).
- 11 CARDOSO, E., FISHLOW, A. Macroeconomia da Dívida Externa Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 12 COMISSIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). Anuario Estadístico de América Latina. Chile: Vários anos.
- 13 COUTINHO, L. G., BELLUZZO, L. G. M. Estado, Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974. In: BELLUZZO, L. G. M., COUTINHO, R. (orgs.) *et alii*. Desenvolvimento Capitalista no Brasil – Ensaio Sobre a Crise, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- 14 COUTINHO, L. G. Percalços e Problemas da Economia Mundial Capitalista – Estado, Estagflação e Riscos Financeiros. In BELLUZZO, L. G. M., COUTINHO, R. (orgs.) *et alii*. Desenvolvimento Capitalista no Brasil – Ensaio Sobre a Crise, V. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- 15 CRUZ, P. D. Dívida Externa e Política Econômica: a Experiência Brasileira nos Anos Setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- 16 DAVIS, T. E. As causas e conseqüências da dívida latino-americana. Revista de Economia Política, v. 4, n. 3, p. 15-24, jul./set. de 1984.
- 17 ENCONTRO NACIONAL SOBRE DÍVIDA EXTERNA, 1989, Brasília. Quem não Deve não Paga. Rio de Janeiro: CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 1990.
- 18 FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Relatório do “staff” para consulta do Art. IV – 1982, pedido de facilidade ampliada, e uso de recursos do Fundo, primeira parte do crédito. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II), p. 0572. Brasília: 24 de mar. de 1983.
- 19 FRIEDEN, J. As finanças internacionais e o Estado nos países capitalistas avançados e nos menos desenvolvidos. Revista de Economia Política, v. 3, n. 4, p. 57-84, outubro-dezembro/1983.

- 20 GALVÊAS, E. Depoimento na Senado Federal. In: BRASIL. Depoimento do Ministro da Fazenda, o SR. Ernane Galvêas. Diário do Congresso Nacional (Seção II): Brasília, 24 de mar. de 1983.
- 21 GLUCKSTEIN, D. La Política Del Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial (BM), y la Comunidad Económica Europea (CEE) y la Economía Mundial. In: TRIBUNAL INTERNACIONAL CONTRA LA DEUDA, 1989, Lima, Peru. Tribunal Internacional que Juzga a los Responsables de las Consecuencias de la Deuda Externa Sobre los Pueblos. Lima: Graphos 100 Editores, 1989.
- 22 GONZALEZ, M. J. F. *et alii*. O Brasil e o Banco Mundial: um diagnóstico das relações econômicas: 1949-1989. Contagem/MG: MG Editores Ltda, 1990. IPEA/IPLAN.
- 23 KUCINSKY, B., BRANFORD, S. A Ditadura da Dívida. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- 24 LAGO, L. A. C. A Retomada do Crescimento e as Distorções do “Milagre”: 1967-1973. In: ABREU, M. P. (org.), CARNEIRO, D. D. *et alii*. A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- 25 LÉNINE, V. I. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo (ensaio de vulgarização). Lisboa: Edições Avante, 1975.
- 26 MALAN, P. S. Recessão e renegociação. Revista de Economia Política, v. 3, n. 1, p. 95-103, jan./mar. de 1983.
- 27 NAYLOR, R. T. Dinheiro Quente e a Política da Dívida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- 28 NEVES, L. A. C. O endividamento externo: uma visão histórica. Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 12, ano 2, p. 22-26, jul./ago. de 1987.
- 29 NETTO, A. D. Não Olhe só a Dívida. Presidência da República, Secretaria do Planejamento. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social, 1983.
- 30 PEREIRA, L. C. B. A lógica perversa da estagnação: dívida, déficit e inflação no Brasil. In: BATISTA Jr., P. N., BELLUZZO, L. G. M. (orgs.) *et alii*. A Luta Pela Sobrevivência da Moeda Nacional: ensaios em homenagem a Dilson Funaro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- 31 PETRAS, J. Ensaio Contra a Ordem. São Paulo: Scritta, 1995.
- 32 SAMPSON, A. Os Credores do Mundo. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981

- 33 SANDRONI, P. Balanço de Pagamentos e Dívida Externa. São Paulo: Ática, 1989. (Série Fundamentos).
- 34 SCHILLING, P. América Latina, Colônia de Banqueiros ou Pátria Grande. In: CONFERÊNCIA SINDICAL DOS TRABALHADORES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE SOBRE A DÍVIDA EXTERNA, 1985, Havana, Cuba. Dívida Externa: Porque não Pagar. São Paulo: 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular, CIDAS – Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical, 1985.
- 35 SCHILLING, P. Sangria de Capitais. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE DÍVIDA EXTERNA: QUEM NÃO DEVE NÃO PAGA, 1989, Brasília. Dívida Externa é Inconstitucional. Rio de Janeiro: CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 1990.
- 36 SCHILLING, P. A origem, a evolução, a crise e as conseqüências econômicas e sociais da dívida externa. In: _____, CRUZ, P. D., WALDMAN, M. Conversão da Dívida e Meio Ambiente. São Paulo: CEDI: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.
- 37 SIMONSEN, M. H. A Dinâmica da Dívida Externa. São Paulo: Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, 1984.
- 38 SOUZA, F. E. P. Metamorfoses do endividamento Externo. In: CASTRO, A. B. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- 39 TROTSKY, L. A Revolução Traída. São Paulo: Global Editora, 1980.
- 40 TROTSKY, L. O Marxismo do Nosso Tempo. 2. ed.. São Paulo: Outubro Livraria e Editora, 1988.